

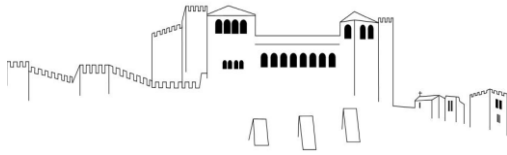
ATA N.º 7/2022

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, no auditório do teatro Miguel Franco, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e um membros que a compõem estiveram **presentes** os seguintes deputados municipais:

1. Abel de Oliveira Vieira;
2. Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa;
3. Adriano Barreiro Neto;
4. António Lacerda Sales;
5. António Ferreira Pereira de Melo;
6. Artur Rogério de Jesus Santos;
7. Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra;
8. Céline Moreira Gaspar;
9. Cristiana Duarte Pinto;
10. Eugénia Maria de Jesus Costa;
11. Fábio Micael Costa Bernardino;
12. Helena Cristina da Fonseca Brites;
13. Hugo Miguel Heleno Morgado;
14. Joana Maria de Brito Cartaxo;
15. João Paulo Lavos Morais;
16. José Artur das Neves Ferreira;
17. José Carlos Matias;
18. José Manuel da Cunha;
19. Júlio Paulo Videira de Jesus;
20. Luís Manuel Coelho Prata;
21. Luís Paulo Pereira Fernandes;
22. Manuel Carreira Bernardes da Cruz;
23. Maria Alexandra Faria Fernandes Silva Serôdio;
24. Mário de Sousa Gomes;
25. Mário João Ley Garcia;
26. Marta Sofia Sampaio de Sousa Violante;



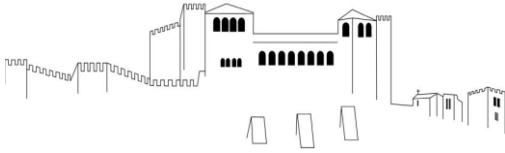
27. Nelson Manuel Carreira Ferreira;
28. Oriana Cláudia Ferreira Cristóvão;
29. Paula Cristina Pires Marques Jorge;
30. Paulo Alexandre Jesus Clemente;
31. Paulo Pedrosa Pedro;
32. Pedro António Amado da Assunção;
33. Raul Testa Fortunato Faustino;
34. Renato José dos Santos Cruz;
35. Sofia da Silva Francisco;
36. Susana Margarida Martins Sequeira Bertão;
37. Telma Carreira Curado;
38. Telmo Filipe Moreira Marques;
39. Tiago António Leal Duarte;
40. Tiago Manuel Pereira dos Santos;
41. Tiago Miguel Gago dos Santos;

Estiveram presentes os seguintes **membros do executivo**:

- Álvaro José Madureira;
- Ana Catarina de Moura Louro;
- Anabela Fernandes Graça;
- Branca da Conceição Oliveira e Silva Meireles de Matos;
- Carlos Jorge Pedro Simões Palheira;
- Daniel Rodrigues Marques;
- Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes;
- Luís Manuel da Silva Almeida Lopes;
- Ricardo de Jesus Gomes;

Os seguintes deputados municipais **solicitaram a sua substituição**:

- Carlos Alberto Garcia Poço, substituído por Olga Sofia Gomes Marques;
- Maria Margarida Guarda Verdades de Sá, substituída por cristina Pinheiro Marques Lopes;
- José da Silva Alves, substituído por Ricardo José Cordeiro Abreu;
- Filomena Marília Henriques Carvalho, substituída por Dário Seguro Joaquim;
- Manuel António Azenha dos Santos Pereira, substituído por Luís Miguel Ferreira da Silva;
- Vítor Manuel Casimiro Matos (Freguesia Regueira de Pontes), substituído por Raquel da Silva Pereira (Tesoureira);



- Sandro Miguel Monteiro Ferreira (UF Souto da Carpalhosa e Ortigosa), substituído por Pedro Lopes João (Secretário);
- Mário Rodrigues (UF Santa Eufémia e Boa Vista), substituído por Carla Costa (Secretária);

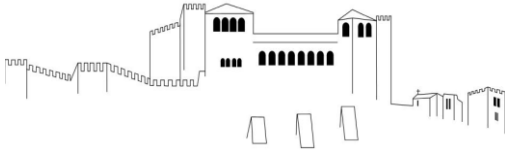
A senhora deputada Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho (PSD) solicitou a sua substituição tendo sido convocado como seu substituto o senhor deputado Hilário Pereira Estrada que faltou.

O senhor deputado Fernando Paulo Mateus Elias (PS) solicitou a sua substituição tendo sido convocada como sua substituta a senhora deputada Cláudia Alexandra Machado Santos da Silva que por se encontrar ausente do país não pôde estar presente na sessão. Faltaram os senhores Vereadores Ana Margarida Félix Valentim e Ricardo Miguel Faustino dos Santos.

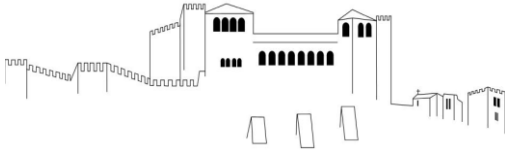
A sessão foi presidida pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, António Lacerda Sales, pela **2.ª Secretária da Mesa**, Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra, em substituição do 1º Secretário da Mesa e pela **deputada Mª Alexandra Faria Fernandes da Silva Serôdio**, em substituição da 2.ª Secretária da Mesa.

Havendo "quórum", foi pelo senhor **Presidente em exercício** declarada aberta a sessão, eram **21h14 horas**, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

- 1. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Para conhecimento;**
- 2. Relatório n.º 16/2022 – AUDIT – Auditoria do Tribunal de Contas aos contratos celebrados pela administração local no âmbito do regime de contratação pública excecional – Para conhecimento e tomada de posição.**
- 3. XI Modificação ao Orçamento Municipal de 2022 – Apreciação, discussão e votação;**
- 4. 14.ª MODIFICAÇÃO – 12.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e GOP'S 2022-2026 SMAS – INTERNA 3504/22 - Apreciação, discussão e votação;**
- 5. Aprovação do saldo de gerência de 2021 - Modificação ao orçamento anual de exploração do TJLS-2022, que se traduz numa revisão orçamental, por introdução do saldo de gerência de 2021 – Apreciação, discussão e votação;**
- 6. 2.ª alteração à proposta de mapa de pessoal para 2022. Competências da Assembleia Municipal – Apreciação, discussão e votação;**



- 7. Abertura de procedimentos concursais. Proposta de designação de júris de recrutamento - Competência da Assembleia Municipal de Leiria –** Apreciação, discussão e votação;
- 8. Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para 2022 - Alteração (I – 3522) –** Apreciação, discussão e votação;
- 9. Juntas de Freguesia:**
 - 9.1. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas de Capital à Freguesia de Amor -** Apreciação, discussão e votação;
 - 9.2. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas de Capital à Freguesia de Arrabal -** Apreciação, discussão e votação;
 - 9.3. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas de Capital à Freguesia da Bajouca -** Apreciação, discussão e votação;
 - 9.4. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas de Capital à União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes -** Apreciação, discussão e votação;
 - 9.5. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas de Capital à União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira -** Apreciação, discussão e votação;
 - 9.6. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas de Capital à União das Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa -** Apreciação, discussão e votação;
 - 9.7. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria –Atribuição de Apoio não financeiro para a União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira -** Apreciação, discussão e votação;
 - 9.8. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria –Atribuição de Apoio não financeiro**



para a União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes -
Apreciação, discussão e votação;

9.9. Contrato com a União de Freguesias de Marrazes e Barosa para a locação de horas no Pavilhão Desportivo de Marrazes - Apreciação, discussão e votação;

10. Isenções / Reduções:

10.1. Feira de Levante da Praia do Pedrógão - Isenção temporária da taxa de terrado - Apreciação, discussão e votação;

10.2. Feira de Levante de Leiria - Redução em 50% da taxa de terrado - Apreciação, discussão e votação;

10.3. Parque de Estacionamento da Fonte Quente - Isenção da taxa de utilização - Apreciação, discussão e votação;

11. Reescalamento de Compromissos Contratuais:

11.1. Reescalamento de compromissos contratuais com diferimento de encargos para anos futuros, relativos a empreitadas e serviços do Município - Apreciação, discussão e votação;

11.2. Reescalamento de compromissos contratuais com diferimento de encargos para anos futuros, relativos a empreitadas da DIGEMP1 - Apreciação, discussão e votação;

12. Contratos:

12.1. Minuta de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências no âmbito da Educação – Modificação - Apreciação, discussão e votação;

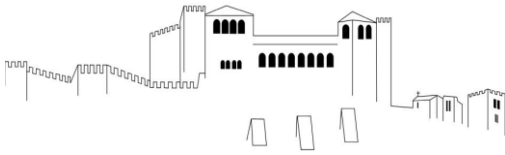
12.2. Minuta de contrato promessa de arrendamento para fins não habitacionais - Torre Nascente do Topo Norte do Estádio Municipal de Leiria Dr. Magalhães Pessoa – Apreciação, discussão e votação;

12.3. Segunda Modificação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Leiria nos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas - Apreciação, discussão e votação;

13. Aquisição dos imóveis que constituem as antigas instalações da “Exelis”, sites em Ponte das Mestras, lugar de Barosa, União de Freguesias de Marrazes e Barosa, para o domínio privado do Município - Apreciação, discussão e votação;

14. Processo n.º T 10/2021 - Parqueamento com Espaço Verde de Utilização Coletiva – Apreciação, discussão e votação;

15. Procedimento de Hasta Pública para cedência do direito de superfície, a título oneroso, para instalação e exploração de estabelecimento de restauração, do



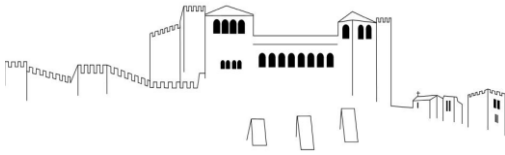
edifício nascente do Mercado Municipal de Leiria – Apreciação, discussão e votação;

16. Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares do 1.º ciclo e Atividades de Animação e Apoio à Família do Pré-escolar (AAAF) – Transferência de valores de apoio / encerramento do ano letivo 2021/2022 - Apreciação, discussão e votação;

17. Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Leiria - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** a todos cumprimentou e deu início à sessão começando a senhora **1ª Secretária** por efetuar a chamada de modo a verificar-se se já existia quórum para se poderem iniciar os trabalhos. Confirmada a existência de quórum o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão começando por relembrar o fato de nesta data também na Assembleia da República se ter reconhecido a efeméride do bicentenário da 1ª Constituição de 1822. Referiu ser uma constituição de raiz liberal pelas mãos de deputados como Veloso Salgado e Passos Manuel, que a história relembra e reconhece, e que foi o princípio de fixação da unidade dos portugueses, do reconhecimento da rutura com o poder absolutista e de reconhecimento e fixação enquanto nação. Relembrou que nessa altura os portugueses reconheciam e elegiam os seus representantes, que tinham o poder de legislar, o Governo que tinha o poder de executar e um terceiro poder, que era o poder judicial, que fazia observância e fiscalização. Continuou a sua intervenção dizendo ter sido este o princípio da separação de poderes bem expresso nessa 1ª Constituição de 1822 e depois como matriz inicialmente liberal que depois veio a evoluir para uma matriz mais social com a matriz liberal / social com um verdadeiro sufrágio já universal na nossa Constituição após 1974, com a igualdade de todos os cidadãos portugueses. Relembrou também que nesta Constituição se começou a construir aquilo que é de facto o exercício do poder local, do poder local democrático que é também uma consequência de todo este processo de evolução e também, obviamente, sem o qual não estaríamos aqui hoje se não tivesse havido todo este processo de evolução desde a Constituição de 1822, a 1ª Constituição de 1822. Deixou esta memória em honra de todos aqueles que lutaram por um modelo político que foi evoluindo até à democracia atual que temos.

Comunicou que antes do início da sessão reuniu com os líderes de cada grupo municipal numa miniconferência de líderes para abordar outra situação que tem a ver com a realização de uma assembleia extraordinária, prevista regimentalmente, no dia 7 de outubro e relativa ao estado do concelho. Nessa miniconferência foi acertado o formato



dessa assembleia extraordinária dado ser a primeira vez que será realizada, não existindo por isso comparativo prévio, nomeadamente regimentalmente, com que pudessem fazer efetuar comparativos.

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, informou sobre as faltas e os pedidos de substituição da sessão.

Continuando a sessão, o **senhor Presidente da Assembleia Municipal**, comunicou ter recebido um pedido de suspensão de mandato, de acordo com a alínea d) do ponto 3 do artigo 5º do Regimento em vigor, por parte da deputada Filomena Marília Henriques Carvalho, do CDS-PP. Disse ser um pedido que regimentalmente deve ser apreciado pela Assembleia e deve ser votado tendo por isso questionado se algum dos senhores deputados pretendia manifestar-se sobre o pedido. Não havendo pronúncia sobre o pedido o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto a votação.

O pedido de suspensão de mandato até julho de 2023 foi aprovado **por maioria, com 3 abstenções** (1-CDS-PP, 1-PCP e 1-BE).

De seguida, fez saber que as atas referentes às sessões de 29 de abril, 16 maio e 24 de junho, que foram disponibilizadas a todos para leitura, se encontravam para aprovação tendo submetido as mesmas à apreciação.

Começou por submeter a **ata nº 4/2022** (sessão ordinária 29 abril 2022) à votação.

A ata foi aprovada **por unanimidade**.

De seguida, submeteu a votação a **ata n.º 5/2022** (sessão extraordinária 16 maio 2022).

A ata foi aprovada **por unanimidade**.

Por fim submeteu a votação a **ata nº 6/2022** (sessão ordinária 24 junho 2022) à votação.

A ata foi aprovada **por unanimidade**.

Continuando a sua intervenção o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, enumerou as representações efetuadas Assembleia Municipal durante o período de 24 de junho até 23 de setembro.

Como tem vindo a ser feito em outras Assembleias Municipais, e de modo a não retirar aos munícipes o seu direito a usar da palavra na sessão, também a Assembleia Municipal de Leiria permitiu a sua inscrição, tendo-se inscrito três munícipes.

Munícipe Alípio Custódio Lopes

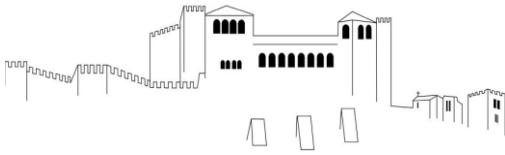
FALTOU

Munícipe Dinis Francisco

Transcrição:

"Cumprimento o Presidente da Mesa, Presidente da Câmara, Vereadores, membros da Mesa e Assembleia, Presidentes de Junta e todos os concidadãos,

Boa noite a todos.



O sucesso do futuro de qualquer sociedade é directamente proporcional à qualidade do sistema de ensino.” Esta é a introdução da sua mensagem do Projecto Educativo Municipal, Senhor Presidente. E, estou de acordo com as suas palavras, no sentido, que “a meta não se circunscreve meramente ao êxito curricular, mas ambiciona alcançar o sucesso na formação universalista do aluno”.

A Câmara Municipal continua a aplicar o princípio da discriminação positiva no acesso aos apoios no âmbito da acção social escolar. Ou seja, as crianças e alunos continuam a ser catalogados nos escalões de subsídios escolares de acordo com a declaração de IRS dos pais.

Todos nós aqui presentes, e em especial os presidentes de Junta, sabemos, que os escalões A e B são uma verdadeira farsa.

Será que Leiria não poderá oferecer respostas sociais no domínio do apoio às famílias a todos os alunos de forma gratuita?

A chamada classe média, pilar estável da nossa sociedade, que paga os seus impostos e raramente usufrui de qualquer benefício, está cada vez mais ameaçada perante os actuais aumentos de preços, custos energéticos e taxas de juro. Estes aumentos reflectem-se de forma rápida e directa nos encargos que as famílias têm, penalizando ainda mais o seu poder de compra.

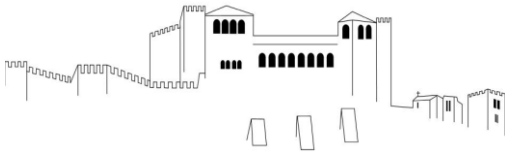
Perante a difícil conjuntura que se avizinha, a segregação das crianças e dos alunos através da atribuição de subsídio escolar por escalão é tudo, menos positiva.

Afinal, as crianças e alunos não têm os mesmos direitos para frequentar um ensino universal e gratuito.

Perante as circunstâncias críticas que os pais irão enfrentar, não será agora oportuno, crucial e fundamental apoiar todas as crianças e alunos deste concelho que se encontrem sujeitas à sua jurisdição, sem discriminação alguma, independentemente de qualquer consideração de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra da criança, de seus pais ou representantes legais, ou da sua origem nacional, étnica ou social, fortuna, incapacidade, nascimento ou de qualquer outra situação?

Não será esta a altura ideal a Câmara Municipal dar o passo decisivo e apoiar todas as crianças e alunos de forma universal e gratuita através dos apoios na alimentação, dos subsídios para material escolar, dos apoios nos transportes escolares, dos apoios a visitas de estudo, dos apoios no alojamento e residências escolares, bem como, o acesso universal e gratuito às Actividades de Animação e de Apoio à Família, às Actividades de Enriquecimento Curricular, à Componente de Apoio à Família?

O que a Câmara Municipal pode fazer na área do Ensino é muito mais abrangente e inclusivo do que está a ser feito.



E aí, Sr. Presidente, não será este o momento, o Município ir além das medidas existentes e dar um passo decisivo para que Leiria se torne no modelo nas políticas da Educação que lhe compete?

Não poderá ser este o momento de Leiria liderar o país na implementação de um sistema educativo integrado que seja transversal, universal e gratuito para todas as crianças e adolescentes, permitindo ser a base do nosso sucesso?

Obrigado.”

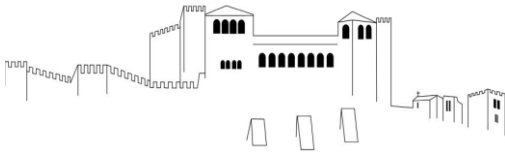
Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Cumprimentou todos os presentes.

Começou a sua intervenção referindo que o apoio social familiar no âmbito das autarquias tem regras legais estabelecidas há muitos anos. Os apoios sociais, quer sejam nas refeições, nos prolongamentos ou nas atividades relacionadas com aquilo que são as atividades complementares derivam daquilo que são os escalões de abono de família o que significa que, consoante o escalão, beneficiam de reduções nos preços respetivos.

Sobre a questão se os escalões estão bem ou mal atribuídos explicou ser uma competência que não é da Câmara, mas da Segurança Social tendo admitido que existem situações, por vezes de injustiça, que quando são denunciadas ou que são evidentes a própria Câmara, através dos seus serviços, corrige fazendo com que uma pessoa que está a beneficiar de uma isenção ou de uma redução e que não a merece esta lhe seja retirada. Afirmou que se vivêssemos num momento em que a capacidade financeira do país permitisse estender todos esses apoios a todas as classes sociais seria um sinal de impulso não só para a educação, mas também para a natalidade. Na sua opinião, acha ser uma medida que, tal como foi implementado no âmbito das creches, deve ser implementada no âmbito nacional, uma vez que não podem existir no nosso país concelhos de 1ª e de 2ª nesse aspeto. Referiu existirem situações extremas em Fronteiras em concelhos vizinhos e onde não faz sentido que não seja uma medida nacional aquilo que são as questões do apoio social familiar.

Por outro lado, disse que o apoio nos materiais escolares em alguns níveis de ensino também já está totalmente garantido e os transportes escolares também. Esclareceu que a Câmara possui uma rede bastante extensa de transporte escolar que significa um investimento anual superior a 1 milhão de euros, ou seja, toda uma parte significativa do orçamento do Município, como é conhecido, é dedicada à área da educação e quando se fala na educação não são só as obras e as manutenções do parque escolar, mas também todos os recursos humanos que dão apoio diário ao bom funcionamento do ensino no concelho. Explicou ainda que muitas dessas despesas são relacionadas com a ação social escolar o que representa um peso significativo no orçamento do Município, a exemplo de outros Municípios.



Munícipe César Adelino Onofre dos Santos

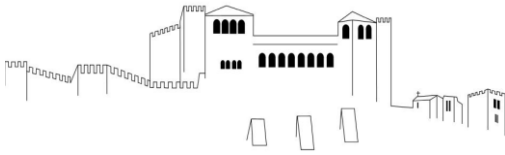
Transcrição:

"Muito boa noite,

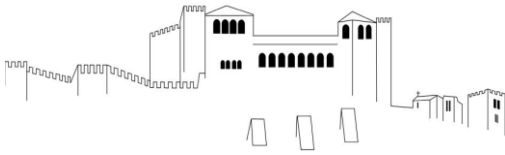
Senhor Presidente da Assembleia geral na Assembleia Municipal e demais membros da mesma Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, minhas senhoras e meus senhores.

Antes de entrar propriamente na ordem do assunto que aqui me traz eu queria só regozijar-me e gostaria que se fosse possível ficasse em ata registado, pelo facto do senhor Presidente desta Assembleia Municipal ter lembrado que hoje na nossa Assembleia Nacional teve lugar uma sessão solene acerca dos 200 anos da Constituição de 1822. Aprecia-me registar esse facto senhor Presidente.

O que aqui me traz, conforme já foi dito, tem a ver com a piscina municipal, o complexo municipal de piscinas e, nomeadamente, a pretensão que algumas pessoas e entidades desta cidade e deste concelho entendem ser pertinente que é a construção de uma piscina de 50 metros destinada essencialmente à competição. Existe, como todos sabem, um complexo razoável com 2 piscinas de 25 metros, um desses planos de água é dos melhores que há a nível nacional onde os nadadores nacionais gostam de cá vir para bater records, têm sido cá batidos vários records e, portanto, justifica-se pelos vários motivos que eu transmiti ao senhor Presidente da Câmara em e-mail que lhe enderecei em 8 de novembro do ano transato e que ele depois, muito simpaticamente, me recebeu a mim conjuntamente com dois elementos do Bairro dos Anjos, o senhor Presidente do Nerlei, o senhor Professor Pedro Morouço, em representação do Presidente do IPL e também como membro, que eu não sabia, da direção da própria Federação e dois pais em representação do núcleo de pais de nadadores de Leiria. Aduzidos os vários aspetos que nós consideramos que são pertinentes para se levar a efeito essa construção e que, na nossa opinião, está atrasada mais de 20 anos, o senhor Presidente discutiu connosco o assunto não deixando, no entanto, de nos chamar a atenção de que no seu programa eleitoral estava prevista a construção de uma piscina a céu aberto e que tinha sido sufragada com o ato eleitoral e que, portanto, teria esse compromisso. No entanto, adiantou que seriam desenvolvidas três reuniões com as pessoas que ali estavam e algumas pessoas da Câmara a cargo do senhor Vereador do desporto, seriam concretizadas três reuniões, concretamente foram mesmo três reuniões que foram ditas para discutir esse assunto da piscina descoberta ou piscina de competição e entretanto, passado este tempo todo, isso não aconteceu. E sucede que no entretanto, como é do conhecimento público, o senhor Presidente anunciou, sem nos ter dito mais nada, que iria ser construída uma piscina descoberta com a qual nós discordamos em absoluto porque acho que não se justifica nem pouco mais ou menos, mas



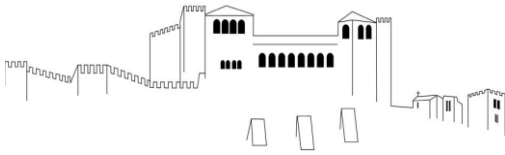
que, como se isso não bastasse, nem sequer fica perto nem acoplado ali ao complexo, teria lugar nuns terrenos ali a caminho da Barosa, ao pé da passagem de nível e que nós achamos também que não faz qualquer espécie de sentido porque o terreno não só é mal orientado, não tem características técnicas para isso, já lá foram feitos despejos de suiniculturas e, portanto, o terreno está altamente contaminado e como se isso não bastasse eu li algures, não sei se corresponde à realidade ou não, mas estas coisas valem o que valem, de que o custo do terreno ascenderia aos 2 milhões de euros. 2 milhões de euros é 1/3 do custo da construção da piscina de 50 metros, é obra, 1/3 logo à partida e mesmo assim, também questiono, já agora não sei se é do conhecimento dos senhores deputados, presumo que não, mas julgo que ainda se mantém na posse da Câmara, do Município um terreno razoável na margem direita do rio, muito mais bem orientado e com características muito melhores para um equipamento desse tipo, por trás da urbanização do Gordalina. É um terreno razoável, também aquela ali era, bom, pronto, mas nós sabemos como essas coisas são e, portanto, esse terreno estando na posse do Município não representava qualquer custo a admitir-se mesmo assim a possibilidade de fazer uma piscina de céu aberto com a qual nós não estamos de acordo até porque não tem nada, rigorosamente nada a ver com uma piscina destinada à competição e se se pretende propagar o nome de Leiria, e eu acho muito bem, que aliás eu comecei por dizer na reunião que nós tivemos que a justificação para uma coisa deste tipo justifica-se em três aspetos uma piscina de competição, um complexo de natação, justifica-se por causa de três aspetos que eu considero importantes no plano desportivo, por razões óbvias. Os resultados falam por si, apesar das condições em que os rapazes e raparigas aqui treinam em Leiria, em desvantagem comparativamente a todos os outros a nível nacional que treinam em piscinas de 50 metros. Eles treinam quase todo o ano em 25 metros e mesmo assim estão em 8º lugar do ranking nacional e já estiveram duas vezes na 1ª divisão (**senhor César, pedia-lhe o máximo de poder de síntese ...**). Entretanto, promovemos a vinda cá a Leiria, e eu dei conhecimento disso ao senhor Presidente, de um arquiteto que é dos maiores especialistas a nível mundial em piscinas. Também se manifestou o Arqtº Paulo Azevedo, ex-atleta, dirigente do Sport Algés e Dafundo, tem 80 projetos de piscinas a nível nacional e internacional, é requisitado pelo Comité Olímpico Internacional para consultas, eu dei conhecimento disso ao senhor Presidente que ele cá viria e, entretanto, não houve oportunidade de se trocarem mais impressões sobre isso. Ele está ao dispor para aquilo que a Câmara entender, que o senhor Presidente entender. Se, de facto, a existência de um complexo destes é altamente estratégico para Leiria, como eu dizia, no plano desportivo e no plano económico, porque tem sempre retorno, nomeadamente tornar isto num centro de alto rendimento comparativamente a Rio Maior tendo a piscina de 50 metros não tem qualquer espécie de



comparação. Hoje, com o desenvolvimento que existe do caráter científico do treino desportivo já não se utilizam aqueles espaços da concentração como todos nós sabemos, dos atletas fechados ali, é nas cidades e, nomeadamente noutras modalidades isso é muito falado. Os atletas podem estagiar e depois circular pelas cidades e Leiria tem isso já construído, isso já está ali e nós vemos isso com os atletas do Centro de Lançamentos, os atletas do Estádio circulam pela cidade e, portanto, não se compreende que isso não possa ser discutido que é aquilo que aqui me traz, porquê de isso não poder ser discutido, é tão simples quanto isso e porquê aduzir o argumento de que está no plano, no programa eleitoral a construção de uma piscina a céu aberto.

(Sr. César, tem mais 2 minutos e 38 segundos do que o tempo previsto regimentalmente e atribuído. Senhor Presidente e senhor César peço imensa desculpa, mas não vão estabelecer diálogo. Agradecia que rapidamente terminasse.)

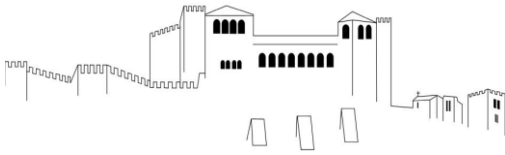
*Está lá promover a construção de um parque aquático. Há parques aquáticos como o Zoomarine, não tem piscinas. Há parques aquáticos com piscinas a céu descoberto e há parques aquáticos com piscinas cobertas, pronto, portanto, as pessoas não sabiam no que é que estavam a votar relativamente a piscinas, pronto. Eu termino já, senhor Presidente porque, de facto, faz-me espécie que Leiria esteja atrás dos outros podendo estar à frente, nomeadamente neste particular e, portanto, não me parece que seja muito correto não proporcionar à nossa juventude, aos homens de amanhã, as condições iguais aos outros, treinam em condições inferiores aos outros, porquê? Eu não estou a exigir que isso tem de ser feito, porque é que não se pode discutir isso? é tão simples quanto isso. Termino senhor Presidente, já agora, fazendo-lhe um apelo a vossa Ex^a, como é responsável governativo, Ah! Há aqui só aqui um aspeto, que já que agora permita-me **(agradecia-lhe que fosse mesmo muito breve para terminar senão retiro-lhe a palavra, como é óbvio)** é que para além da parte da juventude, como o senhor Presidente sabe muito melhor do que eu, há um problema grave em Portugal que é o inverno demográfico e a qualidade de vida das pessoas séniores e que, portanto, em Portugal, os anos de vida média sem problemas de saúde depois da reforma é metade do que, por exemplo, na Suécia e isso tem custos como o senhor Presidente sabe bem melhor do que todos nós porque teve responsabilidades governativas até há bem pouco tempo nessa área e, portanto, eu fazia-lhe o apelo que V^a Ex^a pudesse sensibilizar o senhor Presidente da Câmara e as outras pessoas nessa área, não só como ex-governante com responsabilidades nessa área, como deputado eleito pelo círculo de Leiria, como Presidente desta Assembleia Municipal e mais ainda, e para mim mais importante, como autoridade na área porque como médico o senhor Presidente tem*



trabalho publicado precisamente na área da medicina desportiva e também na área do envelhecimento saudável. Tenho dito. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Começou por dizer ainda saber o que é que pensa sobre um parque aquático no seu próprio programa. Explicou que quando assumiu a candidatura e disse que iria fazer um parque aquático este era descoberto e era para substituir aquilo que era o ideal de uma piscina ao ar livre como Leiria teve no passado, como toda a gente sabe, o senhor César Santos incluído. Na sua opinião, se o senhor César não sabe é porque fez um exercício demagógico de ignorar e de ler e não conseguir compreender o que está lá escrito porque é do conhecimento público que essa sempre foi uma vontade não só neste programa, mas também no plano estratégico que tinham encomendado anteriormente. Afirmou que quando lhes foi solicitada uma reunião por parte de um conjunto de pessoas que foram anteriormente enumeradas e em grande parte ligadas ao Bairro dos Anjos, onde se encontrava o atual presidente do NERLEI que não esteve presente nessa qualidade como teve oportunidade de esclarecer. Considera que utilizar esse cargo (Presidente do NERLEI) para subscrever um grupo tem um tom e é abusivo utilizá-lo do ponto de vista da inteligência, assim como o Professor Moroso, com quem teve a oportunidade de falar depois de saber que o senhor César estaria presente na sessão da Assembleia Municipal tendo-o questionado se teria alguma coisa contra a solução da piscina ao ar livre. Curiosamente, é a favor da mesma. Falou-lhe ainda sobre a reunião que houve com o Professor Paulo Azevedo, o especialista que tem piscinas em vários locais, reunião onde ele próprio não pôde estar presente e onde o técnico terá assumido ser um erro a construção de uma piscina de 50m, uma piscina olímpica de raiz pois já não se fazem e são caríssimas. Nessa mesma reunião, o Professor Paulo Azevedo transmitiu que uma das hipóteses, mesmo assim arriscada e que não aconselhava, era fazer a ampliação da piscina de 25 atual para 50. Continuou a sua intervenção dizendo que o senhor César ao subir ao púlpito podia ter sido honesto e dizer qual foi a conclusão que o tal especialista lhe disse e que não foi capaz de transmitir. De modo a esclarecer a questão das piscinas olímpicas e porque desde a reunião realizada em dezembro efetuaram um conjunto de estudos e reuniões para perceber se a validade deste pedido deste grupo de cidadãos onde estão inerentes não só os pais de atletas do Bairro dos Anjos, mas também professores, treinadores e pessoas que gostam de natação, as quais respeita, e que considera o seu movimento como um lobby de interesse para defender um investimento que visa um setor muito próprio da sociedade, que tem direito a fazê-lo junto da autarquia, do senhor presidente da Assembleia Municipal apelando àquilo que é o seu currículo académico, considera perfeitamente legítimo as pessoas poderem intervir dessa maneira. Referiu nunca se terem negado à discussão, o



que não podem é inverter a democracia e aquilo que é um executivo que foi eleito democraticamente, com programa eleitoral em que lhe transmitiu e é do conhecimento público ser uma piscina ao ar livre e vir aqui lançar um ambiente de como se não existisse uma orientação, uma vontade clara junto dos leirienses. Solicitou ao senhor Vereador Carlos Palheira que apresentasse o estudo que foi feito.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** solicitou ao senhor Vereador Carlos Palheira que efetuasse uma intervenção sobre o assunto.

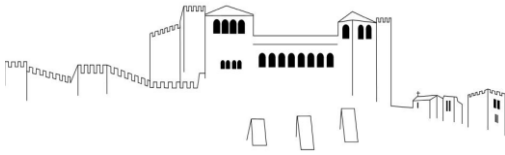
Intervenção do senhor Vereador Carlos Palheira

Transcrição:

"Muito boa noite a todos. Cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia e em si todos os presentes.

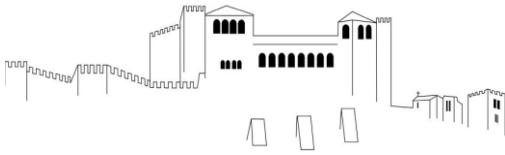
Essencialmente, antes de começar aqui a minha apresentação, dizer uma questão que todos sabemos. Uma piscina olímpica é essencialmente um projeto desportivo, não é tanto um projeto comunitário é muito mais, tem uma vertente muito mais desportiva do que propriamente de uso comunitário. É verdade que tivemos a reunião e é verdade que fizemos um conjunto de medidas que tivemos que fazer no sentido de perceber esta questão das piscinas. Foram feitas, naturalmente, reuniões internas, foram feitas várias reuniões e várias visitas com entidades que têm piscinas olímpicas em Portugal, foram feitas, também nós fizemos entrevistas e tivemos reuniões com especialistas na área das piscinas muito concretamente na área das piscinas olímpicas, não existe só esse senhor existem outros arquitetos que também fazem. Foi também feita uma análise documental do funcionamento de modelos financeiros, mas também de modelos organizacionais das próprias piscinas. No sentido de dar maior clarividência também maior objetividade relativamente a esta questão promovemos um espaço de diálogo público para os maiores especialistas virem falar ou alguns especialistas, não podem ser todos, virem falar a Leiria, e ficam já todos convidados para participar neste Congresso que vai-se realizar em Portugal na APOGESD (Associação Portuguesa de Gestão Desportiva) para abordarem o tema da gestão das piscinas cobertas, neste caso muito em concretamente as de 50 metros, será dia 29 e 30 de novembro.

Fala-se de piscinas cobertas como se houvessem em todo o lado. É preciso nós percebermos que não existem piscinas cobertas em todo o lado, elas são em número reduzido e são concentradas essencialmente em 2 pólos. Estou a falar de piscinas cobertas olímpicas para competição e nós temos essencialmente na zona do Porto três (Campanhã, Póvoa de Varzim e o Colégio de Santa Maria de Lamas, esta de iniciativa privada), temos em Lisboa três também (Estádio Universitário de Lisboa, Complexo de Piscinas do Jamor e as piscinas de Vila Franca) e depois temos duas a servir a zona centro, como foi bem referido, uma em Coimbra e também uma em Rio Maior no Centro de Alto Rendimento de Rio Maior.

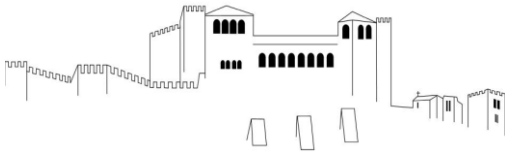


Portanto, não existem assim tantas no país, existem estas.

Relativamente às descobertas é também uma oportunidade para o território para se promover através do desporto, penso que também não foi aqui referido, mas se vir há uma mancha toda do território que não está preenchida com piscinas que cumpram este objetivo e a mancha do território que não tem, que não tem piscinas é a zona centro toda, de resto existe um conjunto de piscinas a norte (Famalicão e São João da Madeira), existem muitas, curiosamente, na zona do Alentejo e do Algarve (Reguengos de Monsaraz, Évora, Vidigueira) e também a sul, mais a sul no Algarve (Faro e Loulé), ninguém tem na zona centro. É uma oportunidade, nós sabemos que o centro agrega o território e o centro pode potenciar a realização de provas. É também referida a questão das piscinas, eu trago só aqui 2 temas porque custa 6 milhões uma piscina, curiosamente Gaia está em fase de concurso para a concessão de uma piscina, a da Lavandeira, em que vai construir uma piscina que só tem 6 pistas de 25 metros e 2 de 50, portanto, as outras 6 não têm 50 e o projeto vai custar 10 milhões, 10, não são 6 são 10 e mais, o estudo económico leva para que não possa ser de iniciativa pública vai ser concessionado a um grupo espanhol, também era importante referi-lo e a última olímpica coberta que foi feita em Portugal foi a de Coimbra em 2003, portanto, também não se fazem assim tantas em Portugal. Em Leiria foi dito que sim, existe um complexo mais ou menos não existe um complexo de piscinas. Existe um complexo de piscinas, mas existem mais duas porque a Maceira e a Caranguejeira também têm piscinas e em Leiria o complexo tem 3 piscinas e é verdade, os atletas gostam muito de vir nadar a Leiria, realizamos vários campeonatos nacionais e tem três, uma das quais um tanque de competição de 25 metros como bem referiu e 2 tanques, um de aprendizagem, chamada de aprendizagem, uma piscina de menor profundidade e o chamado "chapinheiro". Eu trouxe aqui alguns dados para perceberem também poderia ser uma extrema necessidade por uma total utilização, uma utilização tão densa que não permitisse a construção de mais nenhum equipamento desta natureza. Eu trouxe os dados de 2009 para não contaminar os dados com a pandemia e nós tivemos 206 mil entradas, uma média de 18.792 entradas por mês, 11 meses porque durante o mês de agosto está fechada, apenas na piscina municipal de Leiria, peço desculpa. Os utilizadores da piscina de formação desportiva e infantil, aquela que é mais usualmente utilizada, representaram 92% da população, 92% do uso, aliás, das entradas enquanto na da competição apenas representa cerca de 8%, sendo que dos 8% a competição representa apenas metade deste valor, cerca de 4%, o resto são pessoas de público livre e mesmo assim, em utilização muito condicionada durante os horários de treino. No ano de 2022, bem sei que estamos em pandemia e os níveis são mais baixos, tivemos 91.074 entradas com uma redução de cerca de 30% das utilizações apesar de um crescimento, mas com uma média de 13.010



peças por mês. Os utilizadores da formação desportiva e do tanque de aprendizagem têm em percentagem baixado e a competição desportiva baixou em relação à utilização do público livre. Fiz outro exercício também que é as taxas de ocupação das piscinas municipais de Leiria, do complexo. A piscina infantil e a piscina de aprendizagem tiveram uma taxa de ocupação de cerca de 43% relativamente à sua capacidade máxima. A referência através do regulamento, que é quem rege a utilização do próprio complexo de piscinas municipais, prevê 12 utilizações por pista. Em 2022 esta taxa cresceu para 27% mesmo que baixássemos o número de 6 por pista estávamos a falar em cerca de metade da utilização da capacidade máxima da piscina. Mas na competição o cenário é ainda mais drástico, temos uma taxa de ocupação em 2019 de apenas 6,6%. Mesmo que nós baixássemos de, e em 22, perdão, baixou para 4,9%, se baixássemos para 6% não chegávamos a 10 e mesmo que deixássemos para 3 pessoas por pista não chegávamos a 20% da capacidade máxima, está muito longe a piscina poder ter uma taxa de utilização máxima. É importante também percebermos aqui, para lá da piscina estar longe de estar esgotada na sua totalidade e na sua capacidade de receber atletas para competição, temos uma longa disponibilidade ainda, não ultrapassamos os 20%, a utilização também é preciso que as pessoas saibam que à semelhança das outras modalidades é utilizada ao nível da competição pelos clubes que assim precisam da piscina para desenvolver as suas atividades, é feita de forma gratuita, é o Município que empata esse investimento nos clubes, os dados de análise financeira que fizemos a várias piscinas, Jamor, Rio Maior, Coimbra, Coimbra, por exemplo, há um estudo de doutoramento na piscina em que dá, por exemplo, um défice anual de 600 mil euros, estamos a falar na piscina do Estádio do Jamor com défices muito semelhantes ainda superiores, estamos a falar, por exemplo, de Rio Maior que é um centro de alto rendimento com uma infraestrutura anexa que faz com que esse impacto seja mitigado, mas mesmo assim anda nas largas centenas de milhares de euros, largas centenas de milhares de euros. Existe unanimidade neste campo relativamente aos peritos e aos vários relatórios financeiros, é que as piscinas cobertas são altamente deficitárias, têm um empate e têm externalidades importantes para a população, têm e nós também temos que os explorar, é um facto. **(senhor Vereador, apelava à sua capacidade de síntese, já ultrapassámos o dobro do tempo.)** As piscinas olímpicas, como sabem, servem essencialmente a competição, não há neste momento também nenhum programa de financiamento aberto para este tipo de equipamentos, portanto, teríamos que empatar ao nível do orçamento da Câmara Municipal um custo aproximado estimado de uma piscina andaria nunca menos de 12 milhões, mas 15 / 20 milhões que depois terá todo o complexo de piscinas em anexo, não é apenas esse tanque, e o público livre nunca seria neste momento 7% sendo certo que há uma outra questão, é que se as



populações fossem lá nadar ainda reduziria menos a taxa de utilização do complexo de piscinas municipais de Leiria, portanto, eu acho que não vivemos, infelizmente, num país que é muito rico, temos de ter uma gestão cuidada, os dados estão apresentados, mas, como eu digo e convido-vos a todos a irem ao Congresso da APOGESD e vamos ter um debate sobre esta temática. Muito obrigado.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”.

***** PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA *****

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** iniciou este período referindo a existência de duas recomendações e uma moção.

Recomendação “Isenção Taxas Ocupação Espaços Públicos”, apresentada pelo senhor deputado **Telmo Marques – Iniciativa Liberal**.

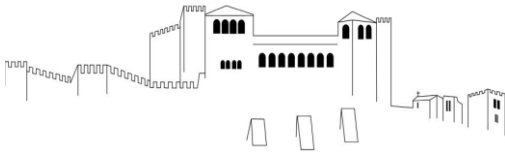
Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente da Assembleia e na sua pessoa os meus cumprimentos a todos.

Ora esta recomendação, que eu não vou ler na íntegra, os senhores deputados já tiveram, com certeza, oportunidade de ler, mas esta recomendação propõe uma importante poupança para os comerciantes de Leiria e vou dar um exemplo que todos de certeza entendemos. Um café ou um restaurante tem que pagar uma taxa para colocar uma esplanada junto ao seu estabelecimento, no entanto, e devido à pandemia, e bem, foi aqui aprovada uma isenção temporária e estes comerciantes não pagam estas taxas há sensivelmente 2 anos, mas, mas vão ter de voltar a pagar já a partir de janeiro porque essa isenção chega ao fim. Muito resumidamente o que nós propomos aqui na prática é a continuação dessa isenção para que não termine já em próximo janeiro e para que continue. Entendemos isto porque se o Município conseguiu abdicar durante este tempo todo desta receita é porque há realmente margem para que se acabe de vez com estas taxas e para deixar esse dinheiro no bolso destes comerciantes. Termino assim então resumindo aquilo que recomendamos ao executivo, que analise o regulamento e elimine todas as taxas nos casos em que não é necessário licenciamento e nos restantes casos que posse a existir apenas um pagamento único que cubra os custos desse licenciamento. Isto vai permitir aos comerciantes de Leiria a continuação de uma importante poupança que com certeza se traduzirá em mais e melhores serviços no nosso Município. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Júlio de Jesus – PS

Transcrição:



"Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa e na sua pessoa todos os presentes bem como os que nos acompanham online

O grupo parlamentar do partido socialista já aqui elogiou a medida tomada pela autarquia no que diz respeito à permissão da instalação de esplanadas e isenção das respetivas taxas como medida de apoio às pessoas e comércio local em resposta à pandemia COVID-19, isenção que se mantém em vigor até final do corrente ano.

Felizmente os tempos de pandemia parecem estar cada vez mais afastados de nós, e tudo indica que estamos de volta á normalidade.

Hoje podemos confirmar e afirmar sem qualquer dúvida a eficácia dos apoios e medidas executadas pela autarquia.

Importa referir que existe em vigor um Regulamento de Ocupação do Espaço Público que contempla a autorização da ocupação do espaço público com esplanadas.

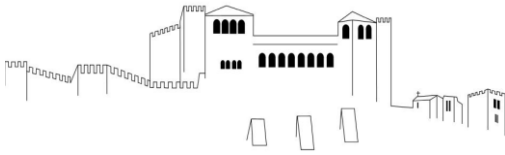
A autorização especial em vigor permitiu autorizar a título precário e temporário esplanadas em diversas situações que inicialmente não estavam previstas no Regulamento.

Todas as situações que existem autorizadas ao abrigo do projeto municipal denominado "Reflorir as esplanadas de Leiria", segundo informação obtida estão neste momento a ser objeto de um levantamento pela equipa da autarquia que irá permitir identificar quais as esplanadas com condições de licenciamento, quais as que não cumprem as condições ou ainda caso se venha justificar se efetue uma eventual alteração no Regulamento de Ocupação do Espaço Público em vigor, sempre tendo como base o regresso á normalidade. Refere a recomendação apresentada,

a oportunidade para repensar a isenção definitiva das taxas relativas á ocupação de espaços públicos, aqui entendemos que todas as isenções em espaços públicos devem ser muito bem ponderadas e estudadas, tomemos por exemplo dois estabelecimentos de uma mesma atividade na mesma rua em que um tem condições para ocupar espaço público com esplanada e outro que pela sua localização não tem essa oportunidade, será justo isentar o que já tem oportunidade de beneficiar do espaço?!

a isenção de taxas para as meras comunicações prévias, estas já se encontram previstas no âmbito da grande revisão do "Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Leiria (RTTML)".

taxa de pagamento único que suporte os custos de fiscalização do cumprimento de requisitos legais e regulamentos aplicáveis, não existe atualmente taxa para fiscalização, a fiscalização sucessiva da ocupação do espaço público é uma competência do município não havendo lugar ao pagamento de taxa devido a despesas associadas ao ato, unicamente existe uma contraordenação caso seja detetada alguma irregularidade.



A recomendação para a isenção total de taxas parece-nos extemporânea e carece de uma análise mais profunda, referir que em consulta ao município obtivemos a informação de que o mesmo já está a prever algumas das situações na grande revisão ao regulamento que será posteriormente apresentado e discutido.

Obrigado.”

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

“Boa noite senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimentar a restante Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal e na sua pessoa cumprimentar todos os Vereadores presentes, senhores deputados desta Assembleia, senhores Presidentes de Junta, público, órgãos de comunicação social, intérpretes de língua gestual, muito boa noite a todos e também às pessoas que nos veem lá em casa. Permitam-me que faça já o protocolo digno deste órgão.

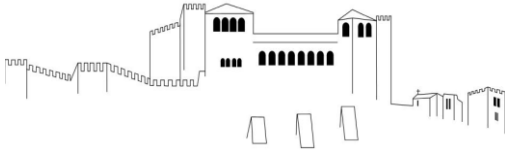
Nós percebemos a intenção da Iniciativa Liberal e a preocupação da qual, de facto, também é uma preocupação que partilhamos, os apoios a esta atividade económica que tanto sofreu e que sofre, continua de facto a sofrer agora não só com a pandemia, mas também com a dificuldade de vida, do custo de vida das pessoas e entendemos, de facto, que é um setor que precisa de apoio. Ainda assim, consideramos que o espaço do domínio público municipal é dos cidadãos e, portanto, achamos que também se puder haver e houver uso económico do mesmo tem obviamente que ser mediante medidas de pagamento. Se fosse um espaço privado teriam que ser pagas taxas e, portanto, teriam que ser devidamente fundamentadas caso, enfim, houvesse a isenção de parte dos privados, mas seja como for, salvo em circunstâncias excecionais devidamente fundamentadas, nós não aceitamos a isenção do pagamento total destas taxas e achamos sim que este plano, enfim, deu a prova de que funciona e, portanto, se houver outra situação de emergência este plano funcionará. Muito obrigada.”

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA

Transcrição:

“Cumprimentar o senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, nas suas pessoas todos os presentes.

Quando se discutiu esta questão, quando esta questão foi trazida aqui à Assembleia, o CHEGA disse logo que estas medidas, esta isenção teria de ir muito além do suposto fim da pandemia uma vez que para os comerciantes, para o pessoal da restauração a pandemia, os efeitos da pandemia ainda estão para durar ainda que a pandemia acabe hoje e é neste sentido que o tal regresso à normalidade que foi aqui trazido tem de ser encarado com as devidas reservas porque para comerciantes, lojistas, em particular para



proprietários de restaurantes, cafés, bares a pandemia não acabou, a pandemia vai durar, os efeitos da pandemia vão durar por isso, reconhecemos o mérito desta moção, a importância de se estudar a isenção da generalidade destas taxas até porque comerciantes, lojistas, empresários também são cidadãos, também são cidadãos, portanto, votaremos por uma questão de coerência e porque em particular nesta casa, neste nível, o jogo partidário não se deve sobrepor aos interesses da população, irei votar a favor. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

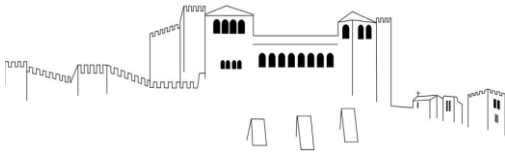
Cumprimentou todos os presentes.

Referiu que a utilização do espaço público, que é um espaço que está a ser invadido ou abdicado daquilo que é a utilização por todos ao ser alocado a um negócio particular terá obrigatoriamente de ter associada uma taxa, um pagamento. Na sua opinião, acha que isso é perfeitamente perceptível. Em relação às questões relacionadas com momentos especiais como foi o da pandemia onde as pessoas que não tinham condições, sobretudo a restauração, para funcionar em ambientes fechados pelo país, pelo mundo foi implementada esta medida de espaçamento ao ar livre e por isso permanece ainda um hábito positivo de se utilizarem as esplanadas como local de estar mesmo depois dos momentos mais difíceis da pandemia. Continuou dizendo que a isenção que têm ainda se prolonga considerando que este tipo de proposta deverá merecer uma análise cuidada sobre os verdadeiros impactos sendo que a gratuidade é algo que poderá trazer benefícios para a atividade económica em momentos especiais em que é necessário impulsionar. Esclareceu que de momento está em vigor até ao final do ano e naturalmente este tipo de impacto financeiro na economia poderá ser avaliado. No entanto, há um princípio que, no seu entender, tem de existir. Existem esplanadas cuja presença em locais públicos limita também aquilo que é o usufruto desse espaço por parte das pessoas. Concluiu dizendo que haverá naturalmente uma votação e que possuem todo o interesse, depois dessa votação, em analisar a proposta.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a **Recomendação “Isenção Taxas Ocupação Espaços Públicos”** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **rejeitar por maioria, com 3 votos a favor** (2-CHEGA, 1- IL) e **13 abstenções** (12-PSD, 1-CDS-PP).

“Recomendação à Câmara Municipal sobre os atos de vandalismo e a vandalização do abrigo do Lagar Velho no Lapedo”, apresentada pela senhora deputada **Joana Cartaxo – PCP**.



Transcrição:

"Muito boa noite a todos novamente.

Bom, penso que toda a gente recebeu a recomendação, mas acredito que lá em casa não tenham conhecimento e, portanto, eu proponho ler esta recomendação se bem que, enfim, é algo que nós temos vindo sempre a apelar a esta questão da aquisição dos terrenos onde estão localizados, onde está localizado o abrigo do Lagar Velho, no Lapedo. Em todo o caso, eu vou ler, principalmente também para as pessoas que lá estão em casa e os presentes que não tiveram acesso.

Considerando que o sítio arqueológico do abrigo Lagar Velho, no Lapedo, uma área com ocupação humana comprovada desde há pelo menos 29 mil anos, classificado pela Direção-Geral do Património Cultural como monumento nacional é da maior relevância científica, inclusive no plano internacional, para o estudo e conhecimento da evolução humana e da interação humana com uma envolvente no Paleolítico Superior. Também a ocorrência dos atos de vandalismo no passado mês de fevereiro também considerando, e considerando também que a propriedade privada dos terrenos onde se situa tem sido um obstáculo ao desenvolvimento dos trabalhos na dimensão e intensidade que se impõe, ou seja, um problema sério para a criação de condições eficazes de proteção, salvaguarda e divulgação e um sério impedimento para o imprescindível investimento do Estado e saudando, aproveitando também a dedicação e o esforço de todos os que desde as descobertas iniciais quer em regime de voluntariado quer em, portanto, profissionais do setor se têm dedicado aos trabalhos de campo, estudo, preservação, e divulgação deste património, a necessidade de trazer ao património público os terrenos onde se insere este sítio arqueológico, enfim, de interesse internacional e a inépcia do Estado Central, a Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária do dia 23 de setembro de 2022 recomenda à Câmara Municipal de Leiria que:

- 1. Reclame a adequada investigação e responsabilização dos autores dos atos de vandalismo no abrigo do Lagar Velho e no Lapedo em fevereiro de 2022;*
- 2. Adquira os terrenos para o património municipal de forma a criar condições de segurança, proteção e salvaguarda deste património, bem como pela realização de campanhas de campo sistemáticas e ampliadas.*

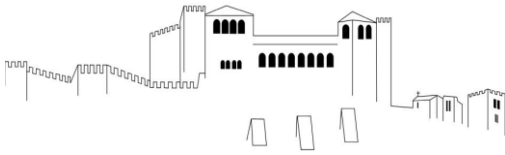
Muito obrigada."

Intervenção do senhor deputado **Acácio Sousa – PS**

Transcrição:

"Acácio Sousa, PS.

Senhor Presidente da Assembleia e na sua pessoa todas as deputadas e deputados municipais aqui presentes, senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, senhor



Presidente da Câmara e na sua pessoa as senhoras Vereadoras e Vereadores, munícipes aqui presentes e que nos acompanham online, senhores jornalistas e todas as equipas de apoio que estão aqui connosco.

Eu sou absolutamente insuspeito quanto a esta questão de sensibilidade em relação ao Lapedo. Já escrevi muito sobre o Lapedo desde há mais de 40 anos, já advoguei, há muito, o tipo de parque que gostaria de ali ver. Era vereador, na altura, da oposição quando clamei contra construções ilegais que por ali surgiam e quem me dera ter ali um parque integrado entre o lazer, a paisagem, a Natureza e a História.

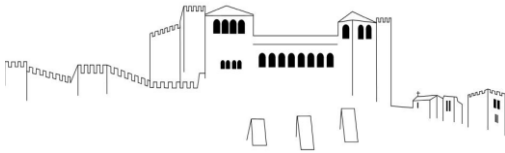
Esta recomendação aparenta ser bondosa, no sentido de salvaguardar a nossa História, mas temos que ser racionais e não sermos motivados, apenas, pelo impulso ou pela emotividade.

Vejamos as conclusões desta recomendação do PCP:

Quanto à primeira, para reclamação de adequada investigação sobre atos de vandalismo em fevereiro passado, o caso foi participado às autoridades competentes e a investigação ainda está em curso. Não cabe à Câmara interferir do processo de investigação e terá que aguardar;

Quanto à segunda, que pretende a aquisição daqueles terrenos para serem criadas condições de segurança, importa dizer o seguinte:

- não é a propriedade de terrenos que garante a sua segurança;*
- quais seriam os terrenos a adquirir? Todo o vale? Ou a zona de prospeção de maior incidência?*
- O chamado "Abrigo do Lagar Velho" já é monumento nacional e os terrenos adjacentes já são considerados uma zona de proteção especial bem alargada, conforme a Portaria nº 630/2013;*
- Portanto, sendo já objeto de proteção e sendo terrenos privados classificados, eles não poderão ter mudança de uso ou de propriedade sem a Câmara Municipal ou a tutela se pronunciarem;*
- Tendo estes terrenos sido classificados pela DGPC, a CML não os pode adquirir sem autorização do Estado;*
- Com isto, será que o PCP sugere o ato hostil de expropriações próprio de uma situação limite? Não se verifica, neste momento, uma situação limite que leve a isso, porque tem havido entendimentos com os proprietários para as necessárias intervenções;*
- No entanto, uma aquisição que tenda para a criação de um parque integrado (Natureza, paisagem, lazer e História) implica sempre, previamente, um plano de intervenção que pré-defina qual o uso de cada espaço de toda aquela área. O estudo deste plano de intervenção estará já em curso.*



Senso, aparentemente, uma recomendação bondosa e cuja ideia primordial não se pode rejeitar, no entanto, não deixa de ser vaga e extemporânea, conforme é apresentada em texto. Por isto o Grupo do PS não votará a favor.”

Intervenção do senhor deputado Telmo Marques – IL

Transcrição:

“Muito boa noite, novamente.

Muito rapidamente em relação ao 1º ponto, não temos nada a apontar que se reclame a devida investigação e responsabilização dos autores do vandalismo, absolutamente nada contra e folgo em saber que já existe um processo com as entidades competentes, é positivo, mas em relação ao 2º ponto é interessante porque o nosso colega Hugo Morgado disse aqui à pouco que às vezes os interesses partidários ou muitas vezes se devem sobrepor àquilo que são os interesses nesta casa e o interesse nos factos e a verdade é que vou concordar agora com o meu colega, deputado Acácio Sousa, porque é verdade que a segurança não se garante pela propriedade, simplesmente pelo facto de o terreno ser público ou privado não deixa de haver vandalismo ou outro tipo de crime ou prevaricação, portanto, parece-nos que esse ponto é indefensável porque assenta num pressuposto que é completamente falcioso. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA

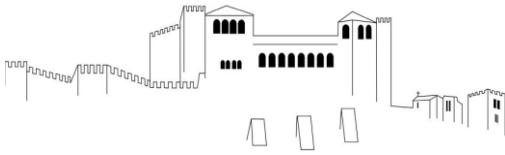
Transcrição:

“Boa noite, uma vez mais.

Ora, ninguém nega a importância do objeto desta moção naquilo que o senhor deputado Acácio chamou de bondade desta moção, agora esta moção parece padecer de dois vícios que na verdade são dois pilares do comunismo e de qualquer bom partido comunista que é ingerência na justiça e ingerência na propriedade privada, porque eu não percebo o alcance ou concretização de reclamar a adequada investigação e responsabilização, enfim, isso é algo que todos fazemos perante qualquer crime, não nos cabe a nós ingerir na investigação, cabe a nós participar no que já foi feito. Por outro lado, como aqui foi dito também, adquirir os terrenos para património municipal por um lado não salvaguarda nada, pelo menos em termos diretos, e por outro lado também é demasiado amplo, ficamos sem saber como é que isto será feito, se será comprado, expropriado, ocupado, não sei. Obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Sobre a questão do abrigo do Lagar Velho explicou ser um património extremamente importante do ponto de vista cultural e histórico, património esse que tem sido alvo de valorização por parte do Município. Referiu que têm sido realizadas várias reuniões, não só com a Secretária de Estado da Cultura, mas também com a Direção-Geral do Património

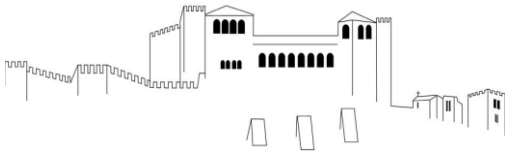


Cultural com o objetivo de definir uma estratégia clara de valorização do espaço. Afirmou que qualquer ato que aconteça de vandalismo em espaço cultural, seja ele classificado ou não, é um ato que deve ser condenado e merecer a desaprovação por parte de todas as pessoas que são cultas e que defendem uma sociedade livre de qualquer tipo de agressividade. Disse que a preocupação que têm com aquele espaço é tão grande que foi uma das medidas, uma das ações que consideram prioritárias naquilo que é o próximo quadro comunitário daí o pedido para mapear esse espaço como espaço cultural de âmbito natural para ser objeto de futuras candidaturas a fundos comunitários no próximo quadro comunitário. Para o efeito é necessário que quem tutela o espaço, quem tem responsabilidades científicas sobre ele consiga também definir as áreas de intervenção e que trabalhe em equipa com as universidades e também com o Município de modo a desenvolver um projeto que seja irrepreensível do ponto de vista patrimonial, científico e que permita, sobretudo aos visitantes, perceber e interpretar a importância daquele achado arqueológico no contexto da história da evolução da vida humana. Reconheceu ser um tesouro que temos e sempre que existe uma necessidade de valorização têm ao longo dos anos, pelo menos nos últimos 12 anos em que estão na Câmara, tido uma intervenção muito intensa junto da tutela para que haja um investimento mais concreto nessa área.

Na sua opinião, referiu que a moção apresentada tem caráter muito vinculativo e que não faz justiça a todo o esforço que tem vindo a ser feito. Uma vez mais afirmou existir ali um património por valorizar e divulgar, que precisa de uma intervenção estratégica com o apoio de fundos comunitários e com a supervisão científica dos especialistas nessa área porque entende não estar ao nível de uma Câmara, de uma autarquia poder pegar naquilo que é aquele achado e colocá-lo em modelo de interpretação, seja como centro interpretativo, seja como percurso, seja de qualquer tipo de intervenção expositiva sem o devido cuidado científico tão importante para quem visita aquele espaço, nomeadamente a comunidade científica, algo que considera um erro que seria irremediável se não tivessem esse cuidado. O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a **"Recomendação à Câmara Municipal sobre os atos de vandalismo e a vandalização do abrigo do Lagar Velho no Lapedo"** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **rejeitar por maioria, com 2 votos a favor** (1-BE, 1-PCP).

Moção "Exploração de Caulinos e Inertes no norte do concelho de Leiria", apresentada pela senhora **Presidente da UF de Monte Redondo e Carreira, Céline Gaspar**.



Transcrição:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria,

Permitam-me que em V. Exas. cumprimente todos os presentes nesta sala e todos os cidadãos que nos acompanham através das redes sociais.

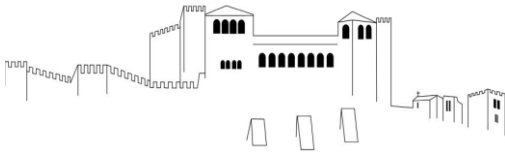
Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira e em nome de mais de 450 pessoas residentes na nossa Freguesia – que recentemente se manifestaram através de um abaixo-assinado contra à nova concessão de exploração de caulinos intitulada Fonte Cova Sul, bem como em nome vários cidadãos de outras freguesias do Norte do Concelho de Leiria e cidadãos da Freguesia da Guia, Ilha e Mata Mourisca do Concelho de Pombal, estou, nesta sessão, apresentar uma moção que tem como objetivo ser uma voz de alerta relativamente à problemática que envolve o nosso território no que respeita à exploração de caulinos e inertes.

O depósito de minerais integra o domínio público do Estado, pelo que é possível este autorizar empresas particulares a exploração deste tipo de recursos por meio de contratos de concessão. Recentemente, uma possível nova exploração, com uma área potencial de 91 hectares, levou a que a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Leiria, em conjunto com os cidadãos da nossa freguesia, refletisse sobre a situação, considerando vários relatos sobre os impactos, quer ambientais, quer sociais e económicos, que a proliferação deste tipo de atividade tem produzido no nosso território.

Registam-se, atualmente, cinco áreas de concessão mineira ou exploração de areias no nosso território e territórios confinantes. Estas explorações encontram-se em exploração ativa e enquadram-se em áreas de espaço florestal de produção ou em espaço florestal de conservação. A área total em exploração (área potencialmente prevista para lavra) no Norte do Concelho, na União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira é, hoje, 496,73 hectares. No entanto, decorrem outros pedidos que podem duplicar esta área, podendo vir a atingir os 1057 hectares.

A potencialidade de novas concessões e, conseqüentemente, o aumento da área que sofrerá o impacto deste tipo de atividade, leva-nos a tomar uma posição desfavorável, considerando todos os relatos que a moção que vos foi distribuída refere, e a conjuntura ambiental que hoje vivemos.

Os impactos que esta atividade gera são inúmeros e que se tem vindo a sentir ao longo dos anos nos níveis das ribeiras do Grou, Fonte Cova, Porto Longo e, conseqüentemente, na Aroeira – no coletor de encosta – de onde são usadas as águas para o regadio dos Campos do Lis, obriga-nos, enquanto autarcas e cidadãos, a alertar as entidades e obrigar a uma efetiva ponderação sobre os passos futuros. Consideramos, pois, que existindo



explorações ativas, cujos recursos não se encontram esgotados, não é justificável que se autorizem novas explorações e que se continue a castigar o território, a natureza e os cidadãos do Norte do Concelho, e até mesmo de outros territórios deste concelho e de territórios confinantes.

Sabemos que qualquer nova exploração requer uma Avaliação de Impacto Ambiental, no entanto os estudos nem sempre têm em consideração os efeitos cumulativos, pelo que ficamos sempre em dúvida sobre o real impacto do aumento das áreas da exploração destes recursos.

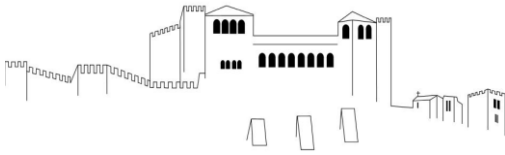
Os impactos que a população regista não surgem apenas neste momento em que vivemos um período de seca extrema; os efeitos têm vindo a refletir-se de forma visível ao longo dos anos. Somando, ainda, o facto de cada proprietário destas áreas de exploração terem qualquer poder de escolha sobre o futuro daqueles pedaços de terra que, tantas vezes, são o único bem que os faz recordar os seus antepassados.

De entre os protestos que vamos recebendo destacam-se os impactos ambientais negativos que as explorações podem ter ao nível de contaminação de aquíferos e consumo de água, tendo ainda em consideração a proximidade a 3 importantes captações para consumo humano. Há ainda outros alertas ao nível do ruído, qualidade do ar/levantamento de poeiras, degradação de infraestruturas. Reforçando sempre o facto, como referi, do nosso território, as populações e os recursos naturais sofrerem há muitos anos as fortes pressões cumulativas por parte de outras extrações de depósitos minerais.

Esta problemática uniu a população e as autarquias locais e está em organização um grupo de trabalho que inclui cidadãos e a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, cidadãos e Junta de Freguesia da União das Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca, a Junta de Freguesia do Coimbrão, a Câmara Municipal de Leiria e a Câmara Municipal de Pombal. Em breve será apresentado publicamente este grupo e esclarecidos todos os objetivos e iniciativas que se pretendem levar a cabo no âmbito que abrange as várias preocupações deste território quanto à exploração de recursos.

Não queremos com isto dizer que os recursos não sejam necessários, mas consideramos que temos obrigação de estar atentos aos "inputs" que a natureza nos dá, todos os dias, e chegou o momento de travarmos o desenvolvimento desmesurado de atividades que fustiguem o nosso planeta. Todos os dias assistimos a alertas e a conselhos para melhorarmos os nossos comportamentos no que respeita ao impacto ambiental destes, pelo que consideramos que isto deve, efetivamente, ser extensível a todas as atividades.

A moção foi distribuída a todos os membros, mas reitero aqui que gostaríamos de contar com o apoio desta Assembleia para:



- *Concordar com o impedimento de qualquer nova concessão de exploração de depósitos minerais de caulinos e inertes no Norte do Concelho de Leiria, enquanto existirem explorações ativas no respetivo território ou em áreas confinantes.*
- *Reiterar junto de todas as entidades competentes que a sociedade precisa dos recursos geológicos para o seu desenvolvimento económico. Contudo, é necessário que esse desenvolvimento se faça de forma sustentável, isto é, "que vá ao encontro das necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações poderem dar resposta às suas".*
- *Defender que a exploração de recursos minerais é essencial que seja feita no respeito pelas opções das populações. A exploração mineira não pode contribuir para o pesado passivo ambiental, devendo ser ponderados os interesses a médio e longo prazo.*

Fico ao dispor para qualquer esclarecimento.

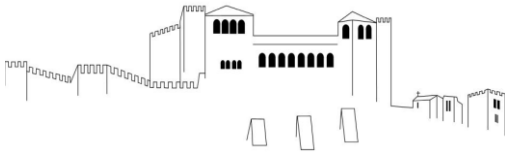
Obrigada."

Intervenção do senhor deputado António Pereira de Melo – PSD

Transcrição:

"Na pessoa do senhor Presidente cumprimento todos os presentes, quer localmente, quer através da internet.

Acabei de ouvir uma discussão interessante. Realmente, não consegui perceber se o problema estava com as areias se estava com os caulinos. Eu residindo neste momento mais numa área que usa muito os caulinos, que é a região de Aveiro, custa-me, por vezes, ver caulinos serem importados. Ora, se nós temos bons caulinos porque motivo não são explorados? É interessante nós defendermos que não queremos explorações, depois dizem que os incêndios é para explorar o lítio. Portanto, outra coisa que não temos é gás, também não exploramos o nosso próprio gás. Estas situações têm que ser bem pensadas porque se há riqueza mineral no país, eu não sei qual é o limite neste momento dos caulinos, o que é que falta ou o que não falta, isto tem que ser um estudo mais concreto não pode ser da população de um momento para o outro dizer, não queremos que explorem a que os nossos terrenos à volta. Eu não vi aqui dados, não digo matemáticos ou dados quantitativos, o que eu vi aqui é um grupo de 400 pessoas, em que a Câmara também se inclui, e que diz que realmente não vamos explorar, não querem explorar mais, mas ninguém me disse se a qualidade do que se vai explorar agora se é melhor, até porque os caulinos não são todos iguais, se é melhor ou pior e acho que isto tem que ser estudado, quer dizer, bem estudado para que amanhã não se andem a fazer importações do norte de África, importações de outros sítios à custa do dinheiro que o país não possui e que estamos a desperdiçar riquezas nossas, portanto, embora eu concorde com as decisões que aqui estão das populações por



outro lado, na parte industrial, eu também concordo e vejo-me forçado, eu pessoalmente, a abster-me porque não tenho informação suficiente para tomar uma decisão. Tenho dito.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Referiu que a moção é uma preocupação que as populações, sobretudo as residentes junto às explorações de inertes, têm. No concelho existem várias explorações desse género que são um bem, um recurso importante e, naturalmente, têm regras muito apertadas no que diz respeito ao seu licenciamento e à sua exploração. Afirmou respeitar a moção que foi apresentada e ter conhecimento que a Freguesia tem atualmente já em vigor uma área significativa de exploração. Considera que a moção dá um sinal relativamente ao futuro sabendo que neste momento encontram-se já instaladas empresas a explorarem durante vários anos ainda estando com isto a salvaguardar aquilo que é uma posição relativamente às futuras gerações. Concluiu dizendo registar a moção e os seus conteúdos.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a **Moção “Exploração de Caulinos e Inertes no norte do concelho de Leiria”** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 14 abstenções** (9-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP, 1-PCP,1-IL).

DECLARAÇÃO DE VOTO

Intervenção do senhor deputado Telmo Marques – IL

Transcrição:

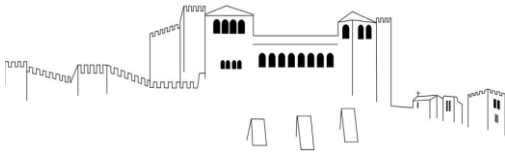
“Ora muito boa noite novamente.

O nosso sentido de voto foi positivo e é importante perceber um detalhe que pode ter escapado e que é muito importante e que justifica o nosso sentido de voto, mas antes disso só dar uma nota ao deputado Pereira de Melo que não me parece na moção que exista um pedido de impedimento de se explorar seja o que for nestes terrenos. Se um privado quiser entrar em acordo com um proprietário ou proprietários de terrenos que são viáveis podem entrar em acordo e explorar o terreno, aliás, isso acontece na freguesia aqui em causa. O que está em causa são concessões, que é uma questão diferente. A concessão muitas vezes é um processo que cai de forma forçada nos braços de proprietários destes terrenos e que se veem forçados ou a vender o terreno ou a entrar em processo de expropriação e é esta importante diferença, este não impedimento de que privados entrem em acordo para fazer o negócio que quiserem desde que sigam, obviamente, os trâmites legais que justifica o nosso sentido de voto. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Dário Seguro Joaquim – CDS-PP

Transcrição:

“Dário Seguro Joaquim.



Antes de mais cumprimentar todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Mesa. A propósito do meu sentido de voto relativamente a esta moção dar nota que o mesmo foi de abstenção devido ao facto de a moção não plasmar informações do ponto de vista quantitativo sensível à matéria, sensível àquilo que se expõe, sensível também em última linha às vontades das populações, mas não nos são dados informações e dados ao ponto de podermos tomar uma posição. Obrigado.

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado - CHEGA

Transcrição:

"Nós somos sensíveis a esta questão e obviamente que quem sofre estes problemas acima de tudo são as pessoas que lá residem e somos sensíveis às dores de outros, que não sentimos, mas que somos solidários, daí termos votado no sentido de a abstenção não porque não concordamos, mas só por entendermos que a moção em si termina com uma conclusão demasiado vinculativa para a qual não há informação suficiente que a sustente, só por causa disso. Ainda assim, uma preocupação legítima, ficou voz de alerta confirmada pelo voto desta Assembleia e qualquer das maneiras haverá sempre outras instâncias, outras formas de recorrer destas situações que também poderão fazer uso das mesmas. Muito obrigado."

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu continuidade ao "Período Antes da Ordem do Dia".

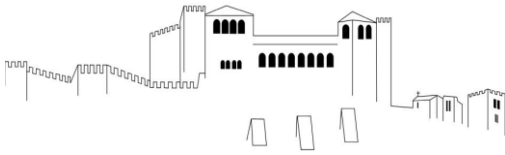
Intervenção do senhor deputado Telmo Marques - IL

Transcrição:

"Boa noite novamente a todos.

Muito resumidamente e sucintamente, existem dois pontos da ordem do dia, nomeadamente o ponto 3 e o ponto 13, que ainda que não oficialmente sabemos fazerem parte do mesmo assunto que é o projeto Aquapólis. Senhor Presidente, com os acontecimentos recentes todos já conhecemos os inúmeros desafios que o projeto Aquapólis enfrenta o que nos faz concluir que tanto a promessa que foi feita aos munícipes como a apresentação destes pontos à Assembleia foram precoces pelo que propomos que o senhor Presidente retire os pontos supracitados da discussão para que tenha oportunidade e tempo de desenvolver um projeto em condições, devidamente planeado e sustentável. Muito obrigado."

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o pedido do senhor deputado Telmo Marques tendo este informado que os



assuntos agendados seriam para manter, para ver discutidos e votados na sessão de 23 de setembro não havendo por isso lugar à sua retirada da Ordem de Trabalhos.

Intervenção do senhor deputado António Pereira de Melo - PSD

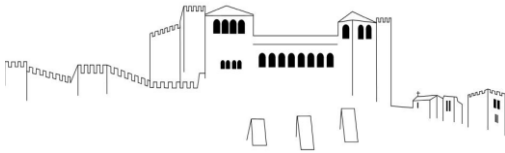
Transcrição:

"Pereira de Melo, PPD-PSD.

A minha intervenção reverterá sobre dois assuntos distintos, um de felicitação e outro de perguntas ao senhor Presidente da Câmara.

Começo por publicamente nesta Assembleia felicitar o senhor Presidente do IPL, Professor Carlos Manuel da Silva Rabadão, eleito no dia 15 de julho como Presidente do IPL e empossado ontem a 22 de setembro. Conheço o Professor Carlos Rabadão desde o início da ESTG e acompanho a sua carreira científica, docente e até autárquica desde então, uma carreira caracterizada por grande eficiência em todos os aspetos. Desejo também felicitar a equipa dirigente por ele escolhida constituída por os Vice-Presidentes Professor Pedro António Assunção, nosso colega nesta Assembleia e cumprimento neste momento, Maria da Graça Poças Santos, Manuel Conceição Barosa Correia Frade, que são os Vice-Presidentes. Também temos os Pró-Presidentes que é Carolina Henriques, João Silva e Nuno Almeida. Cito estes nomes porque acho importante referir que não é apenas o Presidente, mas uma equipa que vai ter que gerir o Politécnico. Reconheço que a equipa escolhida pelo senhor Presidente do Politécnico, Professor Rabadão, possui um nível científico e pedagógico tão elevado que é facilmente conseguirá fazer uma função administrativa de elevado gabarito. É de notar que de momento em termos de docentes, discentes e administrativos as escolas do IPL sediadas no concelho de Leiria contribuem para uma população do concelho de cerca de 10% desta população, portanto, um valor bastante significativo. Razão por que possui especial significado que um dos Vice-Presidentes do IPL, Professor Assunção, também seja membro desta Assembleia. Este facto, permitirá uma melhor interação entre a Câmara Municipal e o IPL que no passado deu resultados muito proveitosos.

Passando ao outro assunto, são perguntas aqui ao senhor Presidente da Câmara que referem obras no centro da cidade, isto é, no quarteirão de Mouzinho de Albuquerque. Três perguntas rápidas senhor Presidente. Pergunta número 1 - Pergunto se foram acolhidas as propostas e sugestões dos comerciantes e moradores da zona no sentido do aumento do número de lugares de estacionamento de curta duração e lugares para operações de carga descarga assim como a solução do problema do acesso de viaturas de mercadorias à rua Coronel Teles Sampaio Rio, que é bastante difícil devido à interceção. Segunda pergunta - se a calendarização do planeamento de execução faseada da obra está a ser cumprida ou



se se verificam atrasos. Terceira pergunta - se já foram identificados ou já existe trabalhos a mais previstos em relação ao projeto inicial. Tenho dito, muito obrigado."

Intervenção do senhor deputado Pedro Assunção - PSD

Transcrição:

"Apresento os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa cumprimento os restantes membros desta Assembleia, cumprimento também o Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. jornalistas, público presente e online.

Trago a esta Assembleia 3 assuntos:

Assunto 1

Na última reunião ordinária que decorreu em 24 de junho, o PSD apresentou uma moção sobre o estado da saúde no Concelho de Leiria. Na discussão que se seguiu, diversos partidos suscitaram uma questão formal relativa ao facto da moção não ter sido dada a conhecer antecipadamente aos grupos políticos com representação nesta assembleia. Reconhecendo a pertinência dessa formalidade, a moção foi retirada antes da votação.

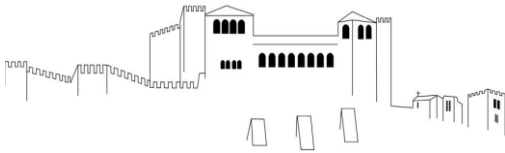
O estado da saúde no concelho de Leiria, é de facto uma preocupação que o PSD mantém na sua agenda e que tem uma correspondência direta com a degradação da qualidade dos nossos serviços de saúde. Mas, com as recentes mudanças ao nível do Ministério da Saúde, o PSD considera conveniente aguardar para ver que tipo de evolução se irá verificar no funcionamento do SNS e quais os reais impactos na vida dos munícipes deste concelho. Por estas razões, o PSD não apresenta a moção sobre o estado da saúde para votação nesta reunião, mas irá e trazer novamente o assunto a esta Assembleia em momento oportuno e reiteradamente em defesa da melhoria dos serviços de saúde no concelho de Leiria.

Assunto 2

Este assunto surge na sequência do primeiro e diz respeito ao nº 1 do art 34º do Regimento, o qual permite que, "excepcionalmente", uma moção seja entregue até ao início da sessão. No entanto, dadas as considerações que foram apresentadas na última reunião contra este procedimento, entendemos que o Regimento deve ser revisto, com o objetivo de caracterizar a natureza da excecionalidade que permitirá a um qualquer grupo político apresentar propostas de votos, moções ou recomendações, até ao início da sessão, sem que seja criticado por cumprir com o estipulado nas normas que regem esta Assembleia. Posso desde já fazer uma proposta: que apenas sejam considerados excecionais, para este efeito, os votos, moções ou recomendações que decorram de eventos ocorridos dentro do período de 48h que antecede a reunião onde são apresentados.

Assunto 3

Existem em Leiria 3 escolas do Instituto Politécnico de Leiria, na sua globalidade frequentadas por mais de 10000 estudantes, que habitam na cidade, nas freguesias do



concelho e até concelhos limítrofes. No ano letivo que agora começou, importa salientar o agravamento dos custos que afeta particularmente os estudantes deslocados e suas famílias e, simultaneamente, as necessidades de transporte diário para as respetivas escolas. Os impactos resultantes de tão elevado número de estudantes em Leiria são diversos e muito significativos, pelo que este assunto é, só por si, merecedor de um ponto específico na OT de uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal de Leiria. No entanto, importa desde já salientar que não vivemos num tempo em que o impacto ambiental de tão elevado número de pessoas a viajar diariamente possa ser ignorado por um município que se pretende desenvolver e acompanhar o progresso de forma sustentável e com baixa pegada de carbono. Deste modo, o PSD entende que o município pode e deve contribuir não só para a redução do esforço financeiro pedido aos estudantes do ensino superior e suas famílias, mas também, e até mais urgente neste caso, para a redução do impacto ambiental do transporte dos estudantes na cidade e arredores. Neste sentido, o PSD propõe que o município de Leiria efetue as diligências necessárias para proporcionar passes de transporte público gratuitos aos estudantes do ensino superior, matriculados em qualquer uma das 3 escolas do Politécnico de Leiria. Esta será uma medida promotora de redução de emissões de CO2 em Leiria e simultaneamente uma contribuição para a redução de custos suportados pelas famílias.”

Intervenção da senhora deputada Eugénia Costa - PSD

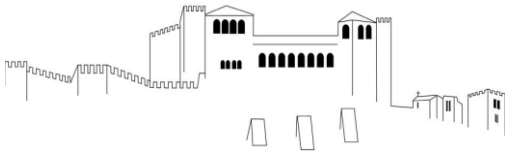
Transcrição:

Eugénia Costa, PSD.

"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, permita-me que em seu nome cumprimente todos os elementos participantes nesta assembleia, senhor presidente da Câmara, vereadores, presidentes de juntas de freguesia, estimados Deputados, tradutores em língua gestual, equipa de apoio técnico, comunicação social e os que nos acompanham à distância.

Depois de cerca de 37 meses de obras e de 4,7 milhões de euros investidos no "novo" mercado municipal, eis que, passados pouco mais de três meses após a sua inauguração, e ao aparecimento e precipitação das primeiras chuvas, a nova "âncora de desenvolvimento" (como foi apelidada pelo senhor presidente da câmara), apresenta várias infiltrações, obrigando ao recurso tradicional de baldes e alguidares para rececionar as inúmeras goteiras, de modo a evitar consequências de maior.

Para além disto, e caminhando para o alpendre exterior orientado a poente, onde se encontram as barraquinhas, uma imagem agradável esteticamente à vista, mas com poucas garantias de proteção contra os elementos climáticos como a chuva intensa e vento mais forte. A escolha do piso também não parece ser o adequado para o local, pois



não facilita os escoamentos. Estas preocupações já foram demonstradas pelos vendedores que aí se encontram bem como pelos leirienses que ali se abastecem.

Será que, mais uma vez, a incompetência e irresponsabilidade das entidades envolvidas fica impune?...ou a culpa é do clima?!”

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado - CHEGA

Transcrição:

“Por respeito ao ilustre colega de partido vou ser especialmente breve para dar a oportunidade de intervir.

Fazendo as palavras da deputada Eugénia as minhas palavras e terminando com dois pedidos que é responsabilidade e soluções. Muito obrigado.”

O senhor deputado **Fábio Bernardino** prescindiu do uso da palavra.

Intervenção do senhor deputado Luís Paulo Fernandes – CHEGA

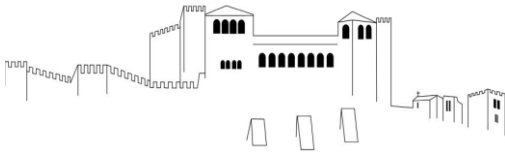
Transcrição:

“Muito boa noite.

Boa noite senhor Presidente e na sua pessoa cumprimentar a todos os presentes, senhor Presidente da Câmara e executivo municipal, todos os presentes online também.

Também muito rápido, deixar duas perguntas, dois assuntos que os anteriores deputados do PSD referiram, tomada de posse do novo Presidente do Politécnico e quero aqui fazer uma reflexão acerca do alojamento e da má imagem que o concelho está a dar para todo o país. Efetivamente não é só por eu ser deputado municipal, vários de vós e muitos leirienses devem receber pedidos de auxílio de famílias de todo o país e do concelho de Leiria que não conseguem alojamento e é um grave problema que está a dar uma má imagem, que deve ser resolvido. Efetivamente carece de um ponto extraordinário, tem toda a razão, tanto os transportes como o alojamento e termos um Politécnico como temos e passar mesmo nos media que um quarto pode custar 500€ não nos fica bem e carece de um ponto extraordinário que deixa a devida recomendação e a pergunta se efetivamente estão a ser tomadas diligências para que se acompanhe o problema do alojamento e da má imagem que está a ficar.

Outro dos assuntos, a questão dos incêndios que assolaram o concelho, perguntar também quais são as medidas e as diligências que estão a ser tomadas. Sei que foram feitas algumas reuniões com os Presidentes de Juntas de Freguesia, efetivamente é da nossa responsabilidade e do executivo que se acompanhe e que se informe devidamente os prejudicados de todos os programas de apoio e se efetivamente todos serão devidamente ressarcidos ou indemnizados das suas perdas porque mais uma vez o concelho foi bastante afetado e carece e pensei que até vinham estes dois assuntos nesta Assembleia. Muito obrigado.”

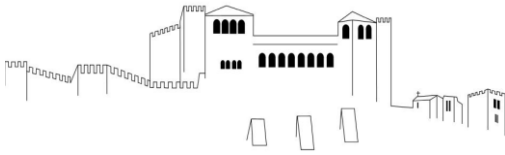


Intervenção da senhora Presidente da Freguesia de Arrabal, Helena Brites

Transcrição:

"Helena Brites, Arrabal.

Muito boa noite a todos, senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, todos os presentes nesta sala e também os que nos acompanham a partir de suas casas. A Junta de Freguesia do Arrabal vem expor o interesse para a população da freguesia. A representação dos utentes do Centro de Saúde e também de várias centenas de assinaturas da população vem por este meio dirigir-se ao órgão deliberativo da Assembleia Municipal no sentido de expor a situação que se vive ao nível dos cuidados de saúde primários na Freguesia do Arrabal, a saber, o Centro de Saúde do Arrabal integrado no ACES do Pinhal Litoral e na unidade de cuidados de saúde personalizados "a cidade e as serras", que tem como principal missão garantir a prestação de cuidados de saúde à população com a qualidade e eficiência que se deseja e preconiza procurando também manter os princípios da equidade e da acessibilidade numa verdadeira integração de cuidados que coloque o utente e as suas necessidades no centro do sistema desde o passado mês de maio que tem vindo a debater-se com enorme instabilidade motivada pela ausência de médicos de família causando elevados constrangimentos que inviabilizam a concretização desta missão. Dos dois médicos ao serviço da população, neste momento não se encontra nenhum por motivos devidamente justificados de acordo com a lei. Decorrente desta situação apenas são asseguradas as consultas de intersubstituição às segundas e terças-feiras, das 5 às 8 da noite, tendo os utentes que recorrer aos centros de saúde de Santa Catarina da Serra ou Caranguejeira, que fazem também parte da mesma unidade, para a prestação dos cuidados necessários. O que se verifica com esta situação é que os utentes não só acedem indevidamente às consultas de intersubstituição por motivos inerentes à ausência de médicos como também provocam imensas filas para aguardar a sua vez chegando a registar situações de dificuldade de gestão comportamental com ânimos levantados e agressões verbais que atingem por vezes situações de limiar em termos de tolerância. Neste sentido, e após a devida articulação com as entidades competentes para o efeito, foi-nos comunicado que durante o mês de setembro se iriam tentar mitigar todos estes constrangimentos através da colocação de pelo menos um médico, facto que ainda não se registou. Porque não podemos permitir, por exemplo, que idosos sem mobilidade aguardem horas a fio por uma consulta, porque os cuidados primários de saúde são direitos de todos os cidadãos e porque enquanto Presidente de Junta antes de apresentar uma moção não posso continuar a permitir que esta situação se protele por mais tempo solicito à tutela da saúde, em nome de todos os utentes da Freguesia do Arrabal, uma resposta célere, de carácter urgente, à reposição dos dois



médicos ausentes no centro de saúde do Arrabal. Aproveito ainda para agradecer todo o esforço sobre-humano que tem sido desenvolvido por parte das restantes equipas de saúde e serviços administrativos e de atendimento dos polos de Caranguejeira e Santa Catarina da Serra com vista a dar resposta aos utentes da Freguesia do Arrabal. Tenho dito.”

Intervenção do senhor deputado Luís Silva - BE

Transcrição:

“Luís Miguel, Bloco de Esquerda.

Muito boa noite senhor Presidente, permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes e a todos os que nos assistem.

Eu gostava com esta intervenção de congratular a organização do Leiria Marcha que no próximo domingo levará a cabo a segunda marcha pelos direitos LGBTQIA+, a segunda que se concretiza no nosso Município, na nossa cidade e que teve uma grande adesão da primeira vez que aconteceu e mais uma vez se espera ser bastante concorrida e com isto a apelar também ao nosso executivo e a todos nós que pudéssemos fazer um levantamento mais exaustivo das adversidades que esta comunidade ainda enfrenta para conseguirmos assim também lutar por uma sociedade mais inclusiva e mais plural. Muito obrigado.”

Intervenção da senhora deputada Marta Violante - PS

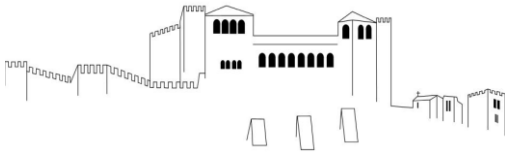
Transcrição:

“O potencial atraso – é verdade que a 19 de setembro de 2018 a obra, que teria início a 30 de maio de 2019, foi anunciada com um prazo de execução de 365 dias. Mas, perante as deficiências estruturais encontradas – que tinham de ser colmatadas, sem margem para qualquer dúvida, porque a segurança vem, e tem de vir sempre primeiro, foi alargado o prazo de execução até maio/junho de 2022. Assim sendo, o prazo de execução não foi ultrapassado. Tanto quanto me lembro a abertura e inauguração dataram de 4 de junho.

Por outro lado, há a considerar que alguns lojistas tiveram algumas dificuldades de conclusão das suas obras nos seus espaços por atrasos na entrega de materiais.

Assim, não tão só não podem ser apontados atrasos de execução, como não seria de interesse abrir o mercado municipal com os comerciantes ainda em obras de adaptação nos seus espaços.

Os custos – quando foi anunciado, o investimento seria de 3,5 milhões de € para requalificação dos edifícios do Mercado Municipal de Leiria; modernização das instalações e da oferta comercial; integração com o espaço envolvente 6 800 m² de área interior + 2 500 m² de exterior. Por causa das questões de segurança que vêm e devem vir sempre em primeiro, em novembro de 2020, foram aprovados trabalhos complementares no valor de 440 mil € para reforço da estrutura da cave e em março.2021, +260 mil € para travar a degradação das armaduras e reforçar o enchimento da laje do piso 0.



Há ainda a considerar a subida de preços de materiais que se tem vindo a verificar desde há 2 anos.

Reclamações dos produtores locais - que têm sido ouvidas com seriedade pela senhora Vereadora Catarina Louro ao longo de todo o processo e até agora, devem também levar em consideração que relativamente ao facto de produtores e produtos estarem expostos às condições climatéricas, estão a ser criadas as condições para atenuar estes efeitos, nomeadamente reforço no vedante para isolar as juntas das caleiras. É preciso perceber também que este conceito cria maior ligação dos produtores locais quer ao Mercado, quer à comunidade. Os próprios vendedores reconhecem que esta exposição tem atraído mais visitantes e compradores. Isto, tem acontecido em todo o mercado, aliás. Esta requalificação tem trazido mais gente ao Mercado.

Além disto, os vendedores têm-se mostrado satisfeitos quer com o espaço quer com a programação projetada, na discussão da qual estão bastante envolvidos.

De resto, talvez não tenha tido oportunidade, senhor/a deputado/a, de verificar que este é agora um espaço nivelado, versátil e inovador, com programação própria; com 18 lojas e 30 bancas, que cria centenas de postos de trabalho diretos, que recebe condignamente vendedores e clientes e que estimula o desenvolvimento dos setores da agricultura e das pescas na nossa Região.

Por último, uso ainda este tempo e este meio para dirigir algumas recomendações ao executivo da Câmara Municipal, que provavelmente estarão até já pensadas e que são relativas à utilização e fruição deste espaço por parte de todos:

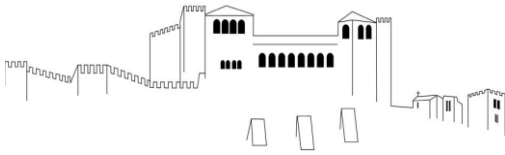
- apetrechar o espaço com sinalética orientadora, utilizando símbolos de fácil interpretação além da informação escrita, que se prefere em cores de contraste e sem serifa;*
- incluir guias e /ou percursos podo táteis para orientação e autonomia de pessoas com incapacidade visual;*
- colocar placas em braille e/ou informação de alto relevo (táteis) sobre as áreas de vendas das bancas;*
- disponibilizar um mapa do local com a mesma informação para, mais uma vez, promover a visita e utilização autónoma de pessoas com incapacidade visual;*
- e, por último, melhoria das condições acústicas do espaço interior.*

Para este como para outros espaços que possam vir a beneficiar de intervenção

Apesar das melhorias sugeridas, o Mercado Municipal de Leiria é um sítio onde volta a dar prazer ir às compras e a prova está nos milhares de pessoas que ali acorrem semanalmente, o que será do agrado dos vendedores, seguramente."

Intervenção do senhor deputado Ricardo Abreu - PS

Transcrição:



"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa permita-me cumprimentar todos os deputados, autarcas, jornalistas e pessoal de apoio aqui presentes, assim como todos os munícipes que nos acompanham aqui ou através das redes sociais.

Com o mês de setembro, deu-se o início de um novo ano letivo para milhares de jovens de todos os níveis de ensino, proporcionando o habitual planeamento dos alunos e das suas famílias às novas circunstâncias de cada ano.

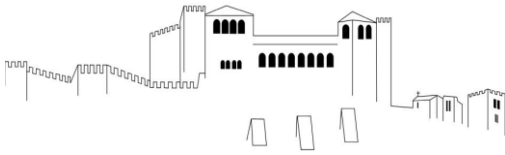
Ao nível do ensino superior, apesar dos inúmeros desafios que persistem, como o subfinanciamento, a saúde mental e o arrendamento, cada vez mais jovens escolhem prosseguir estudos, carregando nas suas malas sonhos e ambições de uma nova vida. Em particular no nosso concelho, o crescimento do Politécnico de Leiria é um sinal claro de que Leiria hoje é visto por todos, desde estudantes às empresas, como um concelho de excelência na criação de conhecimento e inovação e com condições de vida e emprego ímpares.

Quanto ao ensino básico e secundário, os jovens e as suas famílias podem encontrar hoje cada vez melhores condições de apoio ao seu crescimento e desenvolvimento, das quais se destacam o reforço de turmas em todos os níveis de ensino, o Programa Educativo Municipal de Apoio às Famílias nas refeições escolares e atividades complementares, com vista a uma oferta que se quer global e com qualidade em todo o concelho, e o Programa Inovador de Combate ao Insucesso Escolar cujo investimento é de 250 mil euros.

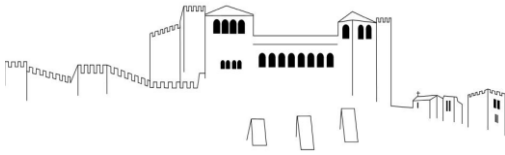
Acreditamos, por isso, que Leiria é hoje um concelho que oferece aos jovens oportunidades de fixação e desenvolvimento pessoal, familiar e profissional, e às famílias apoio, segurança e infraestruturas para o seu crescimento e estabilização. Assim, reconhecemos o longo caminho que tem sido percorrido e é neste caminho que devemos continuar reforçando Leiria enquanto concelho de ambições e de oportunidades para Todos."

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Relativamente à intervenção na rua Mouzinho de Albuquerque esclareceu que o prazo e o ritmo da obra encontram-se dentro do planeado prevendo-se que no dia 19 de outubro estejam concluídas as intervenções na rua de São Francisco e que haja um avanço na obra até a um ritmo superior ao que estava inicialmente planeado. Em relação a trabalhos a mais nesta fase afirmou não terem registo, encontram-se a acompanhar a obra e a qualquer momento pode surgir a necessidade de intervenções ou de mudanças no que diz respeito ao que está planeado em virtude de trabalhos arqueológicos ou necessidade de ultrapassar dificuldades de fornecimento de materiais. Dirigindo-se ao senhor deputado Pedro Assunção desejou-lhe os maiores sucessos na função que agora vai desempenhar. Considera que o lugar de Vice-Presidente do Politécnico de Leiria é um lugar muito importante para poder desenvolver o relacionamento institucional com a Câmara Municipal existindo uma fasquia



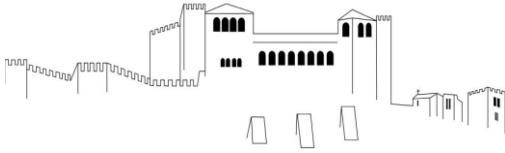
muito alta, conquistar o Politécnico. Disse ainda que o Politécnico de Leiria é fundamental para o desenvolvimento da região, em especial o sítio onde tem a sua sede, onde tem as suas principais escolas e onde nasceu, isto porque se a cidade cresce dia a dia, se é atrativa para os jovens que vêm para cá estudar é porque há de facto um trabalho que é desenvolvido diariamente por um conjunto de agentes onde se inclui a própria escola, as escolas antes da escola do ensino superior, os empresários, o motor daquilo que é a formação e a procura de mão de obra e que garante a taxa de empregabilidade de muitos dos estudantes que se formam nas nossas escolas, fator decisivo para a sua atratividade, as próprias autarquias existindo naturalmente um trabalho que ao longo dos anos várias gerações que passaram no Politécnico de Leiria, nas Câmaras Municipais de Leiria e no núcleo empresarial de Leiria, que constituiu um acordo de trabalho, união, respeito e entreajuda para colocar de lado as questões políticas e partidárias e pôr à frente delas o desenvolvimento da região. Continuou dizendo ter sido sempre uma preocupação que é transmitida sobretudo por quem sai a quem vem substituir. Disse ser uma tradição e uma responsabilidade que terá oportunidade de efetuar ao autarca que o substituir, no contexto desta tríade. Afirmou que se hoje temos outras regiões do país que sentem que Leiria tem este sucesso na área do ensino politécnico é porque elogiam a capacidade de diálogo, de entendimento entre as autarquias, o politécnico e o núcleo empresarial de Leiria. Fator de sucesso, regra de ouro para o que foi alcançado até hoje e por isso desejou os maiores sucessos nesse relacionamento, em que vai perceber muito rapidamente o peso e a responsabilidade daquilo que afirmou porque mudou o registo daquilo que é viver hoje no ensino superior no país e não só em Leiria. Os relatos são por demais evidentes no que diz respeito ao alojamento e às condições que as famílias hoje a passar graves problemas de devido à inflação têm de ter para ter um filho no ensino superior em qualquer ponto do país, mais grave sobretudo nas cidades como Lisboa ou Porto onde a habitação tem preços proibitivos. Referiu ser por isso que existem linhas de apoio para a construção de novas residências de estudantes tendo o anterior presidente do Politécnico de Leiria conseguido obter financiamento para aumentar o número de camas disponíveis para os estudantes que têm não só em Leiria, mas também em Pombal, na Batalha, nas Caldas da Rainha o aumento da oferta de camas disponíveis para o ensino superior, camas essas também muito importantes porque vão libertar outros tantos apartamentos para muitas pessoas que estão a vir para Leiria e que também não têm sítio para ficar porque atualmente existe uma crise no que diz respeito à oferta de habitação que provoca um aumento e uma escalada dos preços do arrendamento e que faz pensar naquilo que são as dificuldades que se vão passar nos próximos tempos e que é transversal ao resto do país.



Em relação ao mercado municipal disse que as anomalias são normais nas obras, quando se acabam de fazer existem sempre reparações a serem feitas sendo para isso que servem as garantias das obras, garantias essas que já estão a ser acionadas. Aproveitou para sublinhar que foi este executivo, primeiro com a sua equipa quando teve a economia e depois com a equipa da senhora vereadora Catarina Louro, que conseguiu algo que nenhum executivo antes do PSD conseguiu, nem entravam dentro do mercado com vergonha de entrar lá dentro porque os mesmos comerciantes que hoje dizem que falta a junta, é tocado a vento e que fazem a sua reclamação fazem-na olhos nos olhos porque o atual executivo não tem medo de entrar lá. Continuou dizendo que eles estão agradecidos porque, finalmente, houve um executivo que conseguiu fazer uma obra no coração da cidade, que era uma vergonha para quem visitava o mercado. Afirmou que aquilo que verificaram nos meses desde a sua abertura até agora não é só o aumento de clientes de Leiria é o aumento de clientes estrangeiros e turistas, é o aumento de mais jovens a consumirem e a comprarem no mercado, é o aumento do volume de vendas de todos os comerciantes, nenhum deles se queixa de redução, antes pelo contrário, existe um aumento do número de vendas. Destacou que vão estar atentos às declarações, mas o mercado municipal até agora tem sido um sucesso importando por isso sublinhar aquilo que é uma visão diferente da senhora deputada. Esta visão (de sucesso) é-lhe transmitida a si, a outras pessoas e do senso comum. Convidou a senhora deputada para, em conjunto, irem falar com os comerciantes que lá estão e ouvir qual é a sua opinião relativamente ao mercado agora e no passado.

Relativamente à situação do centro de saúde do Arrabal referiu ser algo que acompanham com preocupação pois não é o único caso e é um problema transversal a muitos centros de saúde. Disse que quando for oportuno discutir o assunto, de uma maneira mais transversal, fá-lo-ão. Esclareceu que neste momento acompanham com preocupação não só esse centro de saúde, mas outros sobre esta matéria em concreto. Referiu que anteriormente falaram sobre os fenómenos de crise, da inflação, das dificuldades que há no alojamento tendo lembrado que há profissões que têm emprego onde a oferta de mão de obra é muito escassa e a procura é muito elevada. Deu o exemplo dos motoristas, onde acontece o mesmo fenómeno, e onde existe a capacidade de algumas empresas de transporte irem a África ou ao Brasil e contratarem 300 ou 400 motoristas para fazer face a essa dificuldade. Infelizmente, por questões que respeita, existindo abertura para poder ser mais amplo não vê outra solução que não recorrer a mão de obra estrangeira na área da saúde para fazer vencer problemas que existem.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** antes de dar início ao “Período da Ordem do Dia” e depois de consolidada a versão de se manter o Ponto 3 e o Ponto 13 questionou



a Assembleia e o senhor Presidente da Câmara, até porque foi também proposto pela senhora deputada Joana Cartaxo, se haveria da sua parte abertura para que o Ponto 3 fosse subsequente ao ponto 13.

Intervenção do senhor deputado Acácio Sousa – PS

Transcrição:

"Acácio Sousa, PS.

Senhor Presidente, eu vejo no Ponto 3 uma alteração orçamental, vejo no ponto 13 uma aquisição de imóveis, nada nos é dito que há um cruzamento de assuntos aqui, portanto, são assuntos diferentes, portanto, quanto a nós mantemos a sequência da ordem de trabalhos que está."

Uma vez que a maioria não concordou que se concretizasse a alteração pretendida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao "Período da Ordem do Dia" informando que o ponto 1 seria apenas para conhecimento.

****** PERÍODO DA ORDEM DO DIA ******

Ponto 1 - Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O senhor **Presidente da Câmara** referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para eventuais esclarecimentos.

Intervenção do senhor deputado João Morais – PSD

Transcrição:

"Exmo. Presidente da Assembleia Municipal de Leiria Dr. António Sales – permite-me na sua pessoa cumprimentar os restantes membros da Assembleia

Exmo. Presidente da Câmara municipal de Leiria – Dr. Gonçalo Lopes

Exmos. vereadores

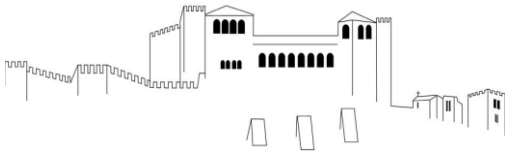
Exmos. deputados municipais.

Caros Leirienses.

Caros Jornalistas.

Quanto ao Relatório de Atividades à Assembleia Municipal relativo ao período entre 13 de junho de 2022 a 31 de agosto de 2022, o PSD gostaria de salientar 4 pontos chave:

1º ponto - existe um aumento das receitas em cerca de 3 milhões euros;



2º ponto - a Principal contribuição para esse aumento encontra-se relacionado com o imposto IMT, o que explana a atual dinâmica do mercado imobiliário na nossa região;

3º ponto-As receitas do capital diminuíram em consequência da redução dos fundos europeus;

4º e último ponto - A camara tem de facto uma boa folga financeira, onde o endividamento se encontra num limite bastante baixo.

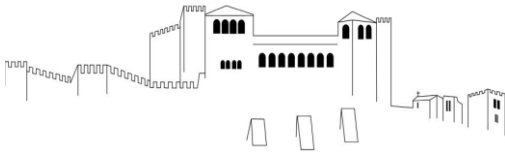
Em jeito de conclusão, a camara municipal de leiria encontra-se financeiramente saudável, o que significa que existe margem para o executivo efetuar efetivamente investimento, como sempre defendeu o PSD.

Contudo, parece nos claro também que, como foi o caso da pandemia, atualmente estamos a viver novamente e infelizmente outra situação excepcional – as consequências da instabilidade económica e dos efeitos colaterais da guerra na Ucrânia.

E neste sentido, o PSD sugere que sejam tomadas MEDIDAS EFECTIVAS DO MUNICÍPIO DE COMBATE À INFLAÇÃO EM LEIRA para reduzir impostos e permitir às famílias e empresas algum alívio face ao atual problema inflacionista da economia.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Afirmou que esta situação financeira preocupa-os e querem manter sempre as contas certas sendo essa no fundo uma imagem de marca que desejam honrar tendo em conta que os momentos que se vivem têm não só nas famílias e nas empresas, mas também nas autarquias consequências enormes. Admitiu que enquanto algumas autarquias por terem orçamentos muito elevados e uma situação financeira assente na riqueza que resulta dos impostos imobiliários, nomeadamente Cascais e Lisboa que vivem em potes de ouro, o nosso Município, infelizmente, não se encontra nessa condição. Diariamente vive-se na pele o aumento da fatura energética, nomeadamente na eletricidade onde lhes custa bastante duplicar ou triplicar a fatura e chegar ao final do ano e ter-se gasto mais 3 ou 4 milhões de euros pelo mesmo tipo de iluminação que se tinha no ano anterior ou as despesas que vão ter com o gás para alimentar os aquecimentos de muito dos equipamentos do Município, como por exemplo a piscina. Referiu que neste exato momento o Município não se encontra em condições de poder apresentar um pacote de medidas como fez no combate à pandemia onde foram buscar uma parte significativa do orçamento a toda a poupança que resultava da falta de atividade sobretudo cultural, desportiva onde houve uma redução dos eventos e pegaram nesse dinheiro para poder dar um impulso àquilo que era a proteção das pessoas e o apoio às famílias e às empresas. Voltou a dizer que neste momento existem dois municípios que assumiram a liderança destes pacotes de apoio à inflação congelando rendas de habitações e tendo outras medidas de isenção, sobretudo transportes públicos. O Município de Leiria, neste momento, tendo em conta o aumento que se prevê da despesa

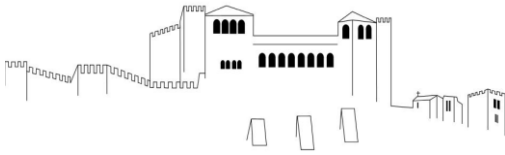


corrente não pode assumir qualquer medida que possa sacrificar e pôr em causa a sustentabilidade económica e financeira do Município que seria um ato de irresponsabilidade, tanto mais que querem manter o seu ritmo de obra, que também é consequência de aumento muito grande daquilo que são atualmente os preços da construção. Afirmou que hoje temos quase de viver em permanente “colinho” com as pessoas que nos fazem as obras porque sistematicamente recebem telefonemas a ameaçar que se vão embora porque os preços são tão grandes que não conseguem honrar com aquilo que está contratado sabendo que ainda recorrem a revisão de preços e a revisão de preços extraordinárias que já vem a coberto, o que vai fazer aumentar ainda mais a despesa para suportar esses encargos. Concluiu dizendo que regista a vontade do senhor deputado e tem muita pena neste momento de não poder apresentar medidas nesta área em virtude daquilo que é o contexto de incerteza que estamos a viver em termos económico-financeiros a nível da Europa com consequências também para o orçamento do Município. A Assembleia Municipal de Leiria **tomou conhecimento.**

Ponto 2 – Relatório n.º 16/2022 – AUDIT – Auditoria do Tribunal de Contas aos contratos celebrados pela administração local no âmbito do regime de contratação pública excecional – Para conhecimento e tomada de posição;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Relativamente a este ponto explicou ser um relatório que foi elaborado junto de um conjunto de Municípios para analisar as despesas no âmbito do covid, despesas essas que tiveram critérios próprios em termos de contratação e em que o enquadramento legal permitiu que os Municípios pudessem fazer ajuste direto ao abrigo de critérios materiais. O relatório contém um conjunto de recomendações. O município de Leiria é o único deste relatório a receber o elogio no que diz respeito à fundamentação que fizeram de todas as despesas que contraíram. Disse que tudo o que eram recomendações hoje estão em vias de estar todas ultrapassadas. Afirmou que encaram este relatório como um aspeto que os obriga sempre a evoluir e a melhorar, mas que no contexto daquilo que é o efeito comparativo com os outros Municípios tiveram também nesta área um processo muito transparente no que diz respeito às despesas assumidas no âmbito do covid, o que faz com que hoje o Município não tenha a coberto deste tipo de contratação problemas relevantes para ultrapassar. Admitiu terem existido situações relacionadas com o IVA de alguns desses materiais, situação que está totalmente regularizada pelas empresas.



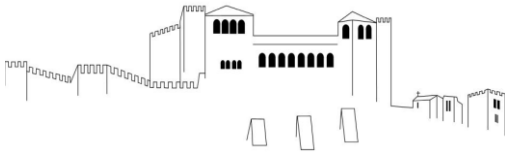
Intervenção do senhor deputado **Paulo Pedro – PS**

Transcrição:

"Paulo Pedro, Partido Socialista.

Boa noite a todos.

Muito rapidamente, o senhor Presidente já disse quase tudo relativamente a este relatório 16/2022 do Tribunal de Contas, que fez uma auditoria a 86 contratos efetuados com base neste regime excecional de contratação pública com base no covid 19. Foram auditados então 86 contratos, que diziam respeito a 22 entidades do poder autárquico, não só câmaras municipais, mas também empresas municipais e associações de municípios. O senhor Presidente já falou na referência muito favorável que foi exposta na página 56 e que diz que apenas o Município de Leiria comprovou ter utilizado o modelo de fundamentação. Relativamente à regularização do IVA, isto convém dizer, o senhor Presidente falou nisso, mas penso que é importante percebermos isto, a lei 13/2020 saiu em maio e houve alguma dificuldade de adaptação a esta lei e, portanto, muitos dos fornecedores não sabiam que se enquadravam nesta situação de isenção do IVA e por isso mesmo, as várias Câmaras, várias entidades que passaram por esta situação e, neste momento, estão todas a regularizar, isto é dito no próprio relatório, estão todas a regularizar esta questão do IVA. Depois, há uma referência completamente descabida relativamente à situação de Leiria que é a comparação dos preços das batas que a Câmara Municipal de Leiria estava a adquirir com preços que outra entidade estava a adquirir e que a Câmara de Leiria estava a adquirir por 9 euros e havia Municípios a adquirir por 4 euros e meio. Mas é preciso que se diga isto, e acho que foi descabida esta fundamentação do Tribunal de Contas, porque as batas que o Município de Leiria estava a adquirir diziam respeito a batas reutilizáveis até 25 vezes, podiam ser lavadas e reutilizadas e as outras batas que usaram para comparação, dizia mesmo, batas descartáveis, portanto, acho que é completamente errado fazer este termo de comparação e que pode induzir em erro as pessoas mais distraídas. Para vos dizer também que o Tribunal de Contas fala muito e fez umas dezenas de páginas a falar do Município de Cascais, os tais municípios do pote de ouro, e da sua empresa municipal porque este município usou, e segundo o Tribunal de Contas abusou, deste regime excecional e usou de uma forma que o Tribunal também o diz um pouco opaca, ou seja, gastou 12 milhões de euros, nestes 37 contratos foram auditados deste regime dentro deste município, ou seja, 43% da auditoria foi com contratos do município de Cascais entre si e a empresa municipal de Cascais. Dizer-vos que este município gastou 12 milhões de euros, mais de 12 milhões de euros, com estes contratos com uma única empresa, ou seja, contratou quase tudo sempre à mesma empresa e aqui realmente eu reconheço que o Tribunal de Contas tinha razão para falar um pouco em



opacidade. Dizer-vos também que relativamente às conclusões e sua comunicação ao Ministério Público foi no sentido que se relevasse as questões destes pequenos ilícitos que podiam ser considerados de responsabilidade financeira, o próprio Ministério Público concordou essa ideia. Obrigado.”

A Assembleia Municipal de Leiria **tomou conhecimento.**

Ponto 3 – XI Modificação ao Orçamento Municipal de 2022 – Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Esclareceu ser um pedido de modificação ao orçamento com o objetivo de criar uma nova ação que permita contratar o projeto para as piscinas municipais cobertas de Leiria, ou seja, como não existe essa rubrica criada é para pedir autorização para criar esse mesmo registo.

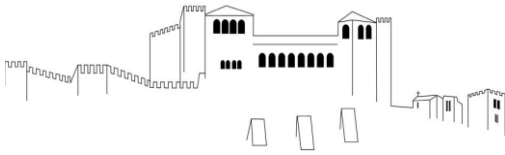
Intervenção do senhor deputado **Joana Cartaxo – PCP**

Transcrição:

"Boa noite a todos novamente Joana Cartaxo, PCP.

Aproveito para agradecer ao senhor Presidente o facto de ter transmitido, enfim, a nossa proposta de alteração aqui de agenda, enfim, não estás explícito, de facto, nos documentos ou melhor nas deliberações, mas quem lê os documentos percebe que estão explícitos senhor deputado, além disso, já houve algumas participações públicas em que isso também é óbvio, só para quem não quer efetivamente admitir, ainda assim, a proposta seria obviamente, dada a hora e a importância do Ponto 3, podermos trabalhar aqui convenientemente questões importantes e de interesse público, enfim.

Portanto, e dando seguimento a isto aparentemente assim do nada, sem discussão pública sobre oportunidade, premência, localização e potenciais custos somos, enfim, brindados com a hipotética futura concretização do ancestral sonho de todos os leirienses que mesmo não sabendo reclamavam a sua construção como paternalmente, de uma forma paternal, mas quer fazer a Câmara Municipal querer deste nosso desejo de leirienses. Enfim, estamos a falar de uma piscina recreativa ao ar livre, gigante com o brinde adicional de haver uma parte para competição com dimensão olímpica também esta ao ar livre. Se aqui ficamos a saber que o executivo quer uma tal piscina agora, no Ponto 3, como disse na ordem de trabalhos é-nos dito também onde é que a quer, isso sim está óbvio. Proponho esquecer, enfim, parece-nos a nós que se estão aqui a esquecer os planos de ordenamento ou até os compromissos legalmente assumidos e não revogados e que ninguém se lembrou, ou que se lembre, enfim, depois destes pressupostos, que ninguém se lembre do Plano de

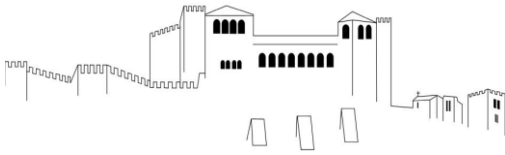


Pormenor das Olhalvas, onde já está prevista a mesma tipologia de piscina, penso que é uma novidade. E já agora também convinha esquecer o Leiria 2030, sufragado sim nesta Assembleia Municipal, e já agora os 35 mil euros sem IVA que custou ao município que também ignorando este Plano de Pormenor das Olhalvas dava como certa uma tal piscina nos Marrazes, ora, está-nos a querer parecer que já se está aqui a meter água a mais. Como comprova mais este caso, o PS elevou o patamar da administração municipal em Leiria a um nível superior de improviso e consequência próprio das políticas neoliberais mas, meus senhores, ora nem a medida de construção da grande piscina de lazer nas Olhalvas prevista no respetivo Plano de Pormenor foi objeto de revogação nem a proposta de hoje na sua localização e valências foi publicamente anunciada ou sequer, como o senhor Presidente já disse, não foi de facto divulgada na campanha eleitoral, senhor Presidente, eu li o seu programa e no seu programa o que menciona é promover a construção de um parque aquático sim senhor, mas onde? e estas valências, onde é que estava escrito isso? Os leirienses não me parece que tenham votado naquilo que nos é apresentado agora, enfim, daí a necessidade desta revisão ao orçamento e às Grandes Opções do Plano aqui e agora, quando se aproxima o fim do ano. Ora, uma piscina de lazer no contexto urbano ou periurbano tem a nossa total concordância, mas discordamos do momento, aliás, até discordamos do momento da hipotética construção de pistas de 50 metros para competição e designadamente a localização. Em matéria de piscina olímpica o que se precisa no concelho, já foi aqui falado, enfim, mas é de uma infraestrutura que possa ser, de facto, aquecida e coberta para permitir treinos e provas durante todo o ano e não ter que, também já foi aqui dito, se ir a Coimbra ou a Rio Maior. Eu sei que o senhor Presidente e o senhor vereador já vieram explicar, mas a verdade e a realidade é que os atletas não dizem isso. No plano desportivo a ideia é, como dizem os especialistas da natação, uma proposta pouco sensata pelas condições naturais, em solos nível freático e do clima, o local que nós todos aqui conhecemos, estamos a falar obviamente do vale do Lis, portanto, um corredor ventoso situado no vale do Lis até à cidade, este local nem devia estar a ser considerado. Os milhões de euros a canalizar para este projeto vão faltar para o que é realmente urgente agora com vista a melhorar a qualidade de vida no concelho, nomeadamente, e já agora damos a proposta, para que crianças e jovens possam realmente usufruir brincar, jogar em segurança nas suas áreas de residência e para construir os tais jardins de infância e as escolas do 1º ciclo que desesperadamente faltam, nomeadamente nas freguesias de Leiria, Barosa e Marrazes. Portanto, pelo exposto, nós vamos votar contra. Muito obrigada."

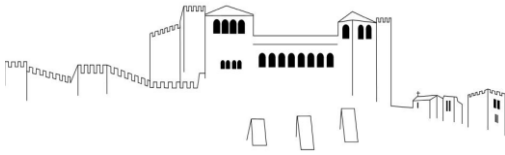
Intervenção do senhor deputado Telmo Marques – IL

Transcrição:

"Muito boa noite novamente. Telmo Marques, Iniciativa Liberal.



Reiterando também que o nosso entendimento é que o Ponto 3 e o Ponto 13 dizem respeito ao mesmo assunto, que é o projeto AquaPolis, e sendo impossível falar da piscina sem falar do sítio onde a piscina vai ser construída farei uma intervenção que abrange o assunto de forma completa. Senhor Presidente, permita-me dizer-lhe que não acredito que fez bem em recusar a nossa proposta para suspender a discussão deste assunto para uma altura posterior onde lhe permitia realmente formar ou formalizar um projeto que acredito que bem formado poderia ter um impacto positivo na nossa comunidade e digo isto porque existem essencialmente quatro pontos que, na nossa opinião, inviabilizam completamente o projeto tal como ele existe agora. Primeiro, e em relação ao Ponto 3 que estamos a discutir agora, o senhor Presidente diz que vai fazer uma nova piscina descoberta, pelo que entendo com 95 mil euros, dinheiro esse que vai buscar à manutenção das piscinas municipais, portanto, fico curioso para saber como é que se constrói mais uma piscina e se fica com menos dinheiro para se fazer manutenção dessa mesma piscina, fica a questão. Em segundo lugar, importa lembrar que os terrenos em questão, onde se pretende construir este projeto, é uma zona de cheias. Isto é uma questão tão flagrante, é uma zona de cheias, não há mais palavras para descrever esta situação. Chegar o inverno todos os anos, o projeto, a viabilidade do projeto é posta em causa simplesmente porque pode chover mais, enfim. Terceiro, e o mais grave, este projeto é inviável pela simples razão de que não existe projeto nenhum. Existem duas coisas essencialmente, que é o que está em discussão aqui agora, existem duas coisas, 95 mil euros para uma piscina e 1,8 milhões para terrenos. Então e o resto? O senhor Presidente tem uma intervenção pública nas redes sociais onde promete instalações novas de oficinas, instalações de SMAS, uma ligação ao percurso Polis, a integração do horto municipal, a recuperação da antiga ETAR, mas não formaliza, não está materializado em documento nenhum como é que vai fazer isto, nem com que verbas, nem de que forma, portanto, não há projeto, não havendo projeto parece-nos um pouco impossível que possa chegar a bom porto. Em quarto, e por último, permita-me só fazer a nota que achamos que é um desrespeito que o senhor Presidente demonstra para com esta Assembleia ao publicitar publicamente que se vai executar um projeto quando o mesmo tem que ser aprovado primeiro nesta casa. Sem a aprovação dos senhores deputados, o senhor Presidente não consegue a afetação da verba que pretende para a piscina nem a compra dos terrenos onde pretende construí-la. Poderia, no mínimo, mostrar um bocadinho de respeito pelo processo democrático, era uma questão de esperar, uma questão, senhor Presidente, de esperar duas semanas para não colocar um vídeo nas redes sociais que rapidamente foi apanhado pela imprensa local e que dá o projeto como um assunto fechado quando não é. Esta casa tem que votar o projeto, tem que aceitar no mínimo estes dois pontos que é uma coisa que existe para que o projeto possa continuar



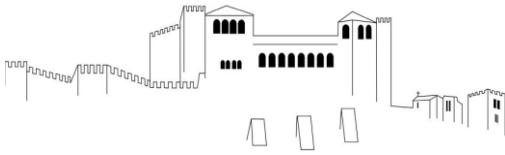
e, portanto, por causa dos pontos elencados o nosso voto vai ser obviamente contra. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Fábio Bernardino – PSD

Transcrição:

“Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal permitam que através de vós cumprimente todos os presentes nesta Assembleia e todos os que assistem a esta sessão online.

No que diz respeito a este ponto começo por falar sobre o que nos é trazido tecnicamente neste ponto, nomeadamente a alteração orçamental que tem como único objetivo atribuir uma verba residual a uma rubrica orçamental que não existia anteriormente, que agora se chama piscina municipal descoberta, mas que nesta data não havendo um plano desportivo e aprovado para a construção de uma piscina descoberta esta proposta de uma nova rubrica constitui uma mera ação contabilística sem correspondência com a despesa necessária e justificada. Agora vou esquecer esta gestão política dos pontos, nomeadamente uma tentativa de que o Aquapolis não fosse discutido de uma forma séria nesta Assembleia e, como disse o meu colega é uma demonstração de falta de respeito por este órgão, irei falar do que está subjacente a este ponto. Começo por referir que este processo, em nosso entender, o senhor Presidente mostrou uma postura de algum desdém pela democracia, algo típico do PS numa maioria absoluta achando que por ter esta maioria não deve ouvir ninguém e que em Leiria pode pôr e dispor a seu bel-prazer. Eu numa Assembleia Municipal anterior já tinha alertado para que praticamente ninguém foi ouvido neste processo relativamente às piscinas e que ao contrário do que tinha dito na altura para a Comunicação Social nem os autarcas ouvimos. Nesta altura questioneei o executivo sobre quais eram as entidades, associações e população em geral que na altura tinha referido ter ouvido para tomar esta decisão e, no entanto, nem na altura nem até ao dia de hoje obtive essa resposta, mas era importante perceber quem é que ouviram realmente para tomar uma decisão desta envergadura e não percebo o porquê do senhor Presidente ter receio em ouvir a população, o que a população tem para dizer sobre este assunto, o porquê de uma decisão desta envergadura estar a ser tomada desta forma, aliás, como já foi referido anteriormente a construção do Aquapolis não estava no programa eleitoral do PS, estava algo muito genérico e, portanto, nem por aí podem justificar o facto de não querer ouvir a população. Este assunto parece-me que necessita de uma discussão muito mais ampla e mais alargada por todos. Mais, o senhor Presidente no dia da apresentação desta ideia, no dia da cidade, anunciou que não queria ou que não pretendia avançar com obras faraónicas relativamente a esta questão das piscinas, no entanto, só na aquisição dos terrenos pretende gastar 1,8, mais de 1.800 mil euros, volto a dizer, só nos terrenos. Com a



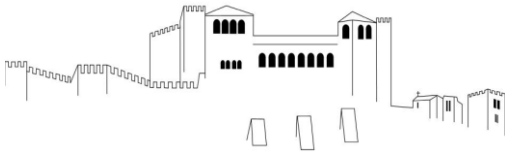
construção deste complexo está a pensar gastar quantos milhões? Não se esqueça também de acrescentar os inúmeros estudos prévios que costumam ser habituais e as derrapagens também já habituais nestas situações. Outra questão, como fica toda a envolvente deste complexo? Porque isto agora já é um complexo, não é? Porque para além das piscinas também vai ter os estaleiros municipais, nomeadamente na questão dos transportes e neste momento, naquela localização, não só naquela, mas como em todo o concelho não existem transportes que sejam efetivos relativamente às necessidades da população. E como fica o terreno da Guimarota que vai ser desocupado pelos estaleiros? Qual é a solução para esse espaço? Acho que todo este processo devia ser muito mais transparente, discutido amplamente com toda a população. Iremos naturalmente votar contra.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Cruz – PS

Transcrição:

“Boa noite senhor Presidente e na sua pessoa cumprimento todos os presentes aqui e em casa, isto numa tentativa de economizar tempo que é aquilo que nós precisamos.

Nós estamos aqui a discutir uma mera questão administrativa e por isso quando a deputada Joana Carvalho veio aqui falar, Joana Cartaxo, desculpe, no ancestral sonho, eu sei, eu sei que ali na Barosa há ali umas pessoas adivinhas onde vai muita gente. Não sei se lá foi para falar nesse ancestral sonho, mas curiosamente esta tem uma clientela muito grande, mas nós, de certeza o executivo não foi lá, e espero que não venha ainda a culpar ou a chamar a atenção do executivo por não ter lá ido para fazer uma adivinhação, mas depois também não tinha verba nem tinha a rubrica aberta para tal. Eu não percebo é que como sendo este apenas um mero ato administrativo de abrir uma conta ou de abrir uma rubrica para meter lá um determinado valor, para se poder fazer o estudo que V^{as} Ex^{as}. precisam para se pronunciar, gastaram todo o vosso argumento das piscinas neste estudo. Eu sempre quero ver como é que vocês vão falar no Ponto 13 porque aí devem ficar calados, o senhor Presidente aí não vai ter trabalho porque ninguém vai falar, já falaram sobre as piscinas e, por isso, como tudo aqui foi falado vão ficar calados com certeza, é uma das coisas que gostava de ver, mas bem, eu quero-vos dizer uma das coisas sobre isto ou sobre estas rubricas que nós abrimos neste tempo, na minha intervenção há um ano atrás disse aqui uma das coisas que foi gozo do PSD que um orçamento era sempre um trabalho especulativo e à incerteza dos tempos, no curto prazo, à volatilidade dos fatores juntamos a incerteza e as condições ambientais, de saúde, sociais, portanto, resta um trabalho árduo, tornar-nos videntes para tanta incerteza e por isso fico admirado agora quando nos surgiu uma oportunidade que agarrámos, pedimos uma alteração administrativa de uma rubrica e os senhores estão aqui a perder ou a discutir umas piscinas que, isso é no Ponto 13, aqui não, não é aqui que estamos (gravação impercetível) se não é no Ponto 13 é no ponto 12.



Lamentamos informar-vos (as piscinas é a compra dos terrenos na Barosa, por isso desculpem ali, vocês meteram aqui tanta água que eu já estava a sentir os pés molhados e fiquei um bocado atrapalhado com isso agora, não sabia de onde é que vinha tanta água que tinha aqui debaixo) lamentamos informar-vos, mas além disso surgirá a oportunidade para vos dizer e qualquer que fosse a força política que surgisse esta oportunidade com certeza faria aquilo que nós fazemos e abriria aqui esta rubrica na contabilidade, a não ser que os senhores também gostem de dizer mal de tudo e por isso são contra tudo, até a abertura de uma simples rubrica os senhores vêm aqui fazer isso. Certamente que o executivo tem o nosso apoio para abrir esta rubrica.

Intervenção do senhor deputado Dário Seguro Joaquim – CDS-PP

Transcrição:

"Dário Seguro Joaquim.

Cumprimentar uma vez mais na pessoa do senhor Presidente todos os presentes e aqueles que nos assistem lá em casa.

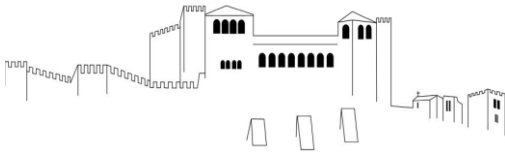
Bom, eu confesso que dissertações e opiniões sobre a eventualidade da participação mais do que democrática neste órgão e daquilo que os senhores deputados decidem fazer ou dizer julgava de muitos possível, não de um partido como o PS. Não obstante e como homem prevenido vale por dois, e eu também já tinha matéria preparada, prometo que não participarei neste ponto a propósito das piscinas, mas a propósito então do orçamento e da alteração que é solicitada e nessa ordem de ideias e dado que a modificação que nos é sugerida propõe-nos a mudança, pelo menos para o presente ano, de 20 mil euros da rubrica da conservação para a de conservação e manutenção para as piscinas municipais descobertas, eu perguntar, ou aliás, perguntaria ao senhor Presidente, dado que sei a cautela que temos habitualmente com o orçamento, perguntar-lhe onde é que o dinheiro vai faltar então. Se transferimos 20 mil euros da conservação e manutenção, o que é que vamos deixar de fazer para poder então abrir esta nova rubrica a propósito das piscinas municipais descobertas. Disse."

Intervenção do senhor deputado Luís Silva – BE

Transcrição:

"Luís Miguel, BE.

Bem, eu se calhar vou meter um bocadinho mais de água também ao contrário do senhor Dr. Fábio, Dário, desculpe. Como disse a senhora deputada Joana Cartaxo de facto há aqui vários projetos a meter água a mais e eu gostava de recordar uma campanha lançada pelo Município de Leiria com o SMAS, em março deste ano, em que diziam e sobre o mote de que todas as gotas contam, para apelar a todos os cidadãos que racionalizassem assim o uso de água porque estávamos a atravessar um período de seca e agora parece que vamos



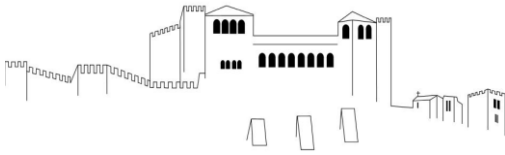
meter mais 2.500 mil litros de água numa piscina a céu aberto e estamos aqui a discutir a transferência de montantes para podermos então vir a trabalhar este projeto que até então não tem este estudo capaz de chegar a esta casa e de nos mostrar quanto é que vamos gastar, perdas que vamos ter, o que é que de facto vai ser feito ou não vai e que custo trará isso para outras vertentes do nosso Município que tem imensas lacunas por responder. Uma piscina a céu aberto porquê e não com uma cobertura? Já foi aqui referido também que traria muito mais benefício para a prática desportiva e também para alguma utilização durante todo o ano. Uma piscina a céu aberto pode perder até um centímetro de profundidade por cada 24 horas e nos meses de verão, por exemplo, estamos a falar que em 3 meses, junho, julho e agosto possa perder até 1.125 mil litros de água. Numa altura em que falamos de racionalizar o uso da água, em que apelamos aos munícipes que não lavem o seu carro, que fechem a torneira enquanto lavam a loiça, etc., etc. vimos este projeto megalómano surgir entre tantos outros que já tivemos em cima da mesa, vimos aqui tentar passar entre os pingos da chuva certos montantes do Orçamento de Estado, do Orçamento de Estado, desculpem, do Orçamento da Câmara para então vimos talvez mais à frente chegar à conclusão que se calhar não vai ser essa tal piscina que, se calhar, vai ser outra, assim como tantos outros projetos que já vimos, que foram trabalhados desta forma. Obrigado. Vamos votar contra, claro.”

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA

Transcrição:

"Boa noite, mais uma vez.

Por mais, chamemos-lhe movimento administrativo, mas eu não me vou pronunciar aqui sobre as questões de habilidades orçamentais que estão aqui em causa até porque por mais voltas que lhe dermos isto irá parar sempre à questão de viabilizar as piscinas, isto é um facto. E dirá também o senhor Presidente que a oposição passa a vida a queixar-se de falta de investimento e depois quando surge a oportunidade de investir já não querem investimento, pelo menos da parte daquilo que nos diz respeito, da nossa bancada, não é a questão de se fazer ou não investimento, mas que investimento, porque no campo abstrato julgo que ninguém se opõe à construção da piscina ao ar livre ou de várias piscinas ao ar livre, nas Olhalvas, em Marrazes, uma piscina para cada moradia, para cada condomínio que seja, mas baixando essa ideia, esse conceito ao campo concreto, à prática temos de nos questionar necessariamente acerca da prioridade desta obra. Para além de existir pouca ou nenhuma informação e dúvidas razoáveis e coerentes acerca da viabilidade da mesma como do ratio custo/económico para o ambiente e o benefício porque numa altura em que vamos à televisão dizer que vamos desligar monitores de computadores, ares condicionados, desligar fontes, desligamos ares condicionados, tiramos a gravata,

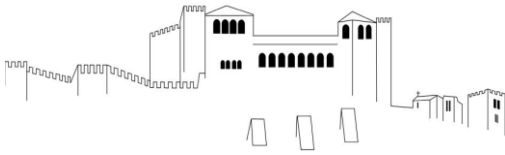


desabotoamos a camisa parece transmitir a ideia errada falar em Aquapolis num projeto megalómano em termos de, eu não sei qual é o consumo, mas não deve ser um balde de água, deve ser um consumo muito significativo de água numa altura que estamos numa situação de seca extrema que, ao contrário da pandemia, não acabou e irá continuar e porventura agravar-se. Passa uma mensagem errada e acho que estrategicamente é também errado ou extemporâneo. Quanto à questão das piscinas que foram aqui trazidas no PowerPoint pelo senhor Vereador devo dizer-lhe que, e isto é público, isto é público, algumas das piscinas ao descoberto aqui trazidas foram encerradas precisamente por causa do consumo de água, muitos Municípios por este país fora fecharam as suas piscinas municipais cobertas por causa do consumo de água como medida para combater a seca, portanto, acho que não é altura para estar a falar disto agora. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

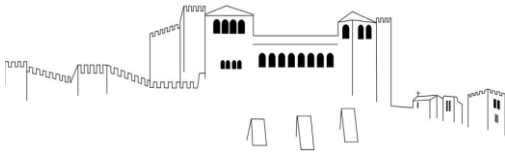
Sobre a questão da inscrição desta rubrica esclareceu que tem como objetivo iniciar os estudos para a piscina municipal descoberta e, naturalmente, tem um grau de transparência elevado. Porque o assunto que aqui trazem da inscrição desta rubrica, que marca o início de um processo é um sinal muito claro que não vão buscar a uma rubrica qualquer de outras despesas de investimento ou outros projetos que existam no seu orçamento e no seu plano. Referiu ser um compromisso político para dar sinal claro quer na Câmara, quer na Assembleia, órgão máximo, de que este projeto vai iniciar aqui e hoje com a abertura desta rubrica orçamental e que irá ficar registado em futuros orçamentos e planos de atividades do Município enquanto decorrer a sua obra e a sua instalação. Afirmou que se existe alguma questão relativamente à transparência, à clareza e à clarividência de que este tema tem o seu órgão e o seu espaço para participarem é neste ponto. Disse ter sido um assunto trazido pelo executivo e não estão a esconder nada. Continuou dizendo que todos os que vieram aqui reclamar a necessidade de haver debate, reflexão e opinião tiveram o seu tempo de antena para o fazer e ainda vão ter mais quer sobre este tema, quer sobre outros. Considera que todas as opiniões são válidas desde que sejam devidamente fundamentadas e claras estando disponíveis para ouvi-las e aceitá-las democraticamente assim como o povo lhes deu também o voto para poder governar em maioria e com o seu programa eleitoral algo que não podem nunca esquecer. Na sua opinião a força e a confiança que lhes transmitiram nas últimas eleições é porque sabem que no passado governaram de forma correta e apresentaram um projeto credível que não põe em causa o futuro económico e o desenvolvimento do concelho.

Referiu ter sido aqui apresentada pela senhora deputada Joana Cartaxo a questão do Plano de Pormenor das Olhalvas que confunde uma piscina a céu aberto, que não é mais do que um espelho de água. Aconselhou a que visse o desenho com atenção. Esclareceu que o



Plano de Pormenor das Olhalvas tem representado não uma piscina olímpica, como a senhora deputada disse, pois não tem dimensão para isso. Disse ser um espelho de água e não tem uma capacidade de ser piscina nem balneários estão representados no desenho. Convidou a ler com atenção esse assunto já que a sua posição demonstra que têm tanta vontade de opinar e esclarecer as coisas. Disse ainda que devem ter a humildade de poderem debater os assuntos com elevação e com propriedade sobre aquilo que são os documentos oficiais do Município. Continuou a sua intervenção dizendo que apesar de na intervenção efetuada pelo senhor Vereador ter sido referido aquilo que é uma piscina olímpica coberta iria fazer o seguinte exercício: uma piscina olímpica custa 12 milhões de euros, valor relativo apenas ao investimento, tendo sido também explicado que numa piscina olímpica ninguém a utiliza a não ser atletas, ou seja, não há espaço para chapinhar. Atualmente existem 100 atletas a competir na nossa piscina olímpica de 25m, atletas esses que ao serem transpostos para a piscina olímpica significava que era um investimento de 120 mil euros por pessoa. Por ano, aquela piscina para funcionar para aquelas 100 pessoas custa 1 milhão de euros, o que significa que voltaremos a ter um investimento de 10 mil euros por ano por pessoa, mas vamos assumir que aquela pessoa pagava para poder entrar na piscina e que o lucro ou o prejuízo seria só de meio milhão, mesmo assim pagaríamos 5 mil euros todos nós para que existissem provas de competição, atletas de competição ao mais alto nível numa piscina olímpica que não serve e que é exclusivamente marcada para a prática desportiva de competição ao mais alto nível. Referiu ser este investimento que antes da "Ordem do Dia" vieram reclamar tendo por isso explicado a sua linha de raciocínio e pelos vistos o PCP, que é um partido que defende a igualdade de oportunidades para todos, veio defender dizendo ser um investimento monstruoso a dividir por uma elite deixando de fora as preocupações com a adaptação ao meio aquático das camadas mais jovens e mais desfavorecidas. Disse ser isto a que hoje assistimos, uma intervenção inédita do Partido Comunista que diz que discorda da localização da piscina ao ar livre e com a própria piscina ao ar livre, mas concorda com uma piscina coberta para colmatar as dificuldades que foram apresentadas antes. Dirigindo-se à senhora deputada disse-lhe que teria de ter uma intervenção mais responsável pois enquanto não tiver esse cuidado na análise daquilo que é um investimento municipal da despesa corrente, enquanto não desistir de ter esses preconceitos, essa visão muito ortodoxa do que é a posição do Partido Comunista, ter uma visão aberta, independente e vir sempre reclamar a necessidade de diálogo, de debate, de ouvir a população aquilo que lhe pediu é que quando tiver oportunidade de intervir intervisse com conhecimento de causa.

Relativamente à questão que foi levantada sobre os custos do investimento afirmou que terá oportunidade de explicar no ponto adequado, na aquisição. Voltou a dizer que o



investimento que vão fazer com a aquisição dos terrenos não é exclusivamente para a construção de uma piscina. Disse que vem anexado também um espaço com três armazéns, com centro logístico que tem um valor. Na sua opinião não lhe parece correto usarem a argumentação do valor de aquisição na globalidade dizendo que é todo para a piscina.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 14 votos contra** (9-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-PCP, 1-IL) **e 4 abstenções** (3-PSD, 1-CDS-PP), a **XI Modificação ao Orçamento Municipal de 2022.**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Intervenção do senhor deputado **Dário Joaquim – CDS-PP**

Transcrição:

"*Dário Joaquim.*

Apesar do sentido de voto ter sido a abstenção dar nota que abster-me porque efetivamente o que se pretende com este ponto e com esta rubrica, segundo o que o senhor Presidente nos transmite, é estudar-se a possibilidade de. Registe-se também que é 00h11 e quero ver a que horas é que vamos votar então o Ponto 13 porque se ainda agora demos o ponto de partida daqui a pouco já está definido o local. Disse, obrigado."

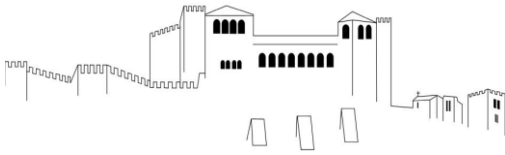
Ponto 4 – 14.ª MODIFICAÇÃO – 12.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e GOP'S 2022-2026 SMAS – INTERNA 3504/22 - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Explicou que o ponto refere-se a alterações e modificação orçamental resultantes do ritmo das obras, ou seja, é necessário fazer um novo calendário das obras passando para o ano de 2023 a rede de águas residuais domésticas na Colónia Agrícola, Portela da Mata, Casal do Pilha e Alcaidaria; a rede de drenagem de águas residuais domésticas dos lugares de Raposeira, Vale da Raposeira, e Lameiria; construção da conduta adutora de Monte Redondo, Praia do Pedrógão e controlo e redução de perdas no sistema de distribuição e adução de água no concelho de Leiria telemetria. Referiu que todas estas ações, devido àquilo que é o ritmo das obras que estão em curso, vão passar uma parte delas para o ano seguinte libertando assim meios para fazer esta modificação orçamental.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 4** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 votos contra** (1-PCP) **e 14 abstenções** (9-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP, 1-IL), a **14.ª MODIFICAÇÃO – 12.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e GOP'S 2022-2026 SMAS – INTERNA 3504/22.**



DECLARAÇÃO VOTO

Intervenção da senhora deputada **Joana Cartaxo – PCP**

Transcrição:

"Muito boa noite a todos, Joana Cartaxo, PCP.

A presente alteração modificativa tem origem na insuficiência da gestão dos SMAS que leva a atrasos na concretização dos tão necessários investimentos. Foi por isso que votámos contra. Obrigada."

Ponto 5 – Aprovação do saldo de gerência de 2021 - Modificação ao orçamento anual de exploração do TJLS-2022, que se traduz numa revisão orçamental, por introdução do saldo de gerência de 2021 – Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Explicou que consiste na introdução do saldo que ficou apurado sendo uma obrigação legal que está a ser agora cumprida nesta modificação orçamental.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 5** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 voto contra** (1-PCP) **e 14 abstenções** (9-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP, 1-IL), a **Aprovação do saldo de gerência de 2021 - Modificação ao orçamento anual de exploração do TJLS-2022, que se traduz numa revisão orçamental, por introdução do saldo de gerência de 2021.**

DECLARAÇÃO VOTO

Intervenção da senhora deputada **Joana Cartaxo – PCP**

Transcrição:

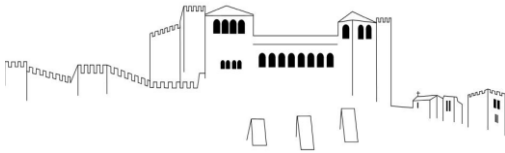
"Boa noite novamente, Joana Cartaxo, PCP.

Trata-se de um processo com informação confusa e que deixa fundadas dúvidas. Não se entende porque é que operações de cobrança para terceiros, nomeadamente para o Município dão entrada no orçamento do Teatro como de suas receitas próprias se tratassem. Este procedimento não é correto e por isso votámos contra. Obrigada."

Ponto 6 – 2.ª alteração à proposta de mapa de pessoal para 2022. Competências da Assembleia Municipal – Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Referiu que esta alteração do mapa de pessoal serve para introduzir a figura do chefe de divisão na área da comunicação e relações-públicas.



Intervenção do senhor deputado Dário Joaquim – CDS-PP

Transcrição:

"A propósito deste ponto confesso que pode ser um pouco defeito profissional dado ser a minha área, pergunto ao senhor Presidente de Câmara a propósito da criação deste cargo de direção intermédia qual o descritivo de funções do mesmo, o que é que se pretende com a colocação de um recurso humano nesta posição, qual a tipologia ou neste caso a configuração em termos de organograma do Departamento de Comunicação e Relações Públicas e se a criação deste mesmo lugar dará direito consequentemente a recrutamento externo ou à ascensão na linha dos colaboradores. Disse."

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Relativamente às questões colocadas deu conta de que as habilitações académicas serão uma licenciatura na área associada à comunicação e imagem Explicou que a sua intenção é numa 1ª fase fazer uma nomeação interna promovendo um dos designers a esta função, o que significa também um pouco de investimento na promoção e progressão de um quadro interno com a abertura do procedimento de concurso público em que qualquer pessoa com órgãos da Administração Pública poderá concorrer sendo que depois o júri irá tomar a devida decisão.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 6** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 14 abstenções** (9-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP, 1-IL), a **2.ª alteração à proposta de mapa de pessoal para 2022. Competências da Assembleia Municipal.**

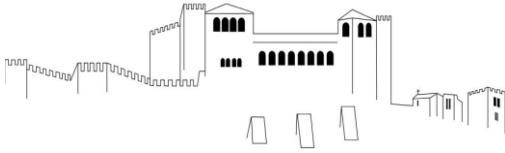
Ponto 7 – Abertura de procedimentos concursais. Proposta de designação de júris de recrutamento - Competência da Assembleia Municipal de Leiria – Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Explicou que este ponto refere-se à aprovação dos nomes dos elementos do júri, em que alguns vêm de fora do Município e outros são dirigentes internos.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 7** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 6 abstenções** (1-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP, 1-IL), a **Abertura de procedimentos concursais. Proposta de designação de júris de recrutamento - Competência da Assembleia Municipal de Leiria.**



Ponto 8 – Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para 2022 - Alteração (I – 3522) – Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Referiu ser um pedido de alteração para introdução de 16 postos de trabalho de assistentes técnicos. Disse pretenderem com esta abertura poder recrutar estes recursos humanos para fazer face a saídas por motivos de reforma, baixa ou mobilidade para outros órgãos da Administração Pública e também eliminar contratação de elementos de trabalho temporário sobretudo nas áreas do atendimento administrativo na área comercial e atendimento telefónico uma vez que são áreas que neste momento necessitam de recrutar e reforçar.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 8** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 13 abstenções** (9-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP), o **Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para 2022 - Alteração (I – 3522)**.

Ponto 9 – Juntas de Freguesia

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** sugeriu que o ponto fosse discutido em conjunto desde o ponto 9.1 ao ponto 9.6, votando-se em separado, e em seguida discutidos e votados individualmente os restantes pontos.

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Explicou que o ponto consiste em candidaturas das Juntas de Freguesia para um pedido de apoio para aquisição de painéis fotovoltaicos de modo a cumprirem com a política de eficiência energética que se pretende dos edifícios públicos.

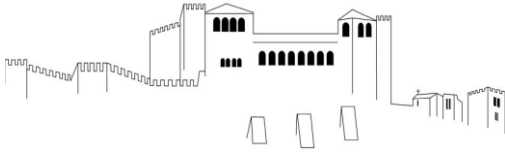
Intervenção do senhor deputado António Pereira de Melo – PSD

Transcrição:

"Pereira de Melo, PSD.

Irei votar a favor destes pontos todos, mas uma coisa que desde já peço é que à semelhança do que se passou com o dinheiro para os cemitérios, que acabou depois convertido em dinheiro de informática, espero que desta vez o dinheiro para os painéis solares não acabe convertido em outra coisa totalmente diferente. Portanto, aqui aparece um conjunto de Juntas de Freguesia a pedir painéis solares, que eu concordo sim senhor, é útil, mas espero é que não venha daqui a uns dias a vê-los convertidos talvez em cemitérios. Obrigado."

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** afirmou nada ter a acrescentar.



Ponto 9.1 - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas de Capital à Freguesia de Amor - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 9.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** o **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas de Capital à Freguesia de Amor.**

Ponto 9.2 - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas de Capital à Freguesia de Arrabal - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 9.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** o **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas de Capital à Freguesia de Arrabal.**

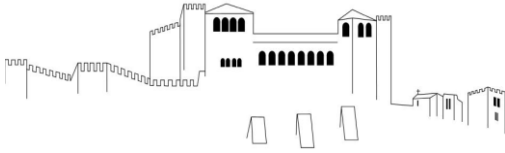
Ponto 9.3 - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas de Capital à Freguesia da Bajouca - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 9.3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** o **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas de Capital à Freguesia da Bajouca.**

Ponto 9.4 - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas de Capital à União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 9.4** à votação.



A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** o **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas de Capital à União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes.**

Ponto 9.5 - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas de Capital à União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 9.5** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** o **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas de Capital à União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira.**

Ponto 9.6 - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas de Capital à União das Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa - Apreciação, discussão e votação;

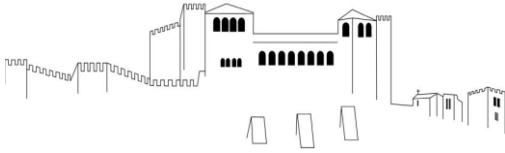
O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 9.6** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** o **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas de Capital à União das Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa.**

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Referiu que o Ponto 9.7 tem a ver com a cedência de lembranças, nomeadamente livros cujo valor do apoio não financeiro está na ordem dos 2.346€ e o Ponto 9.8 tem a ver com uma cedência de superfície de um terreno à União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, terreno esse que tem como função ampliar o cemitério das Cortes e cujo valor total de apoio financeiro é de 80 mil €.

Ponto 9.7 - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria -Atribuição de Apoio não financeiro para a



União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 9.7** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** o **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria –Atribuição de Apoio não financeiro para a União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira.**

Ponto 9.8 - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria –Atribuição de Apoio não financeiro para a União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 9.8** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** o **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria –Atribuição de Apoio não financeiro para a União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes.**

Ponto 9.9 - Contrato com a União de Freguesias de Marrazes e Barosa para a locação de horas no Pavilhão Desportivo de Marrazes - Apreciação, discussão e votação;

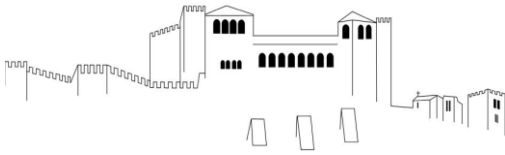
Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Afirmou tratar-se de um contrato com a União de Freguesias de Marrazes e Barosa para locação de horas no pavilhão desportivo de Marrazes, propriedade desta União de Freguesias, e que serão utilizadas para oferecer aos clubes federados do concelho, em especial daquela Freguesia. Disse ainda que estas horas representam anualmente um custo ou um investimento por parte do Município de 18.780€.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 9.9** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade**, o **Contrato com a União de Freguesias de Marrazes e Barosa para a locação de horas no Pavilhão Desportivo de Marrazes.**

Ponto 10 – Isenções / Reduções:



Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Explicou que este ponto refere-se ao pedido de isenção dos operadores económicos em virtude dos eventos que ocorreram nestes recintos. No caso da praia do Pedrógão, o Festival da Sardinha deste ano, que fez com que o recinto não tivesse disponível para a feira do levante, e o mesmo raciocínio aplica-se também ao mercado e à feira de levante de Leiria onde também a utilização em determinado tipo de meses com a Feira de Leiria fez com que no mês de junho existisse apenas metade do período que foi ocupado ainda com as desmontagens.

Ponto 10.1 - Feira de Levante da Praia do Pedrógão - Isenção temporária da taxa de terrado - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 10.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a **Feira de Levante da Praia do Pedrógão - Isenção temporária da taxa de terrado.**

Ponto 10.2 - Feira de Levante de Leiria - Redução em 50% da taxa de terrado - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 10.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade**, a **Feira de Levante de Leiria - Redução em 50% da taxa de terrado.**

Ponto 10.3 - Parque de Estacionamento da Fonte Quente - Isenção da taxa de utilização - Apreciação, discussão e votação;

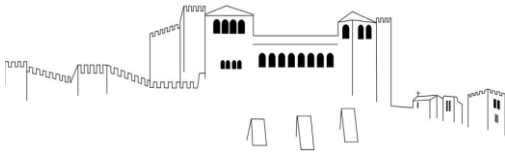
Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Em relação a este ponto explicou ser um pedido de isenção de pagamento de estacionamento por parte dos moradores que irão ficar e/ou que estão atualmente impedidos de aceder às garagens durante a execução da empreitada no sistema urbano em redor da Mouzinho de Albuquerque sendo uma maneira de compensar o prejuízo provocado pela obra dando a possibilidade a esses moradores de utilizarem o parque de estacionamento da Câmara gratuitamente num montante de isenção estimado na ordem dos 15.210€ e que corresponde a um período de 365 dias.

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

"Muito boa noite novamente.



Eu vou tentar ser rápida para não perder tempo para poder falar no ponto 13, enfim, e também dizer aqui ao senhor deputado da Iniciativa Liberal que nós fazemos as coisas ou não votamos conforme a nossa ideologia política, enfim, nós estamos aqui para fazer serviço público e votámos a favor desta deliberação, mas queríamos recordar que no dia 3 de dezembro de 2018 viemos aqui dizer que achávamos importante esta isenção ser permanente, fizemos uma proposta que foi reprovada e que propusemos até que tivesse sido ou que fosse implementada a isenção da taxa de uma hora durante a semana e que fosse também implementada a isenção da taxa durante o fim de semana para promover o comércio local e para apoiar os comerciantes. Muito obrigada.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 10.3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** o **Parque de Estacionamento da Fonte Quente - Isenção da taxa de utilização.**

Ponto 11 – Reescalamento de Compromissos Contratuais:

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** sugeriu que o ponto fosse apreciado e discutido na totalidade votando-se depois ponto a ponto.

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Fez saber que as Divisões de Obras Municipais fazem habitualmente reuniões para reescalonar as empreitadas em virtude daquilo que é a evolução das obras. Ambas as Divisões propõem que transitem para 2023 obras que estavam previstas decorrerem durante o ano de 2022. Afirmou que este tipo de operação permite que no final do ano o saldo de gerência em vez de ser 40 milhões seja inferior uma vez que vão fazendo esta operação à medida que o ano vai avançando. Esclareceu que ao fazer isto estão a colocar nos sítios certos a despesa, neste caso no momento certo as despesas do Município numa operação que é diferente de anos anteriores e possivelmente terá efeitos no final do ano naquilo que é o saldo de gerência final.

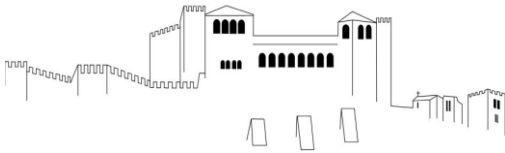
Intervenção do senhor deputado António Pereira de Melo – PCP

Transcrição:

"Pereira de Melo, PPD-PSD.

Vou discutir os pontos 11.1 e 11.2, portanto, reescalamento de compromissos contratuais relativos a empreitadas e serviços do Município e do DIGEMP1, não vi em parte nenhuma o que é que isto significa, mas deve ser ignorância minha.

Desde que o executivo camarário de Leiria é gerido pelo PS que se verifica que a cobrança de impostos é eficiente, mas a gestão de projetos não relativos a eventos é altamente



deficiente. Assim é sistemático estarmos perante projetos inacabados ou deficientes, execuções de obras deslizando ou interrompidas, parques industriais que não passam do papel, obras que não são convenientemente fiscalizadas, etc. Resumindo, estamos perante um executivo que em termos de concretização promete muito mais do que executa. Vejamos aqui alguns exemplos, no 11.1 a área de parques industriais Carreira d'Água / Barosa, a equipa projetista desistiu e foi trocado; guardas metálicas de proteção rodoviária, quer dizer, não se fazem as guardas metálicas enquanto a Divisão de Trânsito e Segurança Rodoviária não especificar quais são todos os sítios em que vamos ter uma guarda metálica, até lá podem morrer pessoas, mas enquanto não se especificar o último centímetro em que falta meter uma barra metálica não se faz a obra. Ora, esta obra é uma obra mais ou menos a metro. Era muito simples nos sítios que já estão assinalados pudesse começar a obra e não estivesse parada, mas a Câmara assim acha que é mais bonito; jardins lazer do Telheiro, necessidade de alterar o tipo de iluminação pública do parque, isto é manifestamente uma falta, um projeto deficiente. Não vejo porque é que alterar a iluminação pública vai implicar a parte dos condutores que estão debaixo do chão e coisas do género, mas algo motivo haverá; a avenida Heróis de Angola, isto é um eterno problema que tenho a impressão que se há-de resolver um dia, mas não se sabe quando, será possivelmente este século? Talvez.”

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** afirmou nada ter a acrescentar.

Ponto 11.1 - Reescalamento de compromissos contratuais com diferimento de encargos para anos futuros, relativos a empreitadas e serviços do Município

- Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 11.1** à votação.

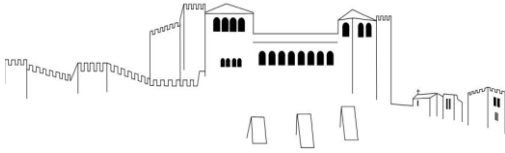
A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 voto contra (PSD) e 12 abstenções** (8-PSD, 1-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP, 1-IL) o **Reescalamento de compromissos contratuais com diferimento de encargos para anos futuros, relativos a empreitadas e serviços do Município.**

Ponto 11.2 - Reescalamento de compromissos contratuais com diferimento de encargos para anos futuros, relativos a empreitadas da DIGEMP1 -

Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 11.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 voto contra (PSD) e 12 abstenções** (8-PSD, 1-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP, 1-IL) o



Reescalonamento de compromissos contratuais com diferimento de encargos para anos futuros, relativos a empreitadas da DIGEMP1.

Ponto 12 – Isenções / Reduções:

Ponto 12.1 - Minuta de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências no âmbito da Educação – Modificação - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Explicou tratar-se de um contrato interadministrativo de delegação de competências no âmbito da educação que consiste em atualizar valores e transferências de verbas relativamente aos programas de fornecimento de refeições escolares e programas de atividades de animação e apoio às famílias para o ano letivo 2022 /2023.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 12.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 voto contra (PCP) e 1 abstenção** (1 CHEGA) a **Minuta de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências no âmbito da Educação – Modificação**.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Intervenção da deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

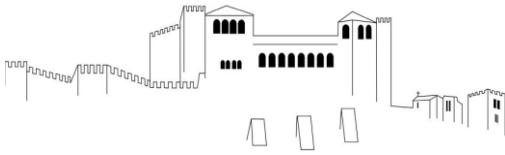
"Joana Cartaxo, PCP.

Por ter havido preterição da formalidade essencial da elaboração de estudo prévio para a fundamentação da opção pela delegação de competências no âmbito da educação, não estando demonstrado que assim se defende o melhor interesse público votámos contra. Muito obrigada."

Ponto 12.2 - Minuta de contrato promessa de arrendamento para fins não habitacionais - Torre Nascente do Topo Norte do Estádio Municipal de Leiria Dr. Magalhães Pessoa – Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Referiu tratar-se de uma minuta de contrato promessa de arrendamento para fins não habitacionais da torre nascente do topo norte do estádio municipal de Leiria, Doutor Magalhães Pessoa. Disse que esta minuta de contrato será celebrada com a Autoridade Tributária e Aduaneira que, após consulta de mercado imobiliário, apresentou uma proposta para a ocupação da torre nascente do estádio oferecendo para o efeito um



valor de 29.988€ por mês de modo a ali fixar os serviços distritais das Finanças. Disse ainda que com este contrato promessa fica também comprometido o arrecadar de uma receita de aproximadamente 5,4 milhões de euros, o que dará suporte ao investimento programado para aquela torre existindo assim essa renda para recuperar o investimento cumprindo aquilo que têm dito, o investimento que vão privilegiar será aquele que terá financiamentos comunitários e também aqueles que têm um investimento reprodutivo e que resultam numa receita capaz de recuperar o investimento realizado.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 12.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade**, a **Minuta de contrato promessa de arrendamento para fins não habitacionais - Torre Nascente do Topo Norte do Estádio Municipal de Leiria Dr. Magalhães Pessoa**.

Ponto 12.3 - Segunda Modificação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Leiria nos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Afirmou consistir numa melhoria dos contratos interadministrativos que possuem com os agrupamentos de escolas no âmbito daquilo que são as competências que estão descentralizadas do Município. Explicou ter havido uma modificação desse contrato com respetivos montantes financeiros para que essas competências agora delegadas nos diretores dos agrupamentos possam exercer a competência do Município.

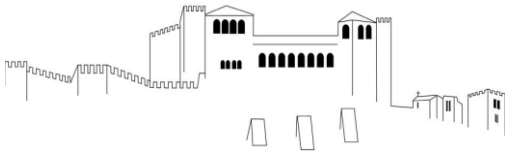
Intervenção da senhora deputada Sofia Francisco – PS

Transcrição:

"Sofia Francisco, PS.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa permita-me cumprimentar todos os deputados e Presidentes de junta e Uniões de Freguesia. Cumprimento o Exmo. Presidente da Câmara Municipal e todos os vereadores, cumprimento igualmente todos os que nos acompanham em casa e todos os restantes elementos aqui presentes.

Devido à necessidade sentida pelas escolas de encontrar soluções "no terreno" para problemas que ocorriam no dia-a-dia, desde a provação da Constituição de 2 de abril de 1976, que as atribuições dos municípios foram sendo progressivamente ampliadas, através da transferência de competências da administração central para as câmaras municipais. Todavia, é apenas em 2008, com o Decreto-Lei nº144 de 28 de julho que regulamenta a transferência efetiva de competências para os órgãos dos municípios em



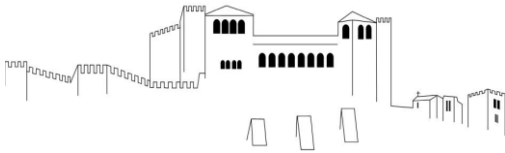
matéria de educação, que se começa a desenhar um futuro de efetivo fortalecimento das relações entre as autarquias e as escolas.

Com aceitação do Município de Leiria desta delegação de competências o caminho feito neste âmbito, complexo, constitui-se um enorme desafio. Neste ano de 2022, esta delegação de competências encontra-se num processo de consolidação que tem obrigado a esforços e à necessária colaboração entre as escolas, a Câmara Municipal de Leiria e a tutela, daí que surja a necessidade de avaliar procedimentos, modificando, renovando ou acrescentando sempre que necessário.

Um dos impactos positivos desta descentralização de competências foi descrito pelas entidades educativas do nosso concelho, como algo que possibilitou novas formas de envolvimento da Comunidade Educativa e desenvolveu estratégias inerentes ao Projeto Educativo Municipal, nomeadamente ao delinear atividades e projetos que têm dado respostas adequadas aos alunos/famílias, na gestão dos recursos e equipamentos educativos ao nível do Pré-escolar e 1º ciclo e até na participação em encontros de interesse para a comunidade como foi, por exemplo, o recente 13º Fórum Educação: Escola - Comunidade de Aprendizagem, promovido pelo Município de Leiria, que encheu o teatro José Lúcio da Silva no passado dia 7 de setembro.

Importa aqui referir, de igual modo, que uma vez que o Município herdou também um parque escolar envelhecido e desatualizado ao nível das estruturas físicas e equipamentos/materiais escolares, relativamente ao futuro, é imprescindível um olhar atento da Câmara Municipal de Leiria para o parque escolar das escolas do concelho que não foram intervencionadas anteriormente. Estão atualmente em desenvolvimento os projetos de requalificação da Escola Secundária Afonso Lopes Vieira, Escola Básica n.º 2 de Marrazes, e requalificação / ampliação da Escola Básica D. Dinis, e tendo o Município já assumido que, brevemente, serão desenvolvidos os estudos prévios conducentes a futuras intervenções da Escola Básica Dr. Correia Alexandre (Caranguejeira) e Escola Básica e Secundária Henrique Sommer (Maceira). É, assim, essencial que o parque escolar seja uma prioridade para que as crianças e jovens do nosso concelho tenham as condições de trabalho que tanto merecem.

Relativamente à minuta em análise, esta é uma adenda aos contratos interadministrativos já existentes de delegação de competências com os Agrupamentos de Escolas de D. Dinis, Colmeias, Caranguejeira- Santa Catarina da Serra, Marrazes, Rainha Santa Isabel, Henrique Sommer, Domingos Sequeira, Correia Mateus e Escolas Secundária Rodrigues Lobo e Escola Secundária Afonso Lopes Vieira, assenta essencialmente nos valores a transferir para este ano letivo e vai ao encontro dos anseios sentidos pelas direções das escolas, na medida em que estas sentem esta delegação de



competências como uma mais-valia, visto que a proximidade imposta agiliza uma rapidez de respostas às tantas carências sentidas e permite uma maior autonomia e funcionalidade na gestão do orçamento das escolas.

Para terminar, e já que se estamos a refletir acerca de educação, permitam-me, e assumindo a minha parcialidade uma vez que sou professora neste agrupamento, dar os parabéns à direção, aos professores, aos assistentes operacionais, aos pais e, especialmente, aos alunos do Agrupamento de Escolas Henrique Sommer, Maceira, uma vez que este liderou o ranking das escolas com mais de 50 exames realizados, tendo a escola secundária deste agrupamento sido considerada, pela análise feita pela RTP e pelo Jornal Público, como a melhor escola pública do país.

Disse um dia um conceituado investigador na área das Ciências da Educação que os rankings, não sendo o mais importante, não deixam de ser importante... Sabemos de igual forma que os rankings não refletem o tanto trabalho que as escolas desenvolvem, principalmente as que estão inseridas em contextos mais fragilizados, mas não podemos deixar de olhar para este resultado de uma escola do nosso concelho com orgulho. Permitam-me aqui, também, ressaltar a proximidade que este agrupamento tem com o Projeto Educativo Municipal, visto que este tem sempre aderido às atividades propostas por este município, aproveitando-as e envolvendo os alunos, de forma a facultar-lhes a melhor formação integral, valorizando permanentemente o trabalho, o esforço e o saber ser e ser com saber.

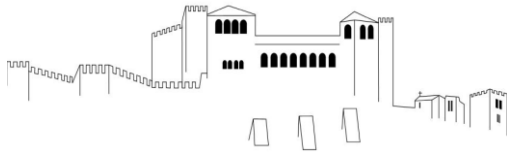
Acreditamos que só a Escola Pública pode oferecer oportunidades que podem mudar o destino de muitas crianças e jovens. A descentralização de competências, com a proximidade estabelecida, tem criado e criará, certamente, mais e ainda melhores oportunidades.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 12.3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade**, a **Segunda Modificação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Leiria nos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas**.

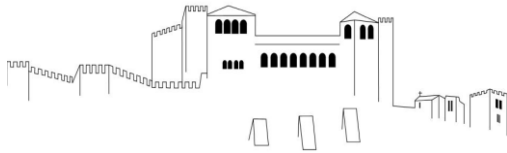
Ponto 13 - Aquisição dos imóveis que constituem as antigas instalações da “Exelis”, sites em Ponte das Mestras, lugar de Barosa, União de Freguesias de Marrazes e Barosa, para o domínio privado do Município - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

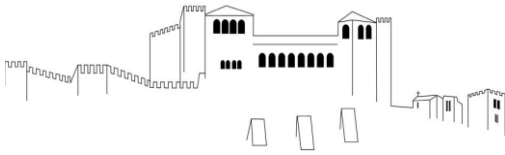


Iniciou a sua intervenção referindo que este projeto surgiu da oportunidade de adquirir um conjunto de terrenos contíguos a terrenos do Município. Numa 1ª fase tinha como principal objetivo encontrar uma localização para a fixação dos estaleiros municipais tendo depois conseguido também comprar um terreno anexo que irá comportar aquilo que é a extensão de uma linha relevante de 8 hectares que permitirá criar um novo parque em Leiria que ligará o percurso Polis, que ganhará com esta iniciativa uma nova extensão uma vez que todo o projeto de desenvolvimento do Polis desde a sua criação até aos nossos dias tem vindo a crescer para ambos os lados com efeito de mancha de crescimento sendo por isso natural que este investimento chegasse à Barosa, assim como vai ser muito natural que se prolongue até São Romão e mais tarde a outros territórios contíguos ao investimento muito grande que Leiria tem feito nas últimas décadas naquilo que é a devolução do rio à cidade e aos leirienses. Continuou dizendo que esta aquisição para além de permitir a extensão do percurso Polis até esta nova geografia tornará o horto municipal num horto com função pedagógica, horto esse que atualmente é já uma referência em termos daquilo que é a atividade diária na parte da jardinagem e o qual pretendem agora tornar num espaço mais visitável, mais público dando também uma vocação de centro pedagógico na área dos espaços verdes. Por outro lado, referiu que a criação e aquisição destes terrenos fará com que se crie uma oportunidade de recuperar um outro terreno contíguo ao horto municipal, propriedade do Município, que é uma antiga ETAR onde durante a sua utilização cumpriu com a sua função de tratamento de águas residuais e que neste momento já não está em funcionamento há bastante tempo constituindo também um perigo aquilo que é a sua utilização. Continuou dizendo que surge agora uma grande oportunidade de o poderem incluir nesse parque e de fazer a devida reabilitação e adaptação a um espaço de utilização e fruição pública. Esclareceu que dentro dessa filosofia encontraram esta oportunidade de vir a construir no futuro uma piscina municipal ao ar livre "cosendo" estes territórios, uma parte que já é do Município com aquilo que é agora esta aquisição. Relativamente à preocupação que possa existir no que diz respeito aos montantes envolvidos com esta aquisição afirmou que os terrenos, não só os três prédios que estão ali representados pelos seus armazéns que têm um valor intrínseco, mas também o terreno onde estão instalados e o terreno contíguo que tem uma parte que é urbanizável e outra parte que é rústica, esta aquisição deve ser analisada como uma oportunidade de ser incluída nesta área que se torna mais completa e que ganha uma dimensão própria de um parque verde idêntico ao existente no Jardim da Almuinha, com uma dimensão relevante e dando suporte a um novo projeto, a uma nova ambição para este território.

De seguida apresentou algumas imagens sobre o espaço em causa tendo identificado todos terrenos que pretendem utilizar no projeto.



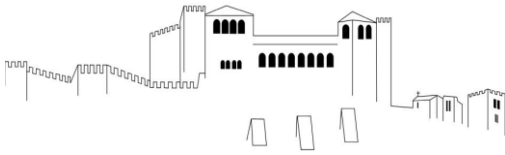
Continuando a sua intervenção disse que no seu programa eleitoral está transcrito o objetivo do projeto que, no seu entender, representa também uma vontade popular dos leirienses que decerto não será por unanimidade pois há sempre quem não goste desta solução. No entanto, disse continuar a acreditar que é um desejo de grande parte dos leirienses em virtude daquilo que é a identidade e a história de Leiria nesta área em particular, assim como também é desejo e vontade dos leirienses voltar a ter um pavilhão desportivo na zona ou perto da zona onde existiu aquele que foi destruído para a construção do estádio. Disse ainda que dentro de muito pouco tempo iremos ter novidades relativamente a esse assunto. Continuando afirmou que o que querem é essencialmente uma piscina que cumpra com os objetivos de acessibilidade, lazer, que permita também dar oportunidade à prática desportiva de competição, nomeadamente com provas ao ar livre, que tenha também piscinas mais pequenas para as populações infantis, mas que seja um espaço de encontro para a prática desportiva, de lazer e que seja uma referência na área dos parques aquáticos no que diz respeito a acessibilidades, à inclusão de todas as camadas sociais e etárias num equipamento que se pretende mobilizador e uma âncora também na área do turismo podendo mobilizar no período de funcionamento, que se estima em 4 meses, vários milhares de pessoas ao nosso território podendo ser utilizados não só por leirienses, mas por pessoas que venham visitar a cidade, algo que muitos leirienses fazem hoje quando vão para piscinas tão pequenas de concelhos vizinhos ou eventualmente até para concelhos mais distantes como é o caso de Castanheira de Pêra ou Vieira de Leiria. Referiu que será um equipamento que irá estar no mercado no que diz respeito ao lazer durante a época alta, no período sobretudo das férias escolares sendo um espaço também ao dispor dos jovens do concelho. Por outro lado, o parque Aquapolis tem como objetivo a requalificação do horto municipal que, para quem não conhece, é um espaço com uma qualidade vegetal extraordinária, com corredores de árvores de grande porte, coisa que, infelizmente, já não se vê nas cidades e que ali existem. Afirmou que qualquer parque que atualmente está a ser construído, seja o Parque Verde que vai ser inaugurado no dia 1 de outubro, o Jardim da Almuíña ou mesmo o Jardim Luís de Camões não têm, infelizmente, árvores de porte como as que existem dentro do horto municipal e que será um espaço muito importante para uma componente educativa que pretendem impulsionar e que vai estar disponível para as pessoas poderem visitar e fruir dentro deste complexo que querem oferecer e projetar para o futuro. Por outro lado, o parque Aquapolis possui um espaço com diversos tanques que constitui uma antiga ETAR, tanques esses atualmente com água de chuvas acumuladas constituindo um desafio de reabilitação. Afirmou que o seu objetivo é que o projeto permita transformar este património que atualmente é um ponto negro naquilo que poderá ser um espaço artístico de lazer, de artes, de bem-estar e que constitui



também um desafio para a arquitetura. Apresentou alguns exemplos de reabilitação de tanques petrolíferos em Nova Iorque que foram transformados em zonas de estar para famílias, para crianças e por isso poderá ser de alguma forma uma inspiração para quando se começar a desenhar e a planear este espaço poder-se adaptá-lo para esse fim.

Referiu que o Aquapolis enquadra-se naquilo que é o objetivo de expansão do Polis, conhecida ambição de Leiria, e a vontade de estender o Polis da nascente até à foz. Neste caso, disse estar-se muito perto de alcançar esta extensão, atualmente o circuito Polis termina na zona da Estação, junto à rua da Esperança, com o prolongamento conseguem-se 150 metros e com a construção de uma ponte, embora haja ali já uma ponte mas sem condições, rapidamente consegue-se fazer este investimento de extensão do Polis e fazê-lo chegar a este parque e a cerca de 1800 metros do estádio qualquer pessoa que queira fazer o circuito a pé ou de bicicleta poderá fazê-lo em segurança ao longo de todo o percurso. Reconheceu que o circuito será uma das virtudes deste projeto, o poder chegar ao parque podendo estacionar o carro no estádio e chegar a pé ou de bicicleta através do circuito Polis. Disse estar prevista também a construção de um estacionamento que será útil não só para o parque Aquapolis, mas também para o centro logístico, ou seja, será um estacionamento partilhado por estas duas valências.

Continuando a sua intervenção afirmou que aquilo que os levou a pesquisar foi o sítio para recolocar o centro logístico tendo no processo de negociação descoberto que podiam ser mais ambiciosos e estender a aquisição não só a estes pavilhões, onde pretendem colocar o centro logístico do Município de Leiria, não apenas as oficinas da Câmara de Leiria, mas também as oficinas dos SMAS fazendo uma concentração e criação de uma sinergia onde pretendem concentrar recursos numa altura em que os recursos humanos são tão escassos nessas áreas específicas e também aí inovando na maneira de gerir o património e os recursos municipais. Afirmou terem sido estes os motivos que os levaram a este espaço e que depois optaram por estender a aquisição ao outro terreno ao lado fazendo assim a ligação ao património que era já seu e dando lugar àquilo que é hoje este projeto que dá pelo nome de Aquapolis e para o qual, caso seja aprovada a aquisição nesta sessão, irão contratar os projetos para começar a desenvolver esta iniciativa daqui para a frente. Como disse anteriormente, o centro logístico comporta atualmente as oficinas da Câmara e dos SMAS cujos edifícios por serem muito antigos iriam necessitar de intervenções muito profundas, em especial no edifício dos SMAS que está sediado na Guimarota junto ao laboratório, único equipamento daquele recinto que é moderno tudo o resto possui condições deploráveis de funcionamento. Referiu que tinham inclusivamente previsto fazer intervenções naquele espaço das oficinas dos SMAS e já tinham projeto que orçava um investimento na ordem de 2 milhões de euros. Assim, ao construir ali o centro logístico não



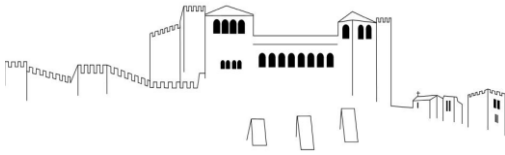
só evitam aquele investimento bastante avultado, mas também permitirá transferir os serviços que possuem em São Romão para um espaço bastante grande de modo a poderem-se viabilizar projetos futuros naquele espaço completando também para aquela zona a lógica de estender o Polis para novos territórios e não desistir, ficar refém ou satisfeito apenas com o circuito que existe nesta zona mais urbana e que é muito importante e onde já se encontram espalhados uma série de equipamentos. Disse que esta questão do desporto, da cultura, da natureza e do lazer junto ao rio não é nova bastando fazer o percurso desde o centro de lançamentos, a piscina, o jardim, o street workout, o ringue de basquetebol, o campo de futebol, o parque infantil, a zona do skate park, mais adiante o parque radical, mais adiante o ténis, parques infantis espalhados, tudo isto faz parte de uma rede de investimento muito grande ao longo dos últimos anos, alicerçada em fundos comunitários, onde se arranjam as margens, construíram-se pontes e criaram-se equipamentos o que faz com que hoje seja uma pérola muito importante a aposta que se fez no rio. Afirmou que apenas estão a dar seguimento a essa estratégia estendendo agora para novas geografias uma nova ambição que neste caso tem uma componente eminentemente de lazer, de natureza e também de desporto como é o caso da piscina.

Relativamente a esta decisão disse que muito foi debatido e falado nos últimos dias algo que considera natural pois faz parte das lógicas partidárias, discussão política, mas também faz parte do próprio desconhecimento competindo também ao executivo e a si em particular tentar esclarecer, algo que tenta fazer nas redes sociais porque, na sua opinião, antecipa muito daquilo que são as dúvidas que vão surgir em decisões destas, sobretudo quando os valores são elevados. Considera que esta antecipação é o que os faz distinguir também de quem já está há algum tempo na política, que é quando se sente que se tem de investir, é clarificar, informar porque poderá gerar não só dúvidas, oposições e alguma contrainformação.

De seguida referiu que iria tentar enquadrar o contexto desta decisão nos seguintes campos: No campo político, no campo da localização, porque é que escolheram este espaço, no campo da sustentabilidade, dos usos e na vertente económica.

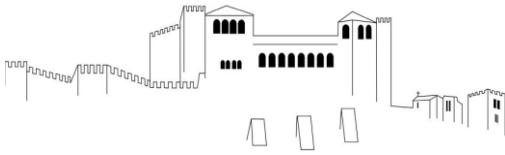
Mostrou o seu agrado pelo fato de ter percebido que o programa do Partido Socialista foi lido por bastantes pessoas pois é algo que não é muito normal atualmente. Voltou a transcrever aquilo que diz o programa relativamente à materialização de umas ações que estavam referenciadas e foram sufragadas pelos leirienses, nomeadamente no eixo qualidade de vida, passando a citar: "...promover a construção de um parque aquático..."

Afirmou que sobre esta matéria não há dúvida que isto sempre foi a sua ambição e o seu desejo não estando a inventar uma obra totalmente desconhecida dos leirienses e do seu programa eleitoral embora hoje tenha assistido a uma explicação de que este parque



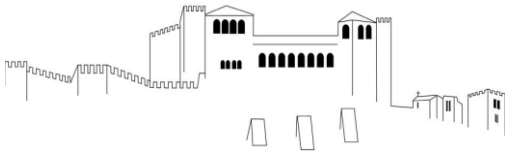
aquático era uma coisa diferente daquilo que é normal num parque aquático por ser descoberto. Continuou dizendo que se quisessem prometer uma piscina olímpica coberta aí sim, teriam de ser muito claros nesse objetivo porque isso iria contribuir, e muito, para aquilo que era um investimento do Município. Esclareceu que um parque aquático, uma zona aquática que tem este tipo de características não tem um volume de investimento que tem uma piscina olímpica coberta, piscina essa que mereceria a sua inclusão nos programas eleitorais.

Relativamente à questão da localização explicou que antes de chegarem a este local não andaram propriamente distraídos, tentaram pesquisar se existiam mais locais não para a piscina, como disse o que motivou esta procura numa 1ª fase foram terrenos para colocar os estaleiros pois para além de estes não possuírem condições de funcionamento e necessitarem de muitas obras, já não deveriam estar naquele local. Referiu que ainda existem algumas indústrias dentro da cidade e o destino desses equipamentos será transitarem para os territórios de periferia até que daqui a uns anos, algumas décadas, a cidade se vá expandindo e elas voltem a estar dentro da cidade novamente. Na sua opinião não faz sentido estarem a ocupar terrenos tão valiosos para uso público ou para uso privado, que podem ser melhorados, podem ser uma âncora ou um fator multiplicador para o desenvolvimento do território fazendo todo o sentido transferi-las para outro sítio. Continuando a sua intervenção explicou que inicialmente foram ao Campo Amarelo visitar um terreno com uma área significativa de 5 hectares, que é propriedade da Junta de freguesia, mas onde funcionou uma antiga lixeira não tendo por isso condições para poderem fazer a obra em termos geológicos apresentando-se ainda com alguma distância daquilo que eram os objetivos pretendidos. Também pesquisaram e avaliaram um lote na Zicofa, propriedade da Junta de Freguesia, cujo valor era na ordem dos 900 mil euros e com uma área total de 15 mil metros. Existia a possibilidade de construir um edifício numa área de implantação de 6 mil metros acabando por optar por deixar cair também esta opção em virtude de não terem nenhuma oportunidade em termos de implantar um edifício com uma dimensão suficiente para o espaço e porque acharam que este lote de equipamento até pode ser útil para outros projetos futuros de interesse público. Disse ter surgido também um terreno nos Machados, que foi referenciado pela Junta de Freguesia, e tinha um valor de 800 mil euros numa área de 33 mil metros, cerca de 3,3 hectares. Era um solo rústico com espaço florestal, era relativamente distante e tinha um preço elevado. Encontraram ainda um pavilhão sendo que a sua ideia era se encontrassem um pavilhão mudavam mais rapidamente, pagavam renda e tinham o processo acelerado pois não podem perder tempo. Afirmou que este pavilhão, onde funcionaram até há pouco tempo armazéns comerciais, fica situado no Padrão, tem uma renda mensal de 3 mil euros, mas é um pavilhão com uma



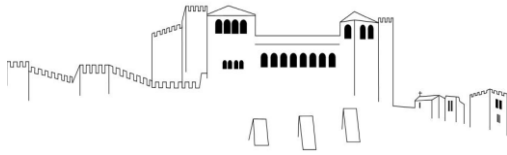
área muito pequena de 1200 metros não dando para os objetivos pretendidos e os proprietários também não tinham interesse em vender mais terreno em volta, o que limitou a opção. Mencionou ainda um terreno no Falcão, junto ao aeródromo, com uma área de 44 mil m², cerca de 4,4 hectares, que tinha dimensão, mas era um solo rústico o que significava grandes dificuldades em termos daquilo que era o processo de alteração do PDM, fica perto de zonas de proteção e linha de muito alta tensão, ou seja, existiria muito trabalho a fazer nesse território. Disse ser um território que tem interesse num prazo de cerca de 2 décadas sendo importante investir pois a Câmara já ali possui muito património, nomeadamente o aeródromo, um terreno grande existindo muito mais terreno para comprar. Na sua opinião pode ser um projeto de futuro, ir adquirindo criando ali uma boa área, uma zona de expansão interessante. Afirmou que atualmente como está representa projetos não de curto e médio prazo, mas eventualmente de longo prazo em virtude de ter lá o aeródromo a funcionar e não terem alternativa para o colocar nesta fase.

Disse que quando encontraram esta solução (Barosa) acharam que aqueles edifícios poderiam acelerar a transferência uma vez que merecem obras, vão ter intervenções, mas já estão construídos, estão inseridos na paisagem urbana e é uma obra de reabilitação. Explicou que quem é de Leiria conhece muito bem aqueles equipamentos e considera ser também um desafio para a Câmara reabilitar aquele espaço e pô-lo ao serviço, neste caso ao serviço municipal, e vencer o estado de abandono a que foi deixado ao longo dos anos. Ainda sobre a sua localização disse que muito se falou sobre as zonas inundáveis, que a Câmara tinha feito um erro e tinha adquirido um terreno agrícola como se infantil ou não possuísse as ferramentas de administração, não recorressem a avaliadores ou como se fosse a primeira vez que estivessem a comprar alguma coisa. Reconheceu que quando fazem estes atos têm que recolher a informação e os pareceres necessários uma vez que se trata de uma aquisição que se fosse como tentaram transmitir seria motivo de prisão. Afirmou que ninguém está nesse nível tão amador ou infantil da prática política municipal. Relativamente à questão das inundações afirmou que importa dizer que a zona da piscina atual é uma zona inundada tal como a garagem do estádio o jardim da Almuíña. Questionou qual é a zona baixa de Leiria que não é inundável. Referiu que quem conhece Leiria sabe que temos um rio que está disciplinado artificialmente e que muitas destas zonas onde há construções podem ser alvo de inundação. Em relação ao espaço em concreto que compraram disse estar fora daquilo que é no PDM zona inundável, ou seja, onde se pretende instalar a piscina, que será na zona urbana, assim como os pavilhões que adquiriram não estão dentro da zona classificada no PDM como zona inundável. Esclareceu que estas zonas são definidas não pelo Presidente da Câmara, mas por estudos que dão suporte ao planeamento municipal, nomeadamente em 2001 o estudo efetuado pela equipa



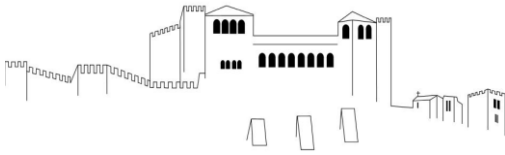
de projeto no âmbito Leiria Polis, mais tarde também da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural sendo esta a base da definição daquilo que são as zonas inundáveis do território de Leiria que ficam junto à margem do rio de um lado e de outro. Continuou dizendo que quem é mais antigo e quem trabalhou na Exelis sabe que há em dias de muita chuva em que houve inundações em Leiria, sobretudo na Ponte das Mestras onde geralmente é o primeiro sítio onde inunda, nunca chegou água à Exelis. Disse ainda que gostaria que ficasse sublinhado que nos últimos 50 anos sempre que houve inundações a água nunca chegou ao património onde pretendem construir. Sugeriu que se fizesse um exercício que seria ir ao Google Earth e fazer a junção de um ponto que é zona Baixa até à zona de uma possível piscina estando representado no gráfico que apresentou o desnível entre o ponto mais baixa, que está na ordem dos 25 metros, e a altura, que está na ordem dos 22 metros, e a altura que representa o ponto a vermelho que é 25 metros, ou seja, existem 3 metros de diferença até chegar ao ponto mais alto. Afirmou não se estar a falar de uma zona à beira do rio onde o risco de inundação é muito maior, efetivamente está-se num alto e, para além disso qualquer tipo de obra que se venha a fazer pode ainda retificar ou criar condições de segurança suplementares para evitar uma inundação do século, dos 100 anos que poderá ser muito forte e da qual não existem registos e poderá chegar a muitas zonas do concelho.

Em relação à questão da sustentabilidade e da preocupação por terem comprado um terreno para instalar um equipamento de lazer onde nas imediações existem espalhamentos suinícolas esclareceu que se não fosse o objetivo de a Câmara resolver o problema dos efluentes isto poderia constituir um problema, mas é do seu conhecimento, assim como das pessoas que moram na Barosa, que naquela zona não é, não foi e não será um impedimento instalar este tipo de equipamento. Contrariamente ao que foi sendo transmitido dizendo que aquela zona era uma zona invadida de moscas e outro tipo de espalhamento de efluentes, disse que a Câmara não permitirá no futuro, de acordo com o programa eleitoral apresentado, situações desse foro. Assim, é sua ambição resolver esse problema, ou seja, a própria piscina que atualmente esta localização não sofre desse problema é para a Câmara também um incentivo para resolver o problema das suiniculturas que atualmente têm sofrido ao longo dos últimos anos uma melhoria acentuada, mas mesmo assim continuam a ter registos de incidentes ambientais resultantes daquela produção. Fez saber que se tivessem medo desta questão dos espalhamentos e tudo a que lhes está inerente não tinham como ambição fazer uma ciclovia ao longo do rio Lis, de Leiria até à foz. Defendeu que atualmente esse é um dos tipos de investimento que as pessoas até acham positivo e importante embora bastante caro. Por outro lado, quando avançaram com a aquisição destes terrenos para além dos terrenos para fazer as oficinas pensaram



sempre numa piscina numa lógica de funcionamento sazonal poupando água, mas cujos balneários e zonas de apoio podem funcionar o ano inteiro. Ao lado da piscina há muito espaço verde que pode ser utilizado para outras funções ao longo do ano, o parque é um parque aberto e público o que faz com que toda aquela infraestrutura não viva apenas de uma piscina, mas sim do somatório de um conjunto de valências. Disse ainda que esta piscina vai ter preocupações de acessibilidades às pessoas com mais deficiência, às crianças e jovens, mas também à população idosa, daí passar a ser a sede do programa Viver Ativo, um programa tão importante para Leiria e sobretudo para a população mais idosa, um espaço onde é possível fazer competição desportiva, mas essencialmente uma zona de bem-estar e lazer para as pessoas de Leiria e para quem que nos visita. Continuou dizendo ser este um dos grandes objetivos do parque Aquapolis e em especial da piscina que pretendem construir com esta valência multigeracional inclusiva e onde se promovem os hábitos de bem-estar e saúde no concelho.

Por último, no que diz respeito à questão económica também aqui foram criadas dúvidas, suspeitas, que tinham feito mau negócio relativamente à compra dos terrenos. Admitiu que qualquer um dos presentes é melhor negociador do que ele, mas assegurou que toda a negociação que foi feita foi feita na presença de testemunhas para evitar qualquer tipo de suspeita relativamente a esta matéria. Explicou que num processo negocial a pessoa que vende diz que tem um grande património e quem compra naturalmente diz que o património também não é assim tão bom e que não presta tendo desvalorizado aquilo que acabaram por comprar no fim. Afirmou que a parada começou em 2,1 milhões de euros por parte dos vendedores e aquilo que se conseguiu negociar foi o valor com o qual terminaram. Disse que o valor médio dos terrenos da Exelis é de 4,3€ o m² e o valor médio de terrenos na zona da Barosa é de 111 euros o m², ou seja, compraram abaixo do preço de mercado. Mencionou alguns dados para poder deixar claro as parcelas que estão a decidir comprar: **(senhor Presidente, só para lhe dizer que atingiu o limite de tempo previsto regimentalmente)** O terreno é constituído por 4 parcelas das quais 3 são urbanas, constituem os tais 3 pavilhões e a zona urbana, a zona urbana que está junto à estrada e depois a outra parte mais atrás que é rústica. O valor total da área é de 4,2 hectares, o valor é conhecido, 1,85 milhões de euros, a avaliação que contrataram está no valor de 2,1 milhões de euros. Relativamente ao avaliador esclareceu que todas as avaliações feitas na Câmara cumprem com a lei, o avaliador em causa é devidamente habilitado e acreditado pelos órgãos oficiais motivos pelos quais não porá em causa a competência da avaliação uma vez que o valor que apresenta até vai de encontro a outro tipo de avaliações que conhecem daquela zona.



Como disse anteriormente, as 3 parcelas urbanas representam 11 mil metros de área, o valor dessas parcelas urbanas é de 1,385 milhões de euros e a parcela rústica, que tem uma área de 3 hectares, o valor de 450 mil euros. De acordo com a classificação do PDM 29 mil metros quadrados são espaços de construção, espaços habitacionais de grau 2 e a tal parcela de 13 mil metros que é um espaço agrícola onde não se pode construir, mas que poderá ser útil quer ao horto, quer a um espaço de lazer e de fruição próprio de uma piscina onde é preciso por exemplo estender uma toalha que em vez de ser debaixo de uma árvore comum poderá ser debaixo de uma árvore de fruto cumprindo assim o objetivo agrícola do terreno e também de lazer.

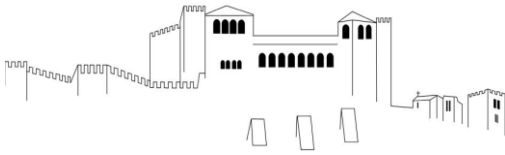
Chamou a atenção para a importância da informação seguinte uma vez que terá levantado uma questão que o ataca a si e às pessoas que participaram neste projeto, em que foi posta em causa a sua honestidade, a sua capacidade de gerir dinheiros públicos. Reconheceu que pelo fato de serem sítios diferentes é sempre difícil de avaliar, mas os terrenos da Exelis, os três pavilhões que compraram, que representam 1,835 milhões de euros e que têm edifícios construídos, edifícios esses que, no seu entendimento, com alguma adaptação vão poder ser utilizados. Disse que possuem uma área total de 11 mil metros quadrados, que representam um valor de 121 euros por metro quadrado. A título de exemplo disse que se se fizesse a mesma simulação para a Loja do Cidadão, que é considerado o topo dos topos das aquisições que fizeram, já representa um investimento por metro quadrado na ordem dos 1161 euros, ou seja, 10 vezes mais alto do que o terreno de Exelis. A Caixa de Crédito de Leiria, onde irá ficar a futura sede da Assembleia Municipal, é uma zona mais periférica, mas mesmo assim muito urbana tendo o valor por metro quadrado da aquisição ficado nos 465 euros. Referiu que claramente os terrenos da Exelis têm um valor mais baixo, reconheceu ainda que são mais distantes do que os exemplos apresentados, que são urbanos, e são construções que são mais antigas, mas não estão a falar de valores que tenham ultrapassado aquilo que era o razoável.

Relativamente às avaliações do terreno dos 3 hectares esclareceu que custou 450 mil euros representando por metro quadrado 14 euros. Afirmou que recentemente compraram terrenos noutras freguesias com o mesmo tipo de características (terrenos nos Andrinos, nas Cortes e na Caranguejeira) e qualquer um deles tem valores na ordem dos 34 euros o metro quadrado. Referiu ainda o terreno do Parque empresarial de Monte Redondo onde existem preços entre os 12, 16 e os 22 euros. Afirmou terem aqui todas as evidências de que o valor é um valor aceitável tendo cumprido com essa parte do negócio.

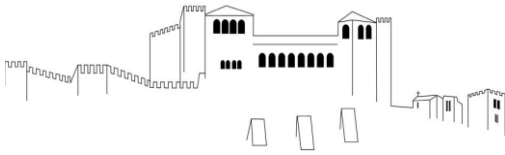
Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo

Transcrição:

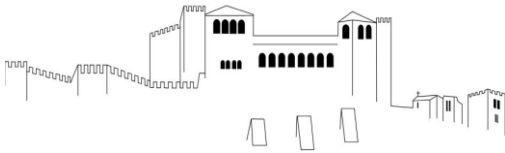
"Boa noite novamente a todos. Joana Cartaxo, PCP.



Bom, não fosse este um assunto tão sério e até tinha vontade de fazer aqui mais um bocadinho de humor porque continuamos a meter água senhor Presidente. Posso-lhe dizer que para seu conhecimento, infelizmente não sabe, no Plano de Pormenor das Olhalvas, porque nós fazemos o trabalho de casa, nomeadamente no regulamento, existe a palavra piscina, que eu saiba espelho de água não existe, mas pronto, fica aqui a nota para o senhor Presidente, porque aquilo que o senhor Presidente chama de intervenções irresponsáveis nós chamamos serviço público e que é para isso que nós temos aqui, este órgão é de fiscalização da atividade da Câmara e é por isso que nós aqui estamos e, portanto, nós entendemos que a palavra irresponsável ou intervenções irresponsáveis da parte do senhor Presidente até seja uma forma confortável para si, de facto, de encarar aquilo que nós vimos aqui denunciar, enfim. Então, voltando aqui ao Ponto 3, a proposta apresentada não corresponde a uma real necessidade de os leirienses e muito menos é uma prioridade face aos inúmeros problemas no quadro das atribuições municipais incluindo os de requalificação urbana que as populações enfrentam no seu dia a dia. Há sempre uma necessidade coletiva, é verdade, nem que seja ilusória, apresentada, há sempre esta necessidade coletiva apresentada para justificar o negócio e há sempre mensageiros a dizerem-nos que Leiria ganha, enfim, dizem os arautos que Leiria ganha uma piscina. Falemos antes do pavilhão multiusos, como o senhor Presidente já aqui falou, o museu de não se sabe bem o que das antigas instalações da EDP e até mesmo com as novas instalações, enfim, da Assembleia Municipal. Enquanto estes processos rolam velozes atrasam-se os processos de aquisição dos terrenos para o parque industrial de Monte Redondo ou até mesmo, enfim, do abrigo dos terrenos onde está o abrigo do Lagar Velho do Lapedo que pensamos que tem um interesse municipal superior aos edifícios de Exelis. Que fique claro que somos a favor do prolongamento do Polis e da criação de áreas naturais e estaríamos ainda mais a favor se estes solos fossem devolvidos à sua função de produção de alimentos que tanto se fala hoje em dia que é uma necessidade. Para isso não era preciso comprar os terrenos dos herdeiros de Francisco Rodrigues ou bastaria comprar o prédio rústico. Sobre estes assuntos e outros terrenos permitam-nos que façamos aqui uma pequena recapitulação, ora vejamos, no PDM que esteve em vigor até 2015 os solos não incluídos em RAN e REN eram destinados à habitação com ocupação de baixa densidade, mas com a condição de haver plano de pormenor eficaz. Na alteração do PDM de 2015 a maioria PS, enfim, com os efeitos que nós aqui até podemos ver, fez desaparecer a condição obrigatória da existência de plano de pormenor e os solos, enfim, passam a urbanos, uma magia. O ónus de elaboração do plano de pormenor desaparece, obviamente, e com ele o seu uso, o seu custo. No sítio do outro lado da estrada lembramos aqui a necessária para_o conceito da dita nova centralidade que esta Câmara fala está a Quinta do Martingil. Para este local foi



em tempos lançada uma operação de loteamento por um grupo económico ativo no setor que ainda não se concretizou. Os solos eram urbanizáveis e a zona de baixa densidade. Em face do novo ordenamento jurídico esses solos passariam a solo rústico como aconteceu aliás a muitos outros por inexistência de operação urbana. Ora, na 5ª alteração do PDM aprovada nesta Assembleia Municipal em janeiro de 2022 estes solos passaram à categoria de urbanos, um singelo ato administrativo que não existiu noutros locais e para outros pequenos proprietários menos em contexto urbano. Estes 4 prédios de Exelis continuam a integrar o perímetro da área beneficiada por aproveitamento hidroagrícola do Vale do Lis e só poderão ser legalmente excluídos do perímetro mediante prévia autorização do Ministério da Agricultura e o pagamento, vejam só, de compensação no valor aproximado de 111 mil euros, a acrescer a 1.835 mil euros da transação comercial. Parte substantiva do prédio rústico integra a RAN e a REN, ora zona sujeita a inundação. O que objetivamente emerge como razão de ser desta vasta operação é o negócio da renda fundiária do imobiliário, a Câmara admiti-o implicitamente quando diz a propósito dos terrenos da Barosa que se trata de um projeto, e passo a citar: "...que vai criar uma nova centralidade em Leiria..." onde, acrescentamos, se deve incluir a tal Quinta do Martingil e sobre os terrenos da Guimarota e São Romão, diz esta Câmara, liberta as instalações para projetos que impulsionarão a regeneração e valorização destas áreas nobres da cidade resultando numa nova bolsa de desenvolvimento urbano, ora se estivéssemos no quadro do urbanismo democrático estaria hoje aqui uma concetual proposta da Câmara do PS para a Guimarota e São Romão e para tal centralidade. Ora, a falta desta informação é um mau augúrio, meus senhores, estamos no quadro de valores do neoliberalismo claramente. O relatório de avaliação advoga sem pudor o negócio, o edificado degradado e com cobertas em amianto, palavra que eu ainda não ouvi aqui, em muito mau estado e dado como benfeitoria quando é facto é um bónus que devia abater ao preço. Diz que os prédios inseridos em solo urbano não têm condicionantes, mas integram o perímetro de rega. Sobre os prédios rústicos nada se diz quanto a condicionante, severas. Para cálculo do valor recorre-se adulteralmente ao artigo 141º do regulamento do PDM transformando desadequadamente para efeitos de cálculo do uso predominante dos solos e de preço os 4 prédios numa parcela única de terreno. Na matriz, a soma da área dos prédios é como se diz de 45.750 metros quadrados, mas aqui trabalha-se com 42.192 metros quadrados com base num levantamento que não é apresentado. Os 42 mil metros quadrados são fundamentais para se afirmar que mais de 2 terços da indevida parcela são solos urbanos. Mesmo que a área global conjunta tenha 42 mil metros quadrados isto é um expediente que agrava exponencialmente o valor dos solos rústicos. As declarações opinativas a favor do negócio e do pretensu grande interesse desta aquisição para Leiria são uma preocupante e



inaceitável falta de independência e ética profissional o que só por si lhe retira a credibilidade. O Município paga construções degradadas, a retirada do amianto, a demolição do edificado e transporte irá ter e terá de suportar também a operação de urbanização e construção de novos edifícios, enfim, compra terrenos a preços exorbitantes, o preço dos terrenos do prédio rústico está muitas dezenas de vezes acima do preço médio de mercado para solos agrícolas em RAN e REN e sim, há sempre alguém a ganhar. O PCP não vai pactuar com esta operação na gestão do território. Precisamos mais do que nunca de planeamento e ordenamento do território e é uma evidência a necessidade de Leiria ser dotada com um plano de urbanização. Vamos votar contra, muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Luís Miguel Silva – BE

Transcrição:

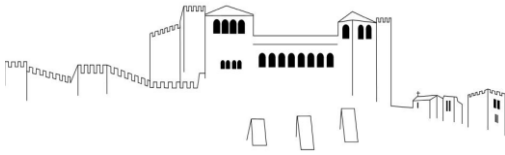
“Senhor Presidente, disse-nos durante a discussão do Ponto 3 que este representava a transparência da Câmara e do Executivo porque estávamos a discutir a modificação do orçamento municipal para que fosse então desenvolvido um estudo para a aquisição e para o desenvolvimento deste projeto que nos demonstrasse o que havia como opção e que esta seria, de facto, a melhor opção. Acabámos de ouvir agora durante a discussão do Ponto 13, comprámos, já comprámos, foi a melhor opção, demonstrou-nos aqui durante cerca de 25 minutos todo um apanhado de informação para justificar essa compra que supostamente estamos a votar agora ou que ainda vamos votar, mas não vale a pena votarmos porque tem maioria, não é? É um mau exemplo do uso da maioria nesta casa e peço desculpa por dizer isto, mas acabou de o demonstrar porque contradiz e já se contradisse aqui hoje várias vezes, como por exemplo, a piscina olímpica vai ser para o uso e para suprir as necessidades dos nossos atletas e também para o uso de todos os cidadãos ou não? Porque já ouvimos dizer que sim e o seu contrário. Para acabar, também corrija-lo quanto ao facto de ter dito que foi o único candidato à Câmara que apresentou como solução o combate contra os espalhamentos ilegais e as descargas ilegais das suiniculturas. Lamento informá-lo ou não esteve atento durante a campanha, mas não foi o único candidato que o fez, pelo contrário, e em relação a esse assunto ainda não ouvi falar desde que foi eleito, muito pouco, onde é que está a ETES senhor Presidente? Dois mil metros cúbicos de efluentes suínícolas que são produzidos ou mais no nosso Município por dia, temos aqui uma piscina olímpica com 2 milhões de litros, não está a pensar guardá-los lá? Qual a sua solução para este problema? Ainda não o ouvi falar sobre isso, obrigado.”

Intervenção do senhor deputado António Pereira de Melo – PSD

Transcrição:

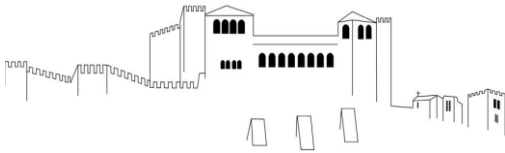
“Pereira de Melo, PSD-PPD.

Vamos discutir o Ponto 13 – Aquisição da antiga Exelis.



Se não estivesse no terceiro mandato sob gestão do PS, eu teria ficado entusiasmadíssimo com a intervenção do senhor Presidente da Câmara, mas da minha experiência passada estamos perante um conto de fadas. Tudo o que aqui foi dito será como o conto de fadas das nossas instalações para a Assembleia Municipal que este ano recebe mais um quantitativo, não sei se dá para comprar uma porta, talvez. Portanto, o que estamos aqui não é realmente um problema de piscinas ou de enchimento de piscinas porque isso é um problema muito complicado, a piscina do Titanic está há 100 anos cheia e não vaza e esta aqui também tenho a impressão que não vai encher. A compra dos edifícios antigos da Exelis encabeçados por um bom bocado de lusalite, ou seja, daquilo que os ingleses chamam "asbetos" e que é tóxico e terá que ser removido. O resto que lá está por baixo, eu conheço aquilo, pouco ou nada vale, mas tem uma área. Eu até aceito que se compre aquilo para tirar da Guimarães os estaleiros dos serviços municipalizados, até é capaz de ser uma boa solução. Portanto, comprar uma zona diferente, terrenos, terrenos não edifícios para pôr lá estaleiros aí admito ser boa solução, mas comprar o restante que está à volta, aí já não percebo para quê. Portanto, a parte rústica não percebo que se faça essa compra, não se justifica a compra da parte rústica. A construção prevista na área de piscinas acho que é um pouco descabida na medida em que essas piscinas se é para utilização pública estão bastante longe do centro da cidade, não há transportes, talvez indo à Estação apanhando o comboio e saindo no apeadeiro se lá chegue, mas não estou a ver que a população leiriense que não disponha dos seus BMW e dos seus Mercedes, que felizmente dispõem, eu estou feliz porque realmente Leiria tem um bom parque automóvel e significa que as pessoas têm boa capacidade económica, isso é de louvar, mas muitos dos outros leirienses não têm essas capacidades para se poder deslocar para a tal piscina, para o tal aquaparque. Portanto, eu admitiria que a construir-se então a piscina seria na zona da Guimarães, de onde vai ser retirado o estaleiro. Aí sim, aí estávamos com uma piscina integrada dentro da cidade e para utilização da população de Leiria. Sinto, contudo, que não vai ali haver piscina nenhuma, ali irá é aparecer edifícios de 6 e 7 andares e 10 andares e aquela zona vai ser sobrecarregada com edifícios, isso é o que eu estou à espera de suceder. Digamos que este negócio visa trocar a zona da Guimarães para construção por uma zona em que vamos instalar os estaleiros da Câmara, essa é a operação que eu estou a ver. Estou em crer que não me vou enganar, que Leiria não vai ter piscina nenhuma, a não ser que realmente se venha a construir a piscina na ETAR que lá está, de resto não acredito. À velocidade que este executivo faz as obras que venha a construir durante esta legislatura a piscina é bom que eu me engane, mas estou com uma certeza muito elevada de que isso vai ocorrer. Eu irei votar contra, aliás, o PSD irá votar contra esta operação.

Intervenção do senhor Presidente da UF de Marrazes e Barosa, Paulo Clemente



Transcrição:

"Muito boa noite a todos, cumprimento o senhor Presidente da Assembleia e em seu nome todos os presentes.

Quero congratular o senhor Presidente da Câmara que conseguiu colocar Pousadas e Ponte das Mestras no centro de uma discussão de uma Assembleia. Contudo, quero também dizer que não vejo aqui a preocupação dos membros da Assembleia em relação àquilo que realmente discutiram aqui em relação às cheias que ocorrem na Ponte das Mestras. De facto, eu vivo na Ponte das Mestras e há mais de 15 anos não existe cheias. Depois dizer, depois dizer que o problema das cheias reside na falta de limpeza, quer do rio Lena, quer do rio Lis e faz com que os resíduos que vêm desde as Cortes e dos terrenos agrícolas com a Madeira seca fazem de barragem quando chegam à Ponte das Mestras provocando com que a água saia para fora. Em relação à construção das piscinas ao ar livre, senhor Presidente quero dar-lhe os parabéns porque está a construir na União das Freguesias e nós merecemos todos os investimentos porque também contribuímos largamente para o orçamento da Câmara Municipal. Se nos perguntar qual seria o melhor sítio nós gostaríamos que tivesse sido o 1º que foi falado, contudo, fez questão de colocar na nossa União de Freguesias e quero dar os parabéns e que consiga concluir a tão dita obra. Disse."

Intervenção do senhor deputado **Hugo Morgado – CHEGA**

Transcrição:

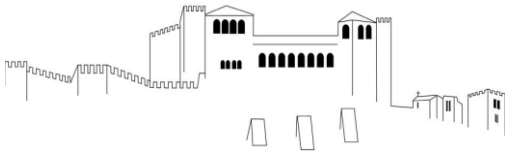
"Boa noite uma vez mais

Nem sequer estava para intervir, mas suscitou-me alguma curiosidade, ponto de interesse, uma expressão, uma frase dita pelo senhor Presidente quando refere que o investimento para, passo a citar: "...devolução do rio à cidade e aos leirienses...". Eu começo por dizer que devolver o rio à cidade e aos leirienses seria por realmente investir e despoluí-lo começando pela questão do saneamento público que sim, que em muito contribui para a poluição do rio na cidade, portanto, o que está aqui em causa e por referência aquilo que disse em análise em apreciação ao Ponto 3 é uma inversão de prioridades. Está aqui uma inversão, uma troca no investimento no domínio hídrico errado porque se está a investir em piscinas e não se está a investir na despoluição do rio. Obrigado."

Intervenção do senhor deputado **Tiago Duarte – PS**

Transcrição:

"Muito boa noite senhor Presidente, permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes e todos os que nos estão a acompanhar em casa apesar do adiantado da hora. O que está aqui em votação é a compra dos terrenos onde a Câmara Municipal tem intenção de criar um conjunto de infraestruturas que deverão passar pela instalação do designado Aquapolis bem como do novo centro logístico que unirá os serviços da Câmara e dos SMAS,



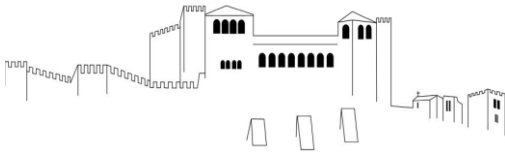
ou seja, a solução a adotar será devidamente planeada, estudada tecnicamente e certamente merecerá uma ampla discussão antes da sua aprovação final. Face aos objetivos aqui apresentados pelo senhor Presidente da Câmara a compra deste conjunto de terrenos possui as condições necessárias no que respeita ao PDM de Leiria para que aí se possam instalar estas infraestruturas. É hoje aqui apresentada a proposta da compra dos terrenos, proposta esta acompanhada por um relatório de avaliação por um perito qualificado prestando toda a informação para esta fase de modo totalmente transparente, mas ainda que estejamos a votar apenas a compra dos terrenos onde se pretende instalar este conjunto de infraestruturas gostaríamos de deixar algumas notas para os objetivos apresentados que passam pela criação do novo centro logístico e de uma nova área verde que possam servir a população, onde se pretende estudar a implementação de uma piscina ao ar livre que estava prevista no programa do PS, mas também na reconversão do horto municipal e da antiga ETAR aí instalada. Tal como já referido a solução técnica a adotar será a seu tempo alvo de discussão, o novo centro logístico onde se possam centrar todos os armazéns e oficinas quer do SMAS, quer da Câmara Municipal revestem-se de uma enorme mais-valia desde logo pelas condições que hoje este espaço oferece nas suas atuais localizações. A concentração de equipas e de apoio social, como sejam os balneários e os refeitórios, inserem-se numa estratégia de colaboração e sinergias entre os diferentes organismos públicos. Por outro lado, o aproveitamento do horto municipal criando mais interação com a população permitindo que esta o possa usar e aproveitar este espaço devidamente inserido no Polis de Leiria. Toda esta intervenção trará certamente incrementos na qualidade de vida da nossa população criando e unindo o Polis e os diferentes espaços verdes existentes e a construir. Uma vez finalizada esta compra, o que está hoje em votação, chegar-se-á a altura de planear corretamente este conjunto, estudar tecnicamente e economicamente diferentes soluções, levá-las a discussão e conseguir criar uma infraestrutura digna de todos os leirienses. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Dário Seguro Joaquim – CDS-PP

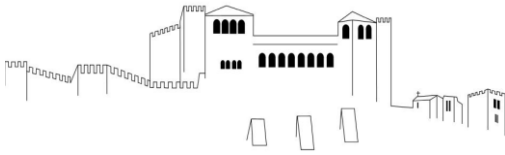
Transcrição:

"Obrigado senhor Presidente.

Indo em linha de conta com aquilo que também tive oportunidade de partilhar no Ponto 3, ora então demorámos 49 minutos entre o momento em que decidimos avançar para um projeto e a seguir já tínhamos algo a apresentar em concreto. Não obstante, se me permitirem também uma pequena introdução relativamente ao ponto, creio que em determinados momentos ler o que é apresentado a debate só o momento de nostalgia que por tendência a sua prática tem como finalidade toldar os ideais, definirmos que este novo projeto cito: "... corresponde ao imaginário da antiga piscina ao ar livre de Leiria ou que vai



ao encontro de um desejo que atravessa gerações de leirienses que reclamavam a sua construção...” traz-nos uma visão romantizada do que efetivamente poderá ser esta montanha, vulgo projeto, e o seu mesmo fim. Creio que o desenvolvimento de matérias ou projetos de intenções desta natureza devem abranger, aliás, o acolhimento de opiniões de diversas partes que poderão ser potencialmente dinamizadoras da infraestrutura, tal parece não ter acontecido. Existem também questões que são incontornáveis para a execução do que é transmitido a esta Assembleia sendo que as mesmas não são esclarecidas e, na verdade, tal só acontece por não existirem suportes concretos do que se pretende executar levando a acreditar que talvez o interesse possa ser até ao momento de discutirmos o vazio. Se para uns casos consideramos que a não existência de um estudo de viabilidade não dá garantias para a execução de projetos assim os mesmos são colocados na gaveta para outros a fugaz intenção, a fugaz intenção leva inclusivé o executivo camarário a alterar o orçamento previamente delineado. Às segundas, quartas e sextas definimos as métricas com um determinado sentido, às quintas, às terças e quintas, a bitola é, de facto, mais vasta. Toda a envolvência que reveste este projeto de intenções leva-me a endereçar um conjunto de questões, inclusive a duvidar da prática enquanto deputado municipal e tendo em vista um voto esclarecido nesta matéria, se a divulgação que o presente projeto merece culmina no que nos é apresentado e se existe viabilidade ou não de votação do presente ponto, da mesma forma e, contudo, questionar-se então, podem o executivo camarário comprometer-se com a execução do ideal em causa? E se não encontrar obstáculos efetivos a sua execução, isto é, uma vez que pretendemos adquirir um imóvel já com determinado fim devemos ter até um determinado momento algum tipo de garantias que nos permitem então, com certeza, avançar para essa mesma aquisição. As dúvidas envoltas e existentes nos armazéns plasmados no documento de avaliação que avaliam os imóveis reconhecendo que os mesmos têm vastas carências podem estar sobrevalorizados com toda a certeza. Os custos de construção e manutenção logística inerente ao funcionamento dos espaços e outros fatores de ordem financeira, se serão estes comportáveis justificando a aquisição dos imóveis em consideração, tendo em vista o fim agora idealizado. Do ponto de vista desportivo e porque, de facto, esta questão colocou-se não só porque alguém possa ter imaginado, mas porque foi dada essa mesma indicação, uma vez que nos é transmitido que a piscina em causa tem, portanto, poderá também albergar prática desportiva do que é que estamos, de facto, a falar? De uma piscina ao descoberto e damos o mote prática desportiva para complementar o lúdico e recreativo? Quais as eventuais exigências que estamos dispostos e que queremos então efetivamente prever para competições de tipo nacional ou eventualmente internacional, se for essa a ambição. Além das anteriores questões que se colocam a propósito do projeto importa ainda esclarecer indo mais longe



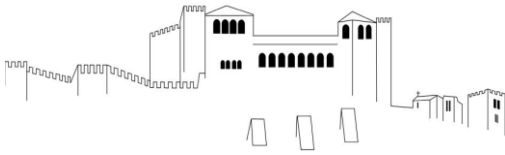
quanto a matéria de clareza e transparência de qual a finalidade dos espaços que futuramente serão desocupados. Em parte, este projeto está revestido e tem cobro numa eventual necessidade de mudança de instalações. Questionar-se então com a nova localização do centro logístico qual será o fim das instalações localizadas em São Romão e na Guimarães? O que está idealizado para aqueles espaços uma vez que os mesmos são definidos como fator de estrangulamento ao crescimento natural da urbe importa, de facto, saber o que é que pretendemos fazer com eles futuramente. Deixo então estas questões à consideração do senhor Presidente que, obviamente, aguardam acolhimento de resposta. Obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Começou a sua intervenção mostrando algumas imagens da piscina olímpica ao ar livre de Loulé. Explicou que no dia em que há provas pode transformar-se uma piscina que é de lazer em competições. Deu o exemplo de um atleta que queira praticar e treinar às 6 da manhã, horário a que geralmente os atletas estão já habituados, quando a piscina abrir às 9h esta vai estar disponível para outro tipo de práticas. Referiu que em muitas das piscinas de competição ao ar livre a água está fria, mas se o atleta o fizer em julho e agosto poderá seguramente utilizá-la durante aquele período antes da abertura.

Aproveitou também para mostrar imagens do plano de pormenor referindo não ver no mesmo indicação da existência de balneários, mas sim um espelho de água. Afirmou que geralmente os planos de pormenor em Leiria seguem muito este ideal de planeamento, às vezes quinzenal, alguns deles têm mais de 10 anos, em que, infelizmente, o grau de sucesso é baixo ou nulo, o que faz com que o concelho de Leiria esteja limitado no seu desenvolvimento em muitas das suas áreas sendo este um exemplo, em que não se consegue “desembrulhar” todos os proprietários de terreno num acordo de um plano de pormenor, quando se transforma num plano de pormenor obriga a que todos os proprietários aceitem cumprir com a urbanização que está ali desenhada e partilhem despesas e receitas coisa que, infelizmente, nos anos em que estão na Câmara de todos os planos de pormenor infelizmente, não se conseguiu alcançar acordo em nenhum motivo pelo qual temos muitas parte do nosso concelho, da nossa cidade em atraso. Dirigindo-se à senhora deputada Joana Carvalho afirmou que quando lhe disse que era um espelho de água que estava a dizer no plano de pormenor, a piscina cá fora era esta, ou seja, não fugiu muito àquilo que estava a dizer.

Sobre a questão da desafetação disse já o terem feito dando o exemplo do Jardim da Almuíña, no Parque Verde. Tudo o que está naquele perímetro têm de pagar ao Ministério da Agricultura a desafetação, ou seja, é uma despesa com a qual já estavam a fazer conta com ela.



Relativamente à lógica do estudo referiu a questão de terem aprovado a alteração para um estudo e agora já estarem a comprar os terrenos. Esclareceu terem a vontade, o desejo de encomendar, a partir do momento em que têm os terrenos, um estudo de arquitetura para projetar a piscina. Como pretendem executar esta obra necessitam fazer um projeto que é o que está lá escrito não havendo dúvidas quanto a isso tendo assumido que poderá eventualmente haver dificuldade de compreensão ou da sua parte de explicação. Afirmou que não se pode estar nessa lógica romântica de estudar, de avaliar, etc.

Referindo-se ao senhor deputado do Bloco de Esquerda disse que este deveria ter ideias mais progressistas nas áreas do ambiente pois parou no tempo e não percebeu que hoje as questões relacionadas com os efluentes agropecuários até pelo contexto que estamos a viver de dificuldade energética, a solução não é tratar, mas sim tirar proveito do resíduo e transformá-lo numa vantagem, nomeadamente biometano, estratégia que se encontram a desenvolver e que em breve prometem apresentar resultados.

Sobre a questão da lusalite do edifício informou estarem habituados a retirar, não é caso único pois têm retirado das escolas, com certeza também vão retirar aquele e vão colocar um painel sanduíche por cima pois, felizmente, existem muitas empresas na região que o podem fazer. Concluiu dizendo que o seu objetivo é que todos os obstáculos que vão surgir neste projeto e noutros sejam ultrapassados e possam seguir em frente para desenvolver Leiria.

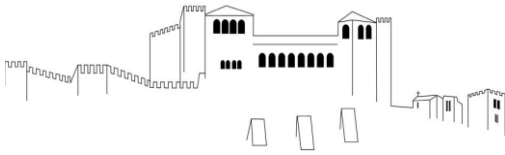
O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 15 votos contra** (9-PSD, 2-CHEGA, 1-IL, 1-BE, 1-CDS-PP, 1-PCP) **e 3 abstenções** (PSD) a **Aquisição dos imóveis que constituem as antigas instalações da "Exelis", sites em Ponte das Mestras, lugar de Barosa, União de Freguesias de Marrazes e Barosa, para o domínio privado do Município.**

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a votação os pontos 1 a 13 da Ordem de Trabalhos, tendo a Assembleia Municipal de Leiria deliberado **por unanimidade**, a sua aprovação em minuta, de acordo com o ponto 3 do Art.º 57º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal** encerrada a sessão, eram **02h00** horas.



Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 60.º do Regimento, e vai ser assinada pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António Lacerda Sales**, e por mim, Catarina Isabel dos Santos Clemente, que a elaborei nos termos legais.

APROVAÇÃO DA ATA

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Leiria, em sua sessão ordinária realizada no dia 16 de dezembro de 2022, **deliberou por unanimidade, aprovar a ata.**

O Presidente da Assembleia Municipal de Leiria

António Lacerda Sales

A Técnica Superior

Catarina Isabel dos Santos Clemente